

DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE MONTANHA:
NOTAS GEOGRÁFICAS A PARTIR DA
CORDILHEIRA CENTRAL PORTUGUESA



Paulo Carvalho

1261

[Desenvolvimento em áreas de montanha](#)

Paulo Carvalho



Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net

Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1261/index.htm>

Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE MONTANHA: NOTAS GEOGRÁFICAS A PARTIR DA CORDILHEIRA CENTRAL PORTUGUESA



Paulo Carvalho

Coordenação

**DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE MONTANHA:
NOTAS GEOGRÁFICAS A PARTIR DA CORDILHEIRA
CENTRAL PORTUGUESA**

2013

FICHA TÉCNICA:

Título: Desenvolvimento em Áreas de Montanhas. Notas Geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa.

Autores: Paulo Carvalho, Juliana Correia, Joaquim Caeiro, Luísa Adelino

Infografia: Paulo Carvalho

Fotografias da Capa (Paulo Carvalho): Serra da Malcata (2010), Serra da Lousã (2008), Serra do Açor (2011), Serra da Estrela (2009).

Edição: EUMED (Universidade de Málaga – Espanha)

Copyright: © Autores

Nº. Registo:

ISBN:

ÍNDICE

Índice	5
Autores	7
Prefácio	9
Políticas territorializadas para o desenvolvimento em ambientes de montanha: o exemplo da ação integrada de base territorial da Serra da Estrela	11
Património construído e políticas de desenvolvimento local em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações	27
Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão.....	63
Mountain rural landscapes. Preliminary considerations on the Village Plans (“Network of Schist Villages”)	81
A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e atores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambiente de montanha	95

AUTORES

Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Licenciado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Departamento de Geografia, e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra, Porto e Braga.

É membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais e autor de mais de uma centena de trabalhos, publicados em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Itália, Israel, Inglaterra, Irlanda, África do Sul, Brasil e Cabo Verde), e de outros tantos textos sob a forma de resumos, notas e notícias, com destaque para: *Landscape and heritage as strategic resources for the rural development*, 2002; *Ordenamento do território e desenvolvimento sustentável: problemas e desafios*, 2003; *Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade*, 2006; *Conservation, development and the environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies?*, 2007 (em colaboração); *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas*, 2008; *Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas*, 2008; *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, 2009; *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*, 2009; *União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural*, 2009; *The municipal charter for heritage as an innovative tool in urban planning in Portugal: from conceptualisation to operationalisation?*, 2009; *Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal: o exemplo do Piódão (Serra do Açor)*, 2010 (em colaboração); *Pedestrianismo e percursos pedestres em Portugal*, 2010 (em colaboração); *Walking, footpaths and heritage in Portugal: between enjoyment and preservation*, 2011; *Ordenamento e Desenvolvimento Territorial*, 2012; *The Historic Gardens: from the Heritage Dimension to its Touristic Potencial*, 2012 (em colaboração); *Património, Turismo e Lazer: temáticas e percursos de investigação*, 2012; *Património Cultural e Paisagístico: políticas, intervenções e representações*, 2012 (em colaboração).

Juliana Correia (julianacorreia21@hotmail.com)

Licenciada em Geografia, Geografia. Ramo de Formação Educacional, e Mestre em Geografia e Ordenamento do Território (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

Docente do ensino básico e secundário, em exercício de funções na Escola Secundária Marquês de Pombal (Lisboa).

Tem participado com comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais.

É autora e coautora de diversos trabalhos publicados, com destaque para: *Imigração e mercado de trabalho em Portugal. O exemplo da Figueira da Foz (Centro Litoral de Portugal)*, 2007 (em colaboração); *Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão*, 2008 (em colaboração); *Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a perceção local da mudança*, 2009 (em colaboração); *Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha: o caso do Piódão*, 2009;

Turismo e sustentabilidade do desenvolvimento no contexto das Aldeias Históricas de Portugal: o exemplo do Piódão (Serra do Açor), 2010 (em colaboração); *Turismo, sustentabilidade e ambientes de montanha: o caso do Piódão. Reflexões em torno das perspetivas dos visitantes*, 2011 (em colaboração).

Joaquim Caeiro (jcesar.caeiro@gmail.com)

Licenciado em Geografia. Ambiente e Desenvolvimento, e Mestre em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

Tem exercido atividades administrativas/técnicas e colaborado em trabalhos de planeamento regional e local.

Tem participado com comunicações em encontros científicos e técnicos nacionais e internacionais.

Encontra-se a realizar doutoramento em Geografia na Universidade de Coimbra com uma investigação sobre “Serviços ambientais: componente essencial da valorização do território e bem-estar humano. Proposta de um modelo para a sua retribuição”.

É autor e coautor de alguns trabalhos publicados: *Novas políticas e instrumentos de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (2000-2006)*, 2009; *Instrumentos inovadores de gestão territorial sustentável em ambientes de montanha: o exemplo da Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela*, 2010 (em colaboração); *Políticas territorializadas para o desenvolvimento em ambientes de montanha. O exemplo da Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela*, 2011 (em colaboração).

Luísa Adelino (luisa_daniela_a@hotmail.com)

Licenciada em Geografia. Ambiente e Desenvolvimento, e Mestre em Geografia Humana. Ordenamento do Território e Desenvolvimento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra).

Tem exercido atividades no âmbito dos SIG (Sistemas de Informação Geográfica).

Tem participado com comunicações em eventos científicos nacionais e internacionais.

É autora e coautora de diversos trabalhos publicados, com destaque para: *Gastronomia: a Identidade de um Povo e um Rumo para o Futuro*, 2006; *Coimbra e a Sociedade da Informação*, 2007; *Património construído e políticas de desenvolvimento em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações*, 2007; *Planeamento Turístico em Miranda do Corvo. Contributo de uma Análise Geográfica*, 2010; *Turismo e perspetivas de desenvolvimento em espaços de montanha. O exemplo de Miranda do Corvo (Pinhal Interior Norte/Centro de Portugal)*, 2011.

PREFÁCIO

As montanhas, pela diversidade de recursos e de atividades antrópicas, devem assumir uma importância crescente no ordenamento e gestão do território, na amplitude dos instrumentos de planeamento (mecanismos de regulação do uso do solo) às ferramentas operativas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A relevância geográfica das montanhas decorre de diferentes utilizações e funções (económicas, sociais, ambientais e patrimoniais) que por sua vez alicerçam dinâmicas e trajetórias territoriais profundamente diferenciadas.

No contexto geográfico da União Europeia, apesar de algumas iniciativas recentes que estão relacionadas em particular com a (nova) política de desenvolvimento rural e regional, as montanhas carecem de intervenções especializadas, integradas, articuladas e territorialmente ajustadas às dimensões dos seus principais problemas e potencialidades, ou seja, é evidente a necessidade de desenhar e implementar instrumentos adaptados às suas especificidades o que significa uma maior atenção e articulação das diferentes políticas que interferem no seu desenvolvimento.

As mudanças, os desafios e as oportunidades para as montanhas, segundo uma perspetiva de valorização de dimensões teóricas e empíricas, representam o contexto (e o pretexto) para este trabalho, que inclui um conjunto de reflexões geográficas no âmbito de comunicações e publicações em eventos científicos nacionais e internacionais (entre 2004 e 2011), com a particularidade de destacar a Cordilheira Central Portuguesa.

A pensar no universo de potenciais leitores, que inclui designadamente estudantes, docentes, investigadores, técnicos e entidades com responsabilidade na gestão do território, as narrativas selecionadas para esta publicação são as seguintes:

– “Políticas territorializadas para o desenvolvimento em ambientes de montanha. O exemplo da Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela”. Texto publicado em *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 28/29 (2009/2010), 2011, pp. 107-116.

– “Património construído e políticas de desenvolvimento em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações”. Comunicação ao “III Congresso Internacional sobre Vestígios do Passado” (Almeida, 30 de março de 2007). Texto publicado em CRUZ, Fernando (org.) (2007): *Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim, AGIR (Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural), pp. 327-354.

– “Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão”. Comunicação ao “III Congresso de Estudos Rurais” (Faro, 1-3 de novembro de

2007). Texto publicado em Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e Universidade do Algarve (2008): *Atas do III Congresso de Estudos Rurais*. Lisboa, 15 pp.

– “Rural landscapes. Case study of Village Plans in Central Portugal (“Network of Schist Villages”). Adaptação do texto publicado em CRISTÓVÃO, Artur (coord.) (2004): *European Farming and Society in Search of a New Social Contract: Learning to Manage Change. Proceedings of the 6th European IFSA Symposium*. Vila Real, UTAD/IFSA, pp. 233-242.

– “A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha”. Comunicação ao “5º Workshop APDR – Casos de Desenvolvimento Regional” (Coimbra, 8 de fevereiro de 2010). Texto publicado em: *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Departamento de Geografia (Universidade de Coimbra) e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, nº 28/29 (2009/2010), 2011, pp. 185-191.

Coimbra, 19 de fevereiro de 2013.

Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Departamento de Geografia e CEGOT
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra (Portugal)

POLÍTICAS TERRITORIALIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM AMBIENTES DE MONTANHA: O EXEMPLO DA AÇÃO INTEGRADA DE BASE TERRITORIAL DA SERRA DA ESTRELA

Joaquim Caeiro e Paulo Carvalho

Resumo

Na primeira parte deste artigo, abordamos a problemática dos territórios de montanha de modo a perceber a sua importância global, nacional, regional e local, assim como as iniciativas levadas a efeito para assegurar a sua sustentabilidade, designadamente através da análise de quadros normativos e documentos orientadores da Organização das Nações Unidas, da União Europeia e de outras organizações internacionais (e suas incidências em Portugal).

Na segunda parte, aprofundamos a reflexão sobre esta temática, através de um estudo de caso: a Ação Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela (do Programa Operacional da Região Centro de Portugal, 2000-2006), no sentido de explicitar os seus objetivos, analisar os resultados das intervenções (a partir dos projetos e financiamentos aprovados, enfatizando variáveis como as linhas de ação, os promotores e a distribuição geográfica), e antever a integração da Serra da Estrela no novo período de programação e execução das políticas públicas (2007-2013).

1. Montanhas, ordenamento e desenvolvimento sustentável: preocupações, orientações e quadros normativos

1.1 Significado e importância das áreas de montanha

No contexto planetário calcula-se que cerca de 1/10 da população mundial vive em áreas de montanha e que mais de dois mil milhões de pessoas dependem das montanhas para a obtenção de diversos recursos (GRAÇA, 2003). A montanha cobre aproximadamente 40% da superfície da União Europeia, por onde se repartem mais de 30 milhões de habitantes, parte esta que se acentua desde os últimos alargamentos (2004 e 2007). No caso de Portugal, os espaços geográficos de montanha ocupam cerca de 18% do território nacional, embora marcados por acentuado contraste em latitude (CUNHA, 2003). De facto as grandes massas montanhosas estão situadas nas regiões norte e centro do país, em particular no interior. Por

outro lado, o mosaico serrano português apresenta uma acentuada diversidade paisagística, sobretudo em resultado de fatores estruturais (particularmente fatores tectónicos) e litológicos.

Os territórios de montanha, com especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais, desempenham diferentes funções de interesse coletivo relacionadas com a utilização dos seus diversos recursos (CARVALHO, 2009). Para além de constituírem uma importante fonte de água, energia e biodiversidade, são também uma fonte de recursos minerais, florestais, eólicos e agrícolas, assim como são excelentes espaços para o lazer. O abandono, o despovoamento, a erosão dos solos, a urbanização desordenada, a gestão deficiente dos recursos florestais, a crescente ação destruidora dos fogos e a atividade turística desregulada, constituem problemas muito preocupantes que só é possível prevenir através de um ordenamento e gestão participados dos territórios e uma visão prospetiva que tenha como principal preocupação a sustentabilidade económica, social e ecológica.

Com efeito, a diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, assim como a importância das atividades desenvolvidas pelo homem, tornam ainda mais recorrente a questão do planeamento e da promoção do desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem. O risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, ou a modificação dos tipos e padrões de uso da montanha e a sua paisagem, exigem a definição e articulação de políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e atores locais.

A necessidade de instrumentos adaptados às especificidades da montanha exige um maior comprometimento e articulação entre as diferentes políticas que interferem no desenvolvimento das regiões de montanha. A prossecução destes objetivos significa também um processo de mudança de atitudes e comportamentos quer ao nível do planeamento territorial quer no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. Na primeira situação, está em causa a adoção de uma nova política de planeamento territorial integrado e uma nova política de infraestruturas adaptadas às características de cada região; no segundo caso, importa considerar o conhecimento e a ação como um binómio indissociável que acompanha a adoção de novas atitudes alicerçadas em pensamento crítico, eticamente referenciado e comprometido (CARVALHO, 2008).

1.2 Documentos orientadores e quadros normativos: escala global, europeia e nacional

A problemática do ordenamento e do desenvolvimento sustentável das montanhas faz parte das preocupações de diversas organizações políticas e não governamentais, na amplitude do global ao local. A atenção múltipla e cruzada suscita orientações e quadros normativos de geometria territorial variável no sentido de estruturar intervenções ajustadas às suas especificidades.

A consciencialização da importância estratégica das montanhas começou a surgir, à escala global, a partir de Convenção sobre a Desertificação (CNUD) que decorreu em 1977, e na sequência da qual surgiu o Plano de Ação para o Combate à Desertificação (PACD) das Nações Unidas (PRICE, 2007). Dois anos antes a Comunidade Económica Europeia (CEE) aprovou a Diretiva 75/268/CEE (1975) a qual abordou, entre outros assuntos, a agricultura de montanha, tendo definido medidas para mitigar as diferenças de rendimento dos agricultores das áreas de montanha relativamente aos agricultores das demais áreas, reconhecendo-se desta forma a especificidade da agricultura de montanha (CAEIRO, 2009).

As Nações Unidas, preocupadas com a grave situação ambiental e social da maior parte das áreas de montanha, declararam o ano de 2002 como Ano Internacional das Montanhas. Com esta Resolução exortava-se os governos, organizações nacionais e internacionais, as organizações não governamentais e o setor privado a prestar apoio ao Ano Internacional das Montanhas e a difundir a importância do desenvolvimento sustentável da montanha. A referida Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas dava, assim, em parte, impulso ao Capítulo 13 da Agenda 21 aprovada, em 1992, na Cimeira do Rio de Janeiro, onde se fixaram os princípios de atuação em matéria de desenvolvimento sustentável das montanhas, e cuja implementação deu lugar, sob a liderança da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), ao estabelecimento do denominado Programa para as Zonas de Montanha (1994) e do Fórum das Zonas de Montanha (1995), rede de organizações e instituições com interesse comum no desenvolvimento sustentável dessas áreas (NORDREGIO, 2004). Como parte das atividades que, a nível mundial, marcou o ano de 2002, destaca-se a criação da Aliança Internacional para o Desenvolvimento Sustentável em Regiões de Montanha, como resultado da Reunião Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (que decorreu em Joanesburgo).

No contexto europeu, merece referência a atividade desenvolvida pelo Conselho da Europa, nomeadamente a aprovação, em abril de 2003, da Carta Europeia de Montanha, que visa definir uma política europeia para as regiões de montanha, a partir do reconhecimento dessas regiões e da sua especificidade (CARVALHO, 2009).

A União Europeia, em diversas ocasiões, através dos seus órgãos próprios, nomeadamente o Comité Económico e Social, o Parlamento Europeu e o Comité das Regiões, manifestou interesse pelas regiões de montanha e reconheceu as suas especificidades e problemas, bem como a necessidade de formular uma política transversal ajustada às referidas dimensões. A título de exemplo podemos mencionar uma proposta de iniciativa sobre “O futuro das zonas de montanha da União Europeia”, lançada pelo Conselho Económico e Social da União Europeia, em julho de 2002. A proposta, decorrente da avaliação da ação comunitária a favor das áreas de montanha, é uma espécie de programa indicativo da direção a seguir pela União, segundo dois pilares: a integração dos territórios de montanha na futura política dos Fundos Estruturais, e a elaboração de uma política de montanha capaz de servir de modelo de desenvolvimento sustentável e equitativo (PRATT, 2004).

Contudo, as recomendações não foram ainda consideradas na devida dimensão, uma vez que se tem persistido em englobar e conectar as políticas para as áreas montanhosas às políticas direcionadas em abstrato para o desenvolvimento agrícola, numa primeira fase, e ao desenvolvimento rural, numa fase posterior. Em particular as primeiras, em virtude de assentarem em modelos desadequados, que genericamente visavam e valorizavam sobretudo a produtividade, não geraram os *inputs* de que muitas montanhas carecem (CAEIRO, 2009).

Por outro lado, a sociedade civil promoveu sessões de debate e apresentou propostas concretas para o desenvolvimento sustentável das áreas de montanha europeias. O trabalho das organizações não governamentais europeias tem como referência o Conselho Internacional Associativo para a Proteção dos Pirinéus e a Associação Euromontana (que inclui organizações de agricultores e criadores de gado, comunidades locais, institutos de investigação, agências de desenvolvimento, associações de montanha, entre outras, com interesses comuns no desenvolvimento sustentável das áreas rurais de montanha).

Em Portugal, a questão relativa ao desenvolvimento sustentável das áreas de montanha tem tido poucos avanços, o que torna Portugal um país distanciado no plano da adoção de medidas específicas em relação aos territórios montanhosos, apesar dos problemas estruturais que são bloqueadores do seu desenvolvimento (CARVALHO, 2009). Contudo, para além da Secção de Municípios de Montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), criada em 1995, e que atualmente congrega 66 municípios, pode ainda considerar-se que algumas das Comunidades Intermunicipais¹, por agregarem municípios exclusivamente de

¹ Podemos citar como exemplo a Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (Gouveia, Seia, Fornos de Algodres), a Comunidade Intermunicipal Comurbeiras (Covilhã, Belmonte, Fundão, Almeida, Celorico da

montanha, trabalham muito de perto com questões diretamente relacionadas com estas áreas geográficas, tornando-as, por via desse facto, nas únicas estruturas especializadas nas questões da montanha nacional (CAEIRO, 2009).

Em meados do Ano Internacional da Montanha (2002), a ANMP – Secção de Municípios de Montanha, levou a efeito uma sessão de debate sobre a problemática da montanha da qual resultou a “Declaração da Covilhã”, através da qual reclamava a inclusão desta temática na agenda política da União Europeia, assumindo-se esta Secção como parceiro estratégico para a definição de políticas atinentes aos territórios de montanha. Recentemente, em 2006, ocorreu em Chaves, a 5ª Convenção Europeia da Montanha, coorganizada pela Euromontana e a ADRAT (Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega) sob o tema “Crescimento e Coesão”. Nesta conferência foi debatida a contribuição das regiões de montanha para a Estratégia de Lisboa, nomeadamente os objetivos que devem ser atingidos, a nível europeu, no que diz respeito ao crescimento sustentado, à inovação e à criação de emprego. A declaração que foi aprovada no final desta conferência recomenda o uso das energias alternativas renováveis, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação e a elaboração de planos de desenvolvimentos específicos para as regiões de montanha, que deverão incluir as áreas protegidas.

A 15 de janeiro de 2007 foi aprovada a Lei n.º 2/2007, que estabeleceu o novo regime Jurídico das Finanças Locais em Portugal. Com esta Lei, pretendia-se que a distribuição dos dinheiros públicos pelo território nacional refletisse as restrições ao uso do solo, como por exemplo se o território em causa está ou não integrado numa qualquer classificação (Área Protegida, Rede Natura 2000) ou ainda consoante a amplitude altimétrica. De facto o artigo 26.º da citada Lei estabelece os critérios para a distribuição do FGM² pelos municípios, tendo em consideração, entre outros, a área total do município integrada numa área protegida ou em Rede Natura 2000, bem como tendo em conta a altitude a que o município se localiza.

2. Políticas e intervenções em ambientes de montanha: o exemplo da Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) da Serra da Estrela

Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso) e a Comunidade Intermunicipal Minho-Lima (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Vila Nova de Cerveira).

² O “FGM corresponde a uma transferência financeira do Estado que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento” (Diário da República, 1ª série – n.º. 10, 2007: 325).

2.1 As AIBT como instrumentos inovadores de gestão territorial

Como referimos, foi bastante frequente nas últimas décadas e de certa maneira persiste na atualidade, a conotação das áreas de montanha com as áreas rurais, de tal modo que os principais instrumentos de intervenção e as vias de aproximação vinculam estas áreas a organismos e instâncias relacionadas com a agricultura (e mais recentemente com o desenvolvimento rural).

Ao mesmo tempo, importa sublinhar que as políticas públicas de desenvolvimento da União Europeia, desde os meados dos anos 80 (século XX) até ao final da primeira década do século XXI, refletem algumas dimensões inovadoras designadamente a territorialização das intervenções, o desenho de novas lógicas de relacionamento dos atores e de articulação dos lugares (como, por exemplo, a criação de redes territoriais), a gestão participada e descentralizada, a valorização dos recursos territoriais mais diferenciadores e a sua integração em estratégias de desenvolvimento sustentável. O património (natural e cultural) é um dos recursos de maior visibilidade e alcance nas tentativas de (re)integrar e tornar mais atrativos (e competitivos) os territórios através de estratégias com forte ligação às novas utilizações e apropriações do espaço por parte da sociedade urbana, em particular no âmbito dos lazeres turísticos. A estruturação e a implementação de instrumentos territorializados e integrados é o rosto mais visível de uma nova estratégia e caminhos inovadores para o desenvolvimento das áreas de montanha, em estreita articulação com mecanismos de participação efetiva dos atores nas diversas fases do processo de planeamento e implementação das ações (incluindo a monitorização).

Em Portugal, no contexto desta atmosfera de novos instrumentos para a gestão integrada do território, no período de vigência do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), destacamos as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT), cuja génese decorre do objetivo de integrar territórios de baixa densidade (população, atores, instituições, recursos e organização), como acontece com especial incidência nas áreas rurais e de montanha, com afinidades e proximidade geográfica, no novo modelo de desenvolvimento do país. As AIBT integram as “intervenções em espaços específicos onde se identificam oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar, quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar” (CCRC, 2000: 7).

No caso da Região Centro, o Programa Operacional Regional (2000-2006) configura a estruturação dos objetivos de desenvolvimento regional segundo eixos prioritários e, de modo

inovador, pretende integrar as políticas sectoriais a um nível territorial. Inserido neste contexto, e tendo como principal alicerce a coerência territorial, foram definidas políticas programáticas para a Serra da Estrela, através da respetiva Ação Integrada de Base Territorial (AIBTSE), as quais assentavam, fundamentalmente, numa estratégia fomentadora da multifuncionalidade e da sustentabilidade, que visava potenciar os recursos patrimoniais naturais e culturais.

As linhas de ação da AIBTSE foram direcionadas para a qualificação e valorização ambiental e paisagística (LA1); a recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais (LA2); as acessibilidades e circuitos turísticos (LA3); o reforço do potencial turístico e ambiental (LA4); as ações de ordenamento e planeamento (LA5), e a valorização e animação turística e ambiental (LA6), revelando uma grande convergência em torno das questões relacionadas com o ambiente, o património e o turismo, que foram definidos como os setores estratégicos a desenvolver na Serra da Estrela.

No que diz respeito aos beneficiários (potenciais promotores de projetos), a AIBTSE privilegiou os municípios e as associações de municípios; a administração central; os institutos públicos; as agências de desenvolvimento regional; as associações de desenvolvimento local e outras entidades sem fins lucrativos; as instituições do ensino superior e politécnico; os centros de investigação; os centros tecnológicos; as empresas municipais e intermunicipais; os órgãos regionais de turismo; as organizações de produtores, e os privados e suas associações.

2.2 A AIBT da Serra da Estrela: contexto geográfico

A Ação Integrada da Base Territorial da Serra da Estrela (AIBTSE) abrangeu dez municípios (Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia), repartidos por cinco sub-regiões (Beira Interior Norte, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela) – figura 1. Este conjunto ocupa uma área total 3.065,9 Km², que corresponde a cerca de 10,8% da Região Centro e 3,3% da área do País. De acordo com o Anuário Estatístico de 2007, residiam no território abrangido pela AIBTSE 192.679 habitantes (menos 6522 habitantes em relação a 2001 – situação que mitiga a evolução positiva registada entre 1991 e 2001, com um acréscimo de 549 habitantes), que representam 8% da população residente na Região Centro e cerca de 1,9% da população residente no País.

Na área geográfica da AIBTSE, em 1991-2001, apenas os municípios de Belmonte (+ 2,4%), Covilhã (+ 0,9%) e Guarda (+13,6%) registaram uma evolução positiva da população. Para a maioria dos concelhos, o decréscimo populacional é uma realidade inolvidável, definindo uma tendência consolidada (desde meados do século passado), que conduziu em certos casos (Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres e Gouveia) a uma perda igual ou superior a 40% da população residente. Desta circunstância resulta um maior distanciamento destes territórios em relação à coesão económica, social e territorial, quer à escala regional quer à escala nacional.

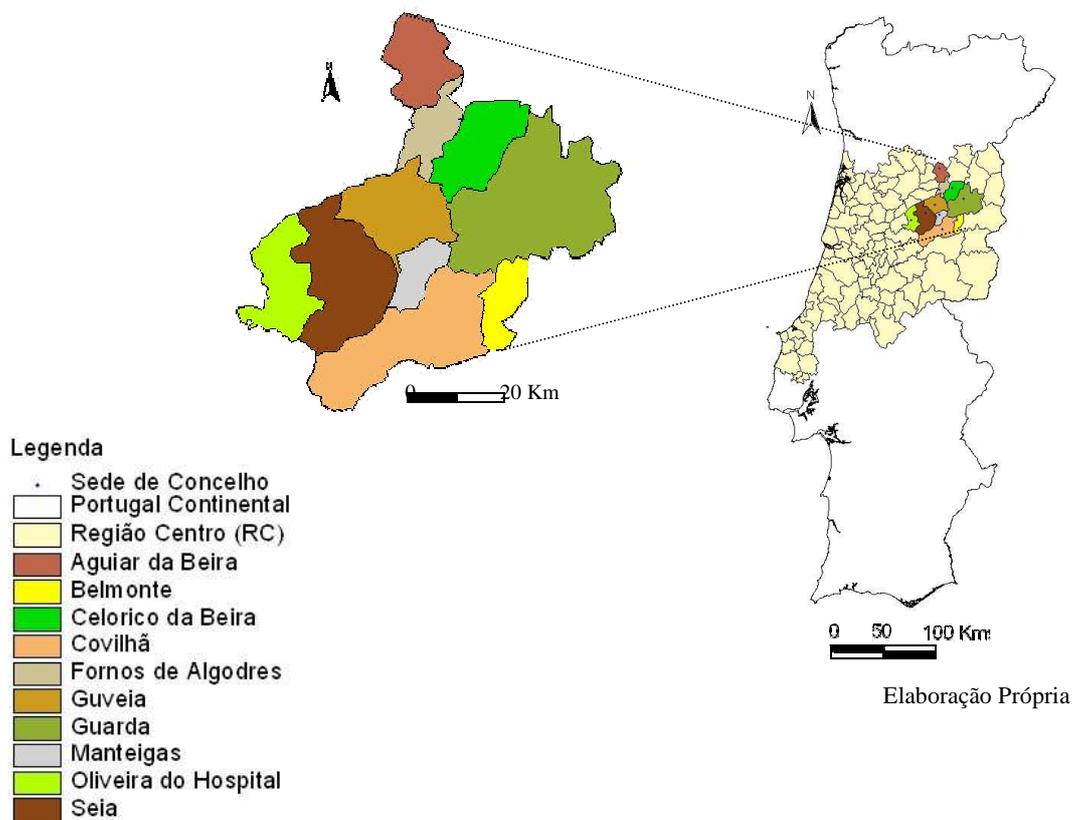


Figura 1. Localização e identificação dos concelhos da AIBTSE

Uma análise mais pormenorizada, incidindo nas freguesias e nos lugares, permite compreender a dimensão destas dinâmicas demográficas diferenciadas, destacando-se a capacidade polarizadora dos principais lugares urbanos em especial as sedes de município (gerando sinergias que induzem novas dinâmicas de desenvolvimento) e o esvaziamento demográfico de outros lugares nomeadamente os mais marcados pelos efeitos negativos da montanha (em alguns casos, persistem freguesias com menos de 150 habitantes e com taxas decenais negativas superiores a 15%). Por outro lado, acentuou-se o envelhecimento (bastante

superior ao que se verificou em Portugal, em especial nos concelhos com maior decréscimo demográfico, com índice de envelhecimento superior a 163%) e a terciarização da população da Serra da Estrela (o setor terciário registou um crescimento de 13% em 1991-2001, bastante superior ao valor registado na Região Centro e no País, ocupando a maioria da população ativa com emprego em 2001).

A principal singularidade do território que serve de matriz para esta AIBT decorre da presença ou proximidade da Serra da Estrela, a mais importante unidade de montanha em Portugal continental. A Serra da Estrela, elevando-se a quase 2000 metros na Cordilheira Central (espinha dorsal da Península Ibérica), destaca-se pela variedade e contraste das suas paisagens, e pelo enorme potencial em termos de património e recursos naturais e culturais, que lhe conferem condições únicas nomeadamente para o lazer e o turismo. Diversos estatutos de proteção (nacionais e internacionais) reconhecem o seu valor excecional no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade. Esta diversidade de recursos configura um fator decisivo para as estratégias de requalificação dos territórios e revitalização económica e social, centradas nas suas paisagens, como foi assumido pela AIBTSE e por outros instrumentos de gestão territorial como, por exemplo, os planos sectoriais para o turismo e o desenvolvimento rural.

2.3 Resultados das intervenções no âmbito da AIBTSE

No contexto da AIBTSE foram apoiados 73 projetos, o que perfaz um investimento de 33,5 milhões de euros (quadro 1). Os dados disponibilizados pela Unidade de Gestão desta AIBT, indicam, de forma muito clara, a primazia dos projetos relacionados com a valorização e animação turística e ambiental (33%), o reforço do potencial turístico e ambiental (25%), a recuperação de povoaamentos rurais e a qualificação dos aglomerados tradicionais (18%). Estas três linhas de ação foram responsáveis por 76% do total de projetos aprovados pela AIBTSE (e encaixaram 83% do investimento total).

Em termos de dimensão financeira dos projetos, por linha de ação, pode-se também observar no quadro 1, que foi a Linha de Ação 4 que absorveu a maior percentagem do total do envelope financeiro da AIBTSE. De facto, 64% do investimento total realizado por esta AIBT é bastante expressivo, tendo esta circunstância viabilizado a execução de projetos com uma dimensão financeira média acima de um milhão de euros, o que é mais do dobro da dimensão média de todos os restantes projetos apoiados pelas restantes linhas de ação. Em situação oposta, com menor número de projetos aprovados, encontramos a Linha de Ação 5.

Esta Linha de Ação viabilizou a execução de projetos relativos a ações de ordenamento e planeamento, tendo no total sido apresentados somente três projetos, que representam 4% do número total de projetos aprovados nesta AIBT. Contudo, se atentarmos à dimensão média do apoio concedido por projeto constata-se que os projetos da Linha de Ação 5 tiveram uma dimensão média superior aos 33 projetos apoiados no âmbito da Linha de Ação 6, que foram os que tiveram uma menor dimensão financeira média (cerca de 15,4 mil euros), do total de 73 projetos.

No que diz respeito ao tipo de projetos apoiados pela AIBTSE, constata-se que 68% do total corresponderam a ações do tipo material, às quais foi agregado 94% do investimento total. As ações do tipo imaterial (32%) absorveram, somente 6% do investimento total realizado por esta AIBT (Caeiro, 2009). Estes dados indiciam que os atores locais apostaram fundamentalmente em operações cuja visibilidade irá perdurar no espaço e no tempo, ou seja são investimentos com capacidade para alavancar a dinamização económica das áreas em causa, a médio e a longo prazo.

Quadro 1. Número de projetos e investimento da AIBTSE, por linha de ação

Linha de Ação	Projetos		Investimento Total		Dimensão média (€)
	N.º	%	€	%	
LA1	8	11	2.974.620,74	9	371.827,59
LA2	13	18	4.029.524,65	12	309.963,43
LA3	7	10	2.383.313,35	7	340.473,34
LA4	18	25	21.407.650,10	64	1.189.313,89
LA5	3	4	416.817,25	1	138.939,08
LA6	24	33	2.289.339,60	7	95.389,15
Total	73	100	33.501.265,68	100	458.921,45

LEGENDA: LA1 – Qualificação e Valorização Ambiental e Paisagística; LA2 – Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais; LA3 – Acessibilidades e Circuitos Turísticos; LA4 – Reforço do Potencial Turístico e Ambiental; LA5 – Ações de Ordenamento e Planeamento; LA6 – Valorização e Animação Turística e Ambiental.

Fonte: CAEIRO (2009), com base na Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Em relação aos promotores dos projetos aprovados (quadro 2), destacam-se as entidades do setor público, que em conjunto foram responsáveis por 87% (68% – Câmaras Municipais; 15% – Entidades Públicas; 4% – Institutos Públicos) dos projetos executados ao abrigo da AIBTSE, tendo absorvido 98% do apoio financeiro total concedido por esta medida do Programa Operacional da Região Centro. Em relação aos promotores privados, estes foram

responsáveis pela promoção dos remanescentes 13% dos projetos aprovados, aos quais corresponde uma parte insignificante (2%) do montante financeiro total.

Por outro lado, constata-se que os Municípios foram os principais dinamizadores da AIBTSE, tendo as ações executadas absorvido 81% do total do envelope financeiro adstrito a esta medida, circunstância que fez com que os 50 projetos promovidos por estas entidades tivessem uma dimensão financeira média acima de quinhentos mil euros.

No grupo das entidades públicas (quadro 2), foi onde se verificou um maior equilíbrio entre a percentagem de projetos aprovados (15%) e a percentagem financeira absorvida por estes mesmos projetos (16%), o que fez com que o valor médio de cada projeto executado pelas entidades públicas se aproximasse bastante do valor médio atribuído por projeto no conjunto geral da AIBTSE. Contudo, não se pode deixar de salientar que existiu uma grande variabilidade na dimensão média dos projetos, atendendo a que foram realizados projetos cujo custo médio rondou os 65 mil euros que contrastam com os projetos executados pelas Câmaras Municipais que tiveram um orçamento médio de 545 mil euros.

Quadro 2. Projetos e investimento aprovados pela AIBTSE, por promotor

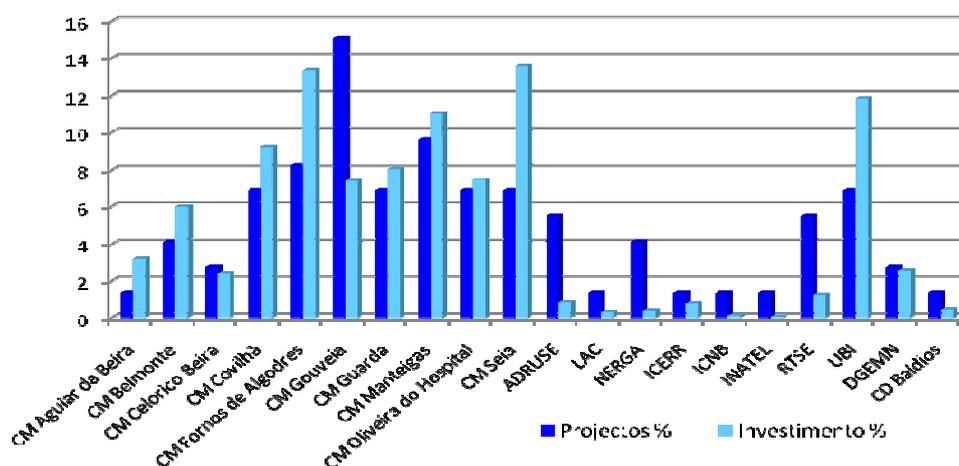
Entidades Promotoras	Projetos		Investimento		Dimensão Média (€)
	N.º	%	Total (€)	%	
Câmara Municipais	50	68	27.286.717,77	81,45	545.734,36
Associações Desenvolvimento Local	8	11	516.278,14	1,54	64.534,77
Institutos Públicos	3	4	310.754,46	0,93	103.584,82
Entidades Públicas	11	15	5.233.241,16	15,62	475.749,20
Outros	1	1	154.274,15	0,46	154.274,15
Total	73	100	33.501.265,68	100,00	458.921,45

Fonte: CAEIRO (2009), com base na Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Ainda em relação aos promotores, através da figura 2, podemos constatar que foram as Câmaras Municipais de Fornos de Algodres, de Seia, de Aguiar da Beira e a Universidade da Beira Interior (UBI) que executaram os projetos de maior dimensão atendendo a que a percentagem dos investimentos é substancialmente superior à percentagem de projetos realizados. Situação inversa ocorreu nos projetos da Câmara Municipal de Gouveia, da Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE), da Liga de Amigos de Conímbriga (LAC), do Núcleo Empresarial da Guarda – Associação Empresarial (NEGRA), do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), do Instituto Nacional

para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P. (INATEL) e pela Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE).

Por último, importa analisar a distribuição geográfica (incidência territorial) dos projetos. De acordo com os dados do quadro 3, é possível verificar que foi nos Municípios da Covilhã (21%) e de Gouveia (21%) que ocorreu a maior percentagem de projetos (42%). A seguir a estes foi nos territórios dos Municípios de Manteigas (12%) e da Guarda (10%) que se verificou uma maior percentagem de projetos aprovados. Todo o restante território da AIBTSE foi responsável pelos restantes 36% de projetos, sendo de destacar, de entre estes, o Concelho de Aguiar da Beira por ter rececionado somente 1% do total de projetos da AIBTSE.



Fonte: CAEIRO (2009), com base na Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

Figura 2. Projetos e montante financeiro, aprovado pela ABTSE, por entidade promotora

O Município onde a AIBTSE teve maior impacto financeiro foi a Covilhã. De facto, este Concelho absorveu 25% do investimento total da AIBTSE (cerca de 8,4 milhões de euros) – e nele se localizaram 21% dos projetos aprovados. O inverso, ou seja o território que menos beneficiou com a AIBTSE, foi Celorico da Beira, área onde no total foi investido, de forma direta, menos de um milhão de euros. No que diz respeito à repartição financeira pelos restantes territórios, a seguir à Covilhã, surgem os Municípios de Seia (14%), Fornos de Algodres (13%) e Manteigas (11%), como territórios que absorveram de forma individual mais de 10% do investimento total feito por esta AIBT. Em cada um dos restantes Municípios ocorreram projetos que envolveram quantias que correspondem a menos de 10% do total financiado pela AIBTSE, de entre os quais se destaca o caso do Concelho de Gouveia pelo

facto de, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, ser a par com a Covilhã, um dos concelhos com mais projetos aprovados, situação que não foi acompanhada no que diz respeito ao financiamento.

Numa análise mais fina da localização dos projetos, constata-se que a maior percentagem dos projetos e do investimento (60% e 57%, respetivamente) se localizou em freguesias que não são sede de concelho (CAEIRO, 2009) – situação com maior incidência em Celorico da Beira, Guarda e Manteigas.

Quadro 3. Localização geográfica dos projetos aprovados pela AIBTSE

Localização (Município)	Projetos		Investimento		Dimensão média (€)
	N.º	%	€	%	
Aguiar da Beira	1	1	1.060.067,89	3	1.060.067,89
AIBT Serra da Estrela	3	4	299.618,83	1	99.872,94
Belmonte	4	5	2.055.989,77	6	513.997,44
Celorico Beira	3	4	863.782,49	3	287.927,50
Covilhã	15	21	8.448.902,63	25	563.260,18
Fornos Algodres	6	8	4.464.929,94	13	744.154,99
Gouveia	15	21	2.712.414,15	8	180.827,61
Guarda	7	10	2.768.999,48	8	395.571,35
Manteigas	9	12	3.794.478,28	11	421.608,70
Oliveira Hospital	5	7	2.494.865,86	7	498.973,17
Seia	5	7	4.537.216,36	14	907.443,27
Total	73	100	33.501.265,68	100	458.921,45

Fonte: CAEIRO (2009), com base na Unidade de Gestão da AIBTSE (2008)

3. Conclusão

Os ambientes de montanha são um excelente laboratório para analisar as tendências atuais em matéria de desenvolvimento dos territórios e das populações. Apesar das preocupações com as montanhas, as orientações e os quadros normativos associam de forma recorrente os territórios de montanha aos problemas gerais da agricultura e do mundo rural, de que resulta, invariavelmente, para além da degradação destes espaços, em algumas situações, o acentuar das diferenças sociais e económicas entre os territórios de montanha e os demais territórios, circunstância que contribui para o despovoamento e o abandono destas áreas.

As Ações Integradas de Base Territorial constituem instrumentos específicos dirigidos para o interior do país no âmbito do QCA III e a sua apresentação insere-se no âmbito de uma política de discriminação positiva de territórios em que são manifestas as dificuldades endógenas de provir ao seu desenvolvimento sustentado (CRISTÓVÃO et al., 2003), como acontece com a Serra da Estrela.

Em termos práticos, a AIBTSE apoiou projetos que assentaram numa estratégia fomentadora da multifuncionalidade e da sustentabilidade, que visava potenciar os recursos patrimoniais naturais e culturais, em ligação com o ambiente e o turismo, que como tivemos oportunidade de referir foram definidos como os setores estratégicos a desenvolver na Serra da Estrela. Neste sentido, a AIBTSE aprovou um conjunto de projetos que permitiram projetar e conseqüentemente atrair visitantes para a região, com especial destaque para os de maior dimensão (como o Centro de Interpretação da Serra da Estrela e o Centro de Interpretação do Ecomuseu dos Lanifícios da Serra da Estrela) que tiveram uma relação direta com a valorização das potencialidades do território e também no âmbito da qualificação dos fatores de competitividade da economia regional. Contudo, a participação dos *stakeholders* privados foi pouco relevante, com pouco mais de 2% do investimento total aprovado pela AIBT (33,5 milhões de euros). De igual modo, mereceu pouca atenção a formação de redes temáticas, que permitissem integrar e valorizar o seu potencial de recursos naturais e culturais.

A matriz conceptual e operativa da AIBT é uma referência importante que deveria continuar de modo a consolidar, aprofundar e alargar as ações já efetuadas, devendo nesta continuidade ser atribuída uma especial atenção aos fatores que dinamizassem a participação de agentes económicos e de outros atores da sociedade civil.

Perspetivando a integração da Serra da Estrela no atual período de programação e execução das políticas públicas (2007-2013), destacam-se novas janelas de oportunidade para o desenvolvimento desta região de montanha, nomeadamente no âmbito dos programas PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) e PROVERE (Programa de Valorização dos Recursos Endógenos), embora mais exigentes em matéria de integração, cooperação, parcerias e gestão.

No que diz respeito ao PRODER, destacamos o eixo 3 (designadamente as medidas direcionadas para diversificação da economia e criação de emprego, e a melhoria da qualidade de vida das áreas rurais), cuja implementação decorre através da metodologia LEADER.

Em relação ao PROVERE, que pretende estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial dos territórios de baixa densidade, através de um consórcio formado por entidades públicas e privadas, a partir de recursos singulares como o património natural e o património cultural, enfatizamos a iniciativa “BuY NATURE – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas”. Esta iniciativa, coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (com base numa rede de parceiros públicos e privados dos territórios envolvidos), pretende potenciar os recursos endógenos do património

natural das áreas classificadas de montanha da Região Centro – complementados pelo respetivo património cultural – através da implementação de uma estratégia de base territorial alicerçada no turismo de natureza, no desporto de natureza e no turismo ativo, que se afirme como uma iniciativa que reforce a competitividade do território, com características de inovação e sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

- CAEIRO, J. (2009): *Políticas territorializadas de desenvolvimento em contexto de montanha. O exemplo da AIBT da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado em Geografia (Ordenamento do Território e Desenvolvimento). Coimbra, Faculdade de Letras.
- CARVALHO, P. (2008): “Questionando as trajetórias e as perspetivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal”. In VALENÇA, M. (Coord. e Org.): *Globalização e Marginalidade*. Natal. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 935-946.
- CARVALHO, P. (2009): *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Lousã, Edição da Câmara Municipal da Lousã.
- CCRC (2000): *Programa Operacional da Região Centro*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CRISTÓVÃO, A. et al. (2003): “O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-DOURO”. *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Bragança, SPER/ESAB/AEEA.
- CUNHA, L. (2003): “A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”. In CAETANO, L. (coord.) *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- GRAÇA, L. (2003): “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. (Orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 373-385.
- GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS (2006): *Sustainable mountain development*. New York.
- NORDREGIO (2004): *Mountain Areas in Europe*. Stocholm, Nordic Center for Spatial Development.
- PRATT, D. (2004): “Democratic and decentralized institutions for sustainability in mountains”. In PRICE, M. et al. (eds.): *Keys Issues for Mountain Areas*. New York, United Nations.
- PRICE, M. (2007): *Mountain Area Research & Management Integrated Approaches*. London, Earthscan.
- VALCÁRCEL, J. (2004): “Áreas de Montaña: de la sobrevivencia a la integración”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 38, pp. 5-28.

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREAS DE MONTANHA: DAS INTERVENÇÕES ÀS NOVAS ORIENTAÇÕES

Paulo Carvalho, Juliana Correia e Luísa Adelino

Resumo

Nos últimos anos destacam-se importantes políticas e intervenções no contexto do desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, como são as áreas rurais e de montanha, centradas na utilização inovadora dos recursos ligados ao património.

A matriz teórica e a teia operativa refletem a territorialização das políticas, a preocupação de promover o desenvolvimento de forma sustentada e participada, o desenho de novas lógicas de relacionamento e integração dos lugares (como, por exemplo, a criação de redes e itinerários) e a vinculação crescente dos recursos patrimoniais a estratégias de desenvolvimento. Estas enquadram linhas de ação como a requalificação urbana, a revitalização socioeconómica e a inclusão dos lugares nos destinos do turismo alternativo.

Neste contexto, a nossa proposta de reflexão pretende analisar os resultados de intervenções no âmbito de programas que utilizam o património construído como âncora para promover o desenvolvimento em territórios rurais de montanha, bem como perspetivar as novas orientações no quadro das políticas públicas para o período de 2007 a 2013.

A partir da análise de “Planos de Aldeia” e da realização de inquéritos às populações, apresentamos um ensaio, que configura uma avaliação preliminar, centrado em dois casos de estudo relacionados com o Programa das Aldeias do Xisto (do Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006): Gondramaz (Miranda do Corvo) e Fajão (Pampilhosa da Serra).

1. Os espaços rurais e as montanhas no âmbito dos paradigmas de desenvolvimento territorialista e ecocultural

A territorialização das políticas públicas e a valorização dos recursos ecoculturais refletem orientações recentes em matéria de promoção do desenvolvimento regional e local.

Compreender a estruturação e o modo como estas políticas foram implementadas no território, interpretar os seus resultados e traçar linhas prospetivas configuram preocupações relevantes na perspetiva de uma abordagem de matriz geográfica.

Para responder a estas preocupações entendemos conveniente orientar a comunicação segundo dois eixos de análise: o primeiro visa contextualizar no plano teórico a temática das dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento dos territórios rurais e das montanhas, explicitando a importância das políticas públicas e os processos de patrimonialização, requalificação, revitalização e turistificação; o segundo pretende aprofundar este quadro teórico, mediante a análise de um estudo de caso: o Programa das Aldeias do Xisto (Programa Operacional da Região Centro de Portugal, 2000-2006). Neste âmbito apresentamos os resultados preliminares de um ensaio metodológico baseado em inquéritos por questionário realizados em Gondramaz (Miranda do Corvo) e Fajão (Pampilhosa da Serra) que pretende analisar e avaliar os resultados do referido Programa.

No plano europeu e nacional destacam-se vários documentos orientadores e normativos que evidenciam preocupações a respeito do desenvolvimento dos territórios rurais. Por sua vez, as montanhas, com particularidades que reforçam os problemas estruturais mais agudos do mundo rural, têm vindo a ser integradas nas políticas sectoriais agrícolas da União Europeia. Contudo, é reconhecida, ainda, a falta de uma política adequada às suas especificidades (GRAÇA, 2003; CARVALHO, 2005; SERAFIM, 2005).

A evolução da Política Agrícola Comum, em quatro décadas, reflete uma trajetória que podemos sintetizar através de uma ideia: “do agrícola ao rural”, isto é, os espaços rurais europeus estão hoje mais comprometidos às novas funções/utilizações e mais (inter)dependentes da sociedade urbana (CARVALHO, 2006-a; CAVACO e MORENO, 2006; COVAS e COVAS, 2006).

Depois de um período norteado para o crescimento agrícola, em que dominaram os objetivos e as preocupações produtivistas e economicistas, assumem relevância, desde finais dos anos 80 (século XX), novas políticas e instrumentos orientados para o desenvolvimento rural. Em particular a última década reflete a afirmação de uma nova forma de pensar e atuar sobre os territórios, estruturada a partir de perspectivas ambientalistas, territorialistas e patrimonialistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento dos territórios rurais (CARVALHO, 2006-b). A multifuncionalidade emerge como paradigma dominante e a ruralidade reveste-se de novos perfis de geometria variável. O desenvolvimento rural afirma-se como o segundo pilar da PAC (mantendo-se a política de mercados e preços como prioridade e primeiro alicerce).

No quadro de abertura do mundo rural, de novas procuras sociais e crescente integração de novos usos, os lazeres turísticos configuram «propostas alternativas que podem

gerar efeitos positivos se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção» (CARVALHO, 2006-a). Permitimo-nos destacar as modalidades integradas na designada nova fase do turismo, relacionada com o novo paradigma da economia globalizada. As suas características estruturantes, como a flexibilidade, a segmentação e a integração transversal, influenciaram muitos lugares a descobrir e valorizar os seus recursos ecoculturais com o intuito de aumentar o seu perfil competitivo (CARVALHO, 2006-b).

Com efeito, o património, como recurso diferenciador dos territórios, «pode ser utilizado para obter vantagem no quadro da competição entre os lugares, através de estratégias inovadoras que tendem a envolver agentes/operadores públicos e privados (cada vez mais em regime de parceria e segundo uma lógica de rede) no desenho de novos produtos turísticos (designadamente culturais e ambientais) destinados a captar segmentos específicos da procura turística» (CARVALHO, 2006-c).

As preocupações patrimoniais e a evolução recente do seu entendimento não excluíram o mundo rural e os seus valores (materiais e imateriais). A normativa internacional (que inclui mais de uma centena de documentos referenciais, entre cartas, resoluções e convenções, produzidos no seio de importantes organizações como a UNESCO, o Conselho da Europa e o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, entre outras, e a legislação nacional (que decorre em particular da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro) refletem um conjunto de tendências muito significativas neste domínio, designadamente: o crescimento e plasticidade do universo de bens suscetíveis de patrimonialização, «destacando-se nos últimos anos as dimensões imateriais e os ambientes rurais e vernaculares; a maior ambição no que concerne à escala de intervenção, enfatizando o contexto territorial e dialético dos bens a proteger e a valorizar, isto é, o quadro natural e construído que influi na perceção estática ou dinâmica desses elementos ou conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais (UNESCO, 2006); a democratização do acesso e fruição dos bens culturais e patrimoniais; a necessidade de devolver o património aos cidadãos e de estabelecer com eles uma nova relação, também por via da sua participação (espontânea ou organizada) nas diversas tarefas relacionadas com a salvaguarda e valorização do património» (CARVALHO, 2006-b), e a preocupação de encontrar funções ou utilizações para o património.

Por outro lado, é importante destacar as novas atitudes dos turistas, a saber: mais ativos, participativos e exigentes (no que concerne igualmente à preservação dos recursos patrimoniais) do que no passado e menos influenciados pelas perspectivas da oferta turística massificada (CARVALHO, 2006-c), assim como enfatizar o maior interesse na «recreação, nos desportos, na aventura, no conhecimento da história, da cultura, na natureza e na vida selvagem das áreas visitadas» (BARROS, 2004: 30), tendência relacionada com a diversificação e a segmentação dos seus interesses.

No que diz respeito às áreas de montanha, a evolução recente, no plano das dinâmicas territoriais e das perspectivas de desenvolvimento, demonstra também a convergência destas diversas orientações. De facto, uma parte importante das montanhas em Portugal está cada vez mais vinculada às populações urbanas, aos recursos e aos valores ecoculturais, depois de uma fase de crise acentuada das atividades económicas tradicionais e dos intensos fluxos migratórios (externos e internos) que conduziram a processos de despovoamento, desvitalização económica, demográfica e social, abandono e degradação das paisagens serranas.

Nesta atmosfera de renovação dos usos e da imagem territorial, em ligação aos recursos ambientais e patrimoniais, a apropriação da paisagem é comandada a partir do exterior e a população urbana procura a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupa de forma permanente (neo-rurais), ou utiliza no âmbito dos tempos livres (de que são exemplo, a residência secundária e o turismo).

Como já se referiu, as recentes políticas e instrumentos de desenvolvimento mostram a tendência de incluir as regiões montanhosas, embora seja evidente a ausência de uma orientação política comum e a forma desarticulada como são concebidas e implementadas (CARVALHO, 2006-b). O exemplo do turismo e do património cultural edificado é muito significativo. É possível identificar no mesmo lugar (e de forma surpreendente na mesma rua ou até em estruturas edificadas contíguas) projetos (no alinhamento de objetivos semelhantes ou complementares), apresentados por entidades públicas e privadas, com apoio financeiro no âmbito de programas tão diversos como o LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), uma AIBT (Ação Integrada de Base Territorial) ou um programa sectorial (neste caso na área do turismo). Portanto, sinais preocupantes de uma metodologia comprometida de planeamento, operacionalização e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. A compor este cenário, acresce a frequente omissão de apresentação e discussão pública dos resultados (para informação e participação da sociedade

e para apoiar a estruturação de novas políticas) e o modo isolado, redutor e “paroquial” de definir estratégias de desenvolvimento. Assim, é mais difícil criar novas oportunidades de desenvolvimento e promover os territórios e a qualidade de vida das populações.

2. Políticas, intervenções e novos desafios: o exemplo do Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006)

A reflexão atual sobre as políticas de desenvolvimento aponta a necessidade de ultrapassar as tradicionais perspetivas sectoriais e adotar uma visão estratégica e global de um determinado território, concebida e aplicada em escala supramunicipal, de maneira a definir políticas e intervenções territorializadas. Este modelo de gestão influenciou a estruturação dos quadros comunitários de apoio e o modo como a política regional tem sido aplicada, em particular no período 2000-2006.

Neste contexto e no quadro geográfico do Centro de Portugal destacamos a importância das ações integradas de base territorial, que aparecem alinhadas no eixo II do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006). Este, com quase 600 milhões de euros de investimento previsto, responde ao objetivo de qualificar a região através de eixos³ e medidas capazes de apoiar as estratégias de investimento dos diversos atores territoriais.

A Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (componente FEDER) é uma iniciativa centrada em dois domínios principais: o património (natural e cultural) e o turismo cultural e ambiental. O investimento total aprovado, de acordo com dados do início de 2006, aproximava-se de 25 milhões de euros, destacando-se o Programa das Aldeias do Xisto (com 10.63 milhões de euros e 45% do investimento) e as iniciativas de valorização do património natural e cultural, entre as mais importantes neste domínio, com 52% do investimento aprovado (12.36 milhões de euros) (CARVALHO, 2006-b). Os projetos aprovados no âmbito destas últimas ações compreendem diferentes áreas como, por exemplo, as praias fluviais (como acontece com a Praia das Rocas, em Castanheira de Pera, que configura o maior investimento por projeto da AIBT do Pinhal Interior) e as iniciativas museológicas (como o

³ O Programa Operacional da Região Centro (integrado no Eixo 4. Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional, do Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006) apresenta três eixos prioritários: 1. apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal; 2. ações integradas de base territorial e 3. intervenções da administração central regionalmente desconcentradas, no sentido de responder aos seguintes objetivos gerais: acesso da população aos “serviços universais” e infraestruturação do território; qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades; restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização; valorização das potencialidades de territórios específicos; qualificação dos fatores de competitividade da economia regional (CCDRC, 2001).

museu da geodesia, em Vila de Rei, o museu do azeite de Sarnadas do Ródão e o Ecomuseu da Serra da Lousã⁴, na Lousã).

O Programa das Aldeias do Xisto envolve 23 microterritórios periféricos (muito marcados por trajetórias de abandono e progressiva desvitalização demográfica, económica e social), repartidos por treze municípios⁵, das sub-regiões do Pinhal Interior Norte e Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira. Destaca-se o agrupamento de lugares da Serra da Lousã e o alinhamento de aldeias em torno do Médio Zêzere.

A intervenção pretende, no essencial, a «recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturação com redes básicas), que sustente uma rede de sítios de interesse turístico» (CCRC, 2001: 38).

A candidatura dos municípios teve subjacente a elaboração de um plano para cada aldeia, documento que, no essencial, visa caracterizar a aldeia, apresenta os motivos que fundamentam a escolha e estabelece as linhas orientadoras da intervenção correspondente. A elaboração deste documento e a sua operacionalização envolveu diversas entidades, como os gabinetes de apoio técnico, os gabinetes técnicos locais e mesmo entidades externas ao abrigo de contratos de prestação de serviço.

Os elementos financeiros relativos à distribuição do investimento aprovado (até ao início de 2006) permitem realizar os seguintes comentários (CARVALHO, 2006-b; 2006-c):

– Em relação às principais categorias de intervenção, a hierarquia dos investimentos é a seguinte: imóveis particulares (37.5%), espaços públicos (19.7%), as infraestruturas (10.9%) e estas duas componentes (13.2%); intervenção nos espaços públicos (10.2%).

– No que concerne aos investidores, as câmaras municipais configuram o maior investidor do PAX.

– No plano territorial, verificam-se desigualdades de distribuição do investimento, quer ao nível dos lugares (de 152 mil, em Casal de São Simão, a 1.2 milhões de euros, em

⁴ A versão atual deste projeto do município da Lousã, traduzindo a evolução de uma ideia que tem sido foi moldada segundo critérios de cada vez maior exigência técnica e financeira (CARVALHO, 2001; 2005), configura uma estrutura polinucleada, com o núcleo de investigação (museu etnográfico Dr. Manuel Louzã Henriques), o núcleo sede (instalado em edifício no centro histórico da Lousã, a inaugurar brevemente), o núcleo de gastronomia e doçaria regional associado ao lagar Mirita Sales e o núcleo a consagrar ao pintor Carlos Reis (1863-1940) centrado na antiga casa-atelier deste vulto da 2ª geração da pintura naturalista portuguesa.

⁵ Arganil; Castelo Branco; Figueiró dos Vinhos; Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Sertã; Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

janeiro de Cima), quer à escala dos municípios (de 152 mil euros, em Figueiró dos Vinhos, a 1.7 milhões de euros, no Fundão).

Por outro lado, podemos referir que o PAX aprovou 424 intervenções em imóveis particulares (quase 70% ocorreram nos municípios de Góis, Lousã, Fundão e Castelo Branco), 34 intervenções em imóveis públicos, 47 ações em espaços públicos e cerca de 30 ações relacionadas com infraestruturas. A execução, no início de 2006, aproximava-se de 50% (CARVALHO, 2006-b).

A implementação do Programa obedece a duas fases metodológicas diferenciadas: a primeira, orientada para a requalificação e infraestruturização das aldeias serranas, está em fase de conclusão e apresenta resultados muito diferenciados; a segunda está a ser orientada para a divulgação, dinamização e animação turística.

Para melhor interpretar os resultados do PAX, designadamente a primeira fase, realizámos um inquérito por questionário em duas áreas-amostra (Gondramaz e Fajão), que permite fixar algumas conclusões.

2.1 Gondramaz (Miranda do Corvo)

A aldeia do Gondramaz (figura 1), localizada no setor noroeste da Serra da Lousã, a menos de quarenta quilómetros da cidade de Coimbra, reflete trajetórias de despovoamento, envelhecimento e desvitalização económica, social e demográfica, afinal características que marcam de forma vigorosa a grande maioria dos lugares de montanha em Portugal.

A inclusão deste lugar no mapa dos novos destinos do turismo e do lazer e a construção do seu imaginário turístico, desde o final dos anos 80, aparece relacionada com as potencialidades da paisagem cultural serrana, designadamente os traços da arquitetura rural vernacular, os campos de cultivo apoiados em muros de pedra solta e os resquícios da vegetação primitiva (em especial os carvalhos e os castanheiros). As estátuas de pedra, criadas pelo escultor autodidata Carlos Rodrigues, espalhadas pelo país e pelo mundo, são o símbolo/imagem de marca do Gondramaz (e, até ao momento, o único produto original da aldeia).

Como em outros lugares da Serra da Lousã é sobretudo a partir do século XVI que encontramos referências objetivas ao povoamento do Gondramaz, a partir de fontes como o “Numeramento de 1527/32” (que dá conta de dois “moradores” em Cadaval e Gondramaz) e os registos paroquiais (casamentos, óbitos e batismos), entre outras. A difusão de espécies alimentares provenientes do Novo Mundo, como o milho grosso, o feijão, a abóbora e mais

tarde a batata, explicam a ocupação do interior serrano (mediante o arroteamento da floresta e a conquista de espaços destinados ao cultivo) e o crescimento da população.

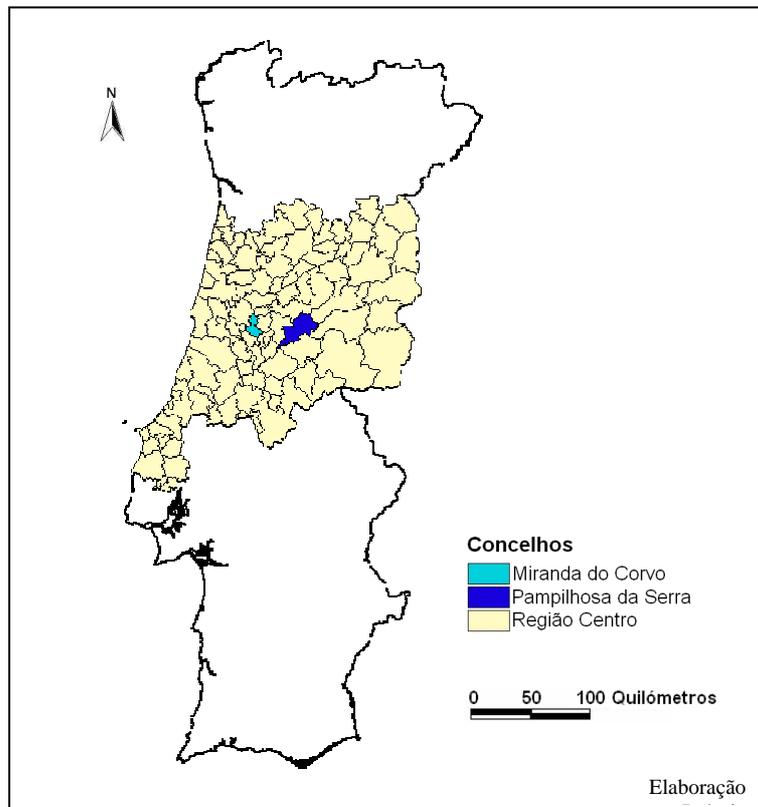


Figura 1. Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra: mapa simplificado de localização

A componente agro-silvo-pastoril que durante séculos alicerçou a economia dos povoados de montanha não conseguiu acompanhar o ritmo do crescimento demográfico e as necessidades alimentares da população. O desequilíbrio reflete-se nos fluxos migratórios, com início provável na segunda metade do século XIX. Nas décadas seguintes assumem novos destinos, quer internacionais (primeiro, o ciclo transoceânico, com o Brasil e Estados Unidos da América, e depois, em meados do século XX a Europa Ocidental), quer nacionais (sobretudo a área metropolitana de Lisboa). A saída crescente de população, sentida desde os lustros iniciais do século XX (em 1911, o Gondramaz regista o valor máximo de população, com 92 habitantes) atinge um ritmo vertiginoso e comprometedor (da possibilidade de crescimento ou regeneração da população) sobretudo a partir dos anos 60 (em 1960 foram contabilizados 56 residentes). Em 1991 a aldeia apresentava apenas 10 residentes, registo que se manteve quase inalterado em 2001 (exatamente 9 habitantes).

A “sangria” demográfica deixou marcas evidentes na estrutura da população, na estrutura edificada da aldeia e nas antigas componentes ativas da sua paisagem cultural. Atenuar e, eventualmente, contrariar o abandono e a (consequente) degradação da paisagem cultural serrana são desafios assumidos, pela primeira vez, no quadro de uma política específica para estes territórios.

2.1.1 O Plano de Aldeia: análise, diagnóstico e propostas de intervenção

O Plano de Aldeia do Gondramaz, elaborado por um Gabinete Técnico Local constituído (por iniciativa da Câmara Municipal de Miranda do Corvo) para essa finalidade, incluiu a realização de inquéritos que permitiram, entre outros objetivos, traçar os perfis socioeconómicos dos residentes, identificar as prioridades fundamentais para a requalificação da aldeia e delinear um plano de ação orientado segundo três vertentes fundamentais: recuperação de fachadas e coberturas, melhoria/execução de infraestruturas básicas e requalificação de espaços sociais.

A aldeia do Gondramaz, segundo os referidos inquéritos, apresenta-se como uma comunidade tipicamente rural e a totalidade da população gosta de morar na aldeia. No entanto, a maioria referiu que gostaria de ter na aldeia uma mercearia e apontou como principais carências o melhoramento da rede pública de abastecimento de água, os transportes públicos, o arranjo do pavimento e as instalações sanitárias públicas, junto ao lavadouro. Os principais espaços sociais da aldeia, como a capela, o lavadouro e o salão de baile, emergem como preocupações centrais nas respostas dos inquiridos.

O levantamento das características arquitetónicas e morfotipológicas da estrutura edificada comprovam que a maioria dos edifícios da aldeia é de valor arquitetónico popular/tradicional. Embora existam muitos edifícios em mau estado e em ruína, a sua maioria encontrava-se ainda em bom ou razoável estado de conservação, sendo que os principais perigos eram os de adulteração, alteração da envolvente e abandono. Ainda com base no Plano de Aldeia (2001), sabemos que 40% dos inquiridos considerava que o estado interior de conservação das suas casas era mau, tantos como os que achavam que era bom. Cerca de 80% da população manifestou intenção de conservar e melhorar a estrutura edificada. A grande maioria dos edifícios estava dotada de água canalizada, eletricidade e fossa séptica, sendo relativamente poucos os alojamentos com telefone.

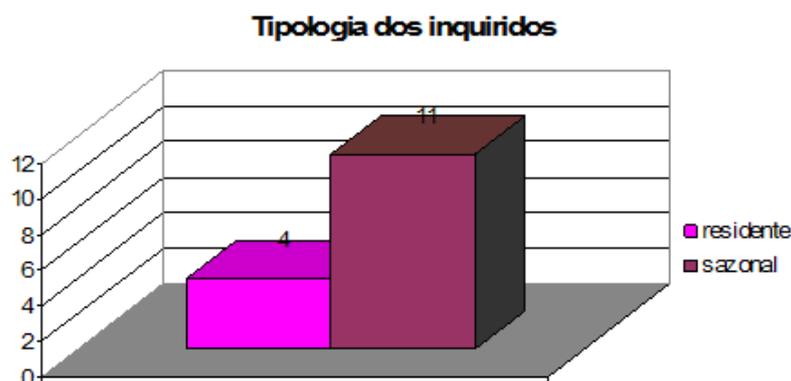
Com base neste levantamento, foram elaboradas as intenções programáticas que compreendem uma proposta de requalificação que prevê uma nova rede de esgotos, água e

luz, a criação de um parque de estacionamento à entrada da aldeia, a criação e limpeza de vários percursos pedonais, locais de lazer (parque de merendas), locais de apoio (incluindo a requalificação do salão de baile e instalações sanitárias públicas), a organização de eventos desportivos e de lazer (desportos radicais, passeios equestres, de jipe, de btt) e a criação de uma loja de artesanato, entre outras iniciativas.

As intervenções a realizar foram orçamentadas em 640.120,00 Euros. A gestão da AIBT do Pinhal Interior aprovou, no âmbito do PAX, cerca de 500.000,00 Euros (dos quais 452.000.00 estavam comprometidos no início de 2006), repartidos por dezassete intervenções em imóveis particulares, duas intervenções em imóveis públicos, três intervenções em espaços públicos e duas ações relacionadas com infraestruturas.

2.1.2 Os resultados das intervenções... segundo os proprietários

Como já se referiu, a metodologia adotada para avaliar os resultados das intervenções do PAX envolveu a realização de inquéritos por questionário aos proprietários de imóveis na aldeia. Uma vez que o número de residentes é pouco significativo e a utilização dos alojamentos no âmbito da residência secundária é irregular ao longo do ano, foi necessário enviar o inquérito diretamente para o endereço destes últimos proprietários, acompanhado de uma carta explicativa do âmbito e propósitos da investigação e de um envelope pré-franquiado (para o envio dos inquéritos).



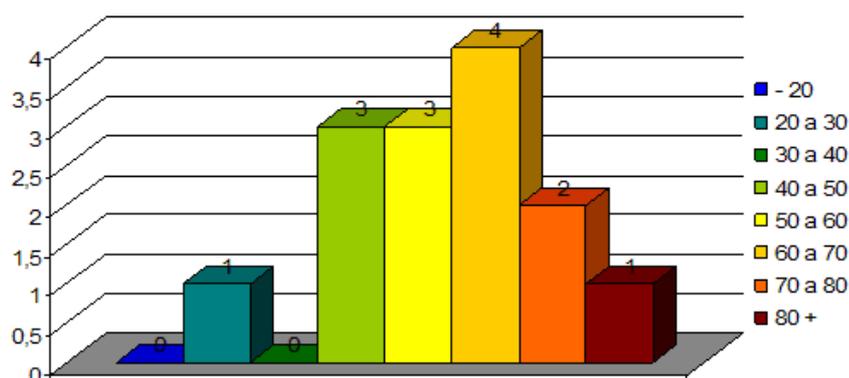
Fonte: Inquérito à população do Gondramaz (12/2006)

Figura 2. Tipologia dos inquiridos

O número total de inquéritos realizados, recebidos e validados (figura 2), perfazendo uma dezena e meia (repartidos do seguinte modo: quatro relativos à população residente; onze

preenchidos pela população sazonal proprietária de imóveis na aldeia) corresponde a cerca de 40% do número de proprietários de imóveis⁶ na aldeia cujo domicílio foi possível identificar.

A totalidade da população que respondeu ao inquérito é de nacionalidade portuguesa e a maioria dos proprietários (53%) reside atualmente no concelho de Miranda do Corvo. Amadora, Porto de Mós, Coimbra, Matosinhos e Póvoa de Varzim são outros municípios representados na amostra, o que demonstra a importância da residência secundária nesta aldeia da Serra da Lousã.



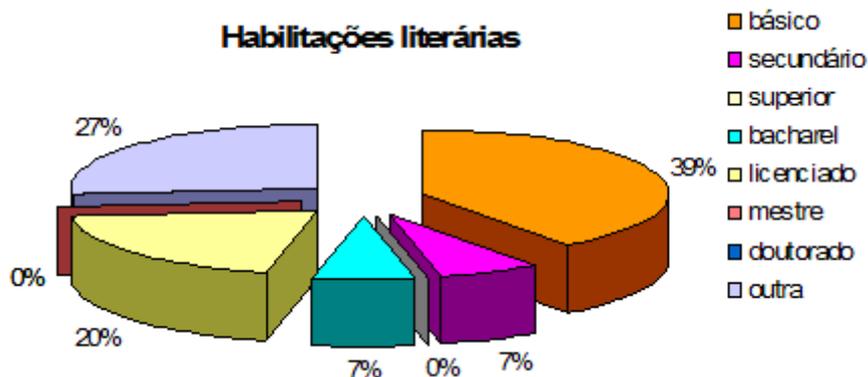
Fonte: Inquérito à população do Gondramaz (12/2006)

Figura 3. Estrutura etária dos inquiridos

Apenas um indivíduo que respondeu ao inquérito tem idade inferior a 30 anos, sendo que metade da população apresenta idade superior a 60 anos (figura 3). Deste modo, estamos em presença de uma população com características de envelhecimento, mais evidentes no caso dos residentes na aldeia.

No que diz respeito às habilitações académicas, as respostas dos inquiridos são reveladoras da heterogeneidade social e económica da amostra. A maior percentagem dos inquiridos (37%) possui apenas o ensino básico. O número de licenciados corresponde a 20% da amostra. Destaca-se, ainda, a ausência de mestres e doutorados (figura 4).

⁶ O Plano de Aldeia identifica cerca de 48 imóveis urbanos. No entanto, pelo menos três edifícios estão em ruína e outros quatro correspondem a imóveis públicos, como a capela, o salão de baile, o lavadouro e o bar. Além disso, acresce o facto de que não tivemos acesso ao endereço de todos os proprietários.



Fonte: Inquérito à população do Gondramaz, (12/2006)

Figura 4. Habilitações literárias dos inquiridos

De modo semelhante, as profissões são diversificadas, não havendo predominância de grupos específicos. Porém, nota-se uma relação próxima entre a tipologia dos proprietários, a idade e o estatuto sócio-profissional, de tal forma que a maioria da população reformada corresponde à população residente que, por sua vez, é a mais idosa e com níveis de instrução mais baixa.



Fonte: Inquérito à população do Gondramaz (12/2006)

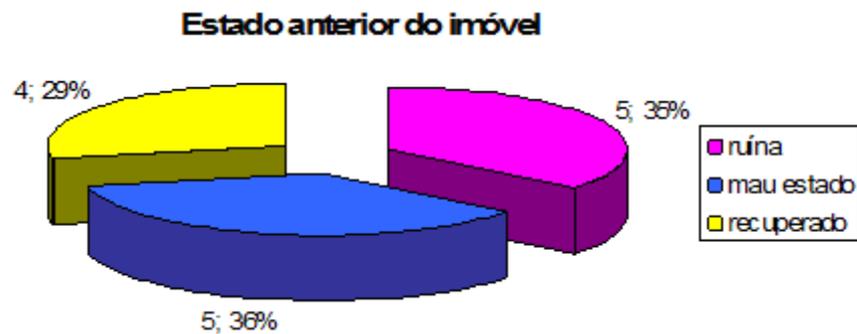
Figura 5. Origem da propriedade dos inquiridos

Quanto à origem da propriedade, destaca-se a aquisição (em 66% das respostas); a herança foi assinalada em 20% dos casos (figura 5). Isto significa uma abertura da aldeia a novos proprietários e, como sabemos, a inserção de novos usos do edificado.

Em relação ao período de aquisição dos imóveis, as respostas indicam que os imóveis (com uma exceção) foram adquiridos até 1999, portanto, antes da requalificação da aldeia no âmbito do PAX. Por outro lado, a maioria dos proprietários refere que, nessa altura, os

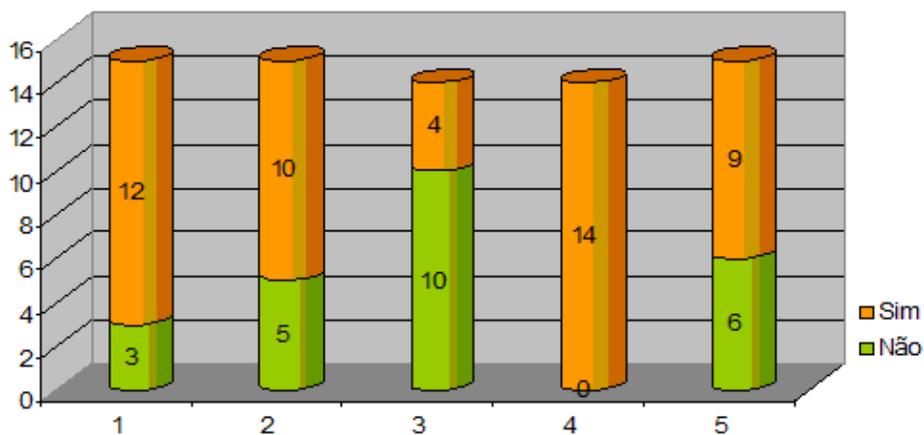
imóveis se encontravam em mau estado (36%) ou em ruína (35%) e apenas quatro imóveis (29%) estavam recuperados (figura 6).

Ainda de acordo com os inquiridos, o domicílio dos anteriores proprietários das casas corresponde a diversos municípios. Contudo, destaca-se o concelho de Miranda do Corvo, nomeadamente a freguesia de Vila Nova (que inclui o lugar do Gondramaz).



Fonte: Inquérito à população do Gondramaz (12/2006)

Figura 6. Estado anterior dos imóveis



Fonte: Inquérito à população do Gondramaz, (12/2006)

- Legenda:**
1. Teve conhecimento da realização do Plano da Aldeia?
 2. Foi inquirido no âmbito da realização do Plano da Aldeia?
 3. Foi solicitada a sua opinião ou apoio no âmbito da execução do Plano da Aldeia?
 4. Acha que as intervenções tiveram acompanhamento técnico?
 5. Após as intervenções, vai passar mais tempo na aldeia?

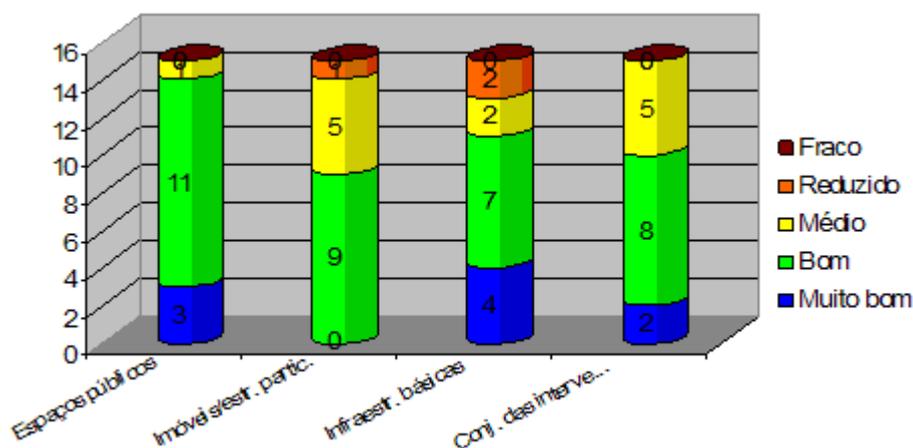
Figura 7. Respostas dos inquiridos sobre a elaboração e execução do Plano da Aldeia

Após esta breve caracterização da amostra, apresentamos os resultados das questões relacionadas de forma direta com o PAX, designadamente a participação da população no âmbito do Plano de Aldeia e as suas opiniões/sugestões sobre a implementação do mesmo

Quanto à elaboração e execução do PAX (figura 7), a maioria da amostra teve conhecimento e foi inquirida no âmbito da realização do Plano da Aldeia, embora não tenha sido solicitada a sua opinião ou apoio no contexto da execução do referido Plano. A totalidade dos inquiridos afirma que as intervenções tiveram acompanhamento técnico. Porém, pouco mais de metade da população declara a intenção de passar mais tempo na aldeia com as intervenções realizadas.

No que concerne à avaliação das intervenções na aldeia do Gondramaz, a maioria dos inquiridos considera boas as intervenções nos espaços públicos (incluindo arruamentos), assim como reconhece as intervenções nas estruturas edificadas particulares e as mudanças introduzidas nas redes de infraestruturas básicas. Portanto, a maioria da população inquirida classifica de “bom” o conjunto de todas as intervenções realizadas ou em curso (figura 8).

Por outro lado, podemos dizer que a maioria dos inquiridos apresentou projetos ao PAX, e destes quase todos tiveram resposta positiva (receberam apoio), nomeadamente para a recuperação de fachadas e coberturas. Contudo, a maior parte não vai realizar obras interiores para melhorar ou permitir a utilização da sua casa.



Fonte: Inquérito à população do Gondramaz (12/2006)

Figura 8. Opinião dos inquiridos sobre as intervenções realizadas/em curso

Como aspetos mais positivos, relacionados com o PAX, os inquiridos realçam a uniformização das fachadas das casas, as redes de infraestruturas básicas, o crescimento do

movimento na aldeia, a maior divulgação e atração de pessoas ao local, e melhores condições de vida na aldeia.

Como aspetos mais negativos, no âmbito do PAX, os inquiridos destacam o problema do lavadouro (mal dimensionado), o aumento do número de turistas e visitantes que pode constituir uma perturbação da vivência na aldeia (na perspetiva dos proprietários de residência secundária), o atraso, o custo e a burocracia das obras, e a falta de zeladores para a aldeia (uma vez que a população residente é muito idosa).

As sugestões feitas pela população inquirida prendem-se essencialmente com o enterramento dos cabos elétricos e dos elementos exteriores relacionados com a captação do sinal televisivo, o reforço do abastecimento de água no verão, o corte da vegetação exótica em torno da aldeia, a canalização das águas pluviais, a recuperação e limpeza de antigos caminhos pedonais e a criação de mais espaços públicos na aldeia (como um café ou um restaurante).

Podemos concluir então que, em geral, as obras efetuadas na aldeia foram bastante positivas e contribuíram para uma melhoria da qualidade de vida dos residentes e dos visitantes.

2.2 Fajão (Pampilhosa da Serra)

Fajão, a segunda área-amostra da nossa investigação, é atualmente sede de freguesia do município de Pampilhosa da Serra (figura 1), de onde dista cerca de 21 km. A imagem de Fajão revela a proximidade do rio Ceira e a presença marcante de imponentes bancadas quartzíticas que contrastam de forma vigorosa com as formas arredondadas do relevo de matriz xistosa (que domina este setor da Cordilheira Central). Em relação aos traços da evolução sócio-territorial de Fajão, na sequência da análise anterior (Gondramaz), importa destacar apenas um elemento que é ainda mais decisivo: a interioridade, o domínio esmagador da montanha e o profundo isolamento até quase aos nossos dias.

2.2.1 O Plano de Aldeia: análise e diagnóstico

Acompanhando uma tendência geral que se verifica sobretudo nas áreas rurais do resto do País, podemos afirmar, segundo o Plano da Aldeia, que estamos perante uma freguesia que apresenta um quantitativo de população com idade superior a 70 anos bastante significativo: 37% do sexo masculino e 45% do sexo feminino respetivamente. Ao invés, a percentagem de jovens é muito reduzida.

A população de Fajão é composta essencialmente por famílias nucleares sem filhos, solteiros, o que facilmente se compreende através da análise das faixas etárias envolvidas. A idade avançada da população (entre outros múltiplos fatores) também se reflete no baixo nível de instrução da população. De acordo com o estudo realizado no âmbito do “Plano da Aldeia”, o número de analfabetos e de indivíduos que aprenderam a ler e a escrever sem contudo terem frequentado a escola, associado ao número de indivíduos que possuem o 1º ciclo do ensino básico, é de 71%. Esta particularidade tem reflexos ao nível das profissões exercidas por estes habitantes, com especial predominância para o número de indivíduos reformados (47%). Refira-se também a grande percentagem de desempregados (31%), em oposição aos valores de população estudante (6%).

Do conjunto da população inquirida e que se encontra empregada (16%), cerca de 72% dos indivíduos exercem a sua atividade no âmbito do setor terciário, de tal maneira que constitui o setor mais representativo do conjunto de atividade exercida. A construção civil apresenta grande relevância quando observamos os 15% do setor secundário, e por último, o valor de 10% que corresponde à atividade no setor primário, os habitantes dedicam-se sobretudo à prática agrícola. É de referir ainda, que esta atividade agrícola também aparece relacionada com a população reformada, e que continua economicamente ativa, na medida em que mantém a prática agrícola e a criação de gado para consumo próprio.

No que diz respeito às estruturas edificadas, o “Plano da Aldeia” refere que os edifícios que constituem o aglomerado de Fajão se destinam predominantemente a habitação (75%). A indústria é inexistente, e os edifícios destinados a comércio e serviços apresentam uma percentagem pouco significativa. Refira-se que a presença da designação “Outra”, na figura 9, se refere aos edifícios destinados a guardar animais, produtos e alfaías agrícolas, bem como as garagens enquanto edifícios autónomos das respetivas habitações.

Em relação ao tipo de ocupação dos edifícios, observe-se que a esmagadora maioria dos imóveis são próprios, sendo o arrendamento e a cedência muito pouco significativos. A isto acresce o facto de, existirem alguns imóveis cedidos entre entidades públicas, como é o caso da Escola, do Centro de Dia e da Casa de Recreio. Quanto ao número de alojamentos existentes em cada edifício, a quase totalidade apresenta um único alojamento (99%). Em relação ao número de divisões de cada edifício, cerca de 33% das construções possui 6 a 8 divisões, seguido de 21% com 9 a 11 divisões, ou só até 2 divisões (por exemplo, os edifícios que constituem garagem) – (figura 10).

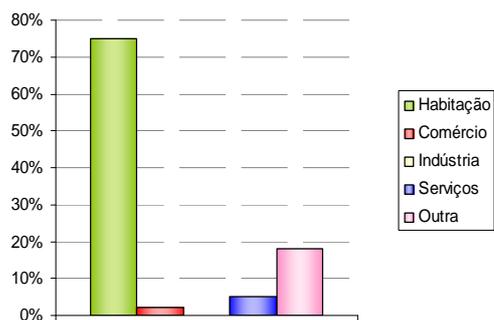


Figura 9. Tipologia de ocupação dos edifícios

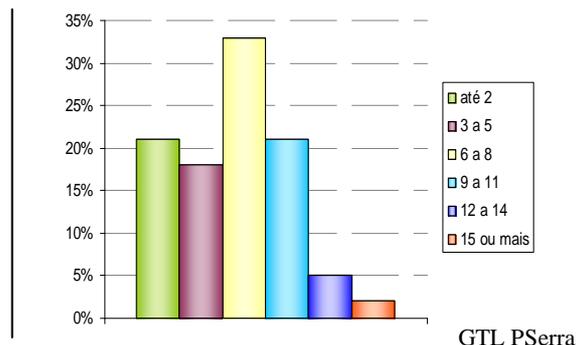


Figura 10. Número de divisões

Com base no levantamento realizado pelo Gabinete Técnico Local (GTL), do conjunto total dos edifícios apenas 11% das habitações apresentam Muito Bom estado de conservação. A grande preocupação recai sobre os edifícios que se encontram em estado de degradação (28%) ou em ruína (7%). Já os edifícios localizados no patamar de estado de conservação Bom representam (27%), e os de estado Razoável com 23%. Procedeu-se também à análise da forma de ocupação dos edifícios que se destinam exclusivamente à habitação. Ou seja, aquelas habitações que são ocupadas de forma permanente (34%), temporária ou sazonal, no caso dos edifícios que servem de residência de férias ou de fim de semana (39%), e ainda, desocupada (27%), sendo que neste último se incluem as habitações que se encontram em estado de ruína, e que por motivos óbvios, não permitem a sua ocupação.

No que concerne ao tipo ou forma de habitação predomina, maioritariamente, a habitação do tipo unifamiliar (78%). Os anexos (12%) são uma expressão da forma de organização e de viver das populações, constituindo a maior parte deles habitações antigas, de pequena dimensão, e que foram anexadas de modo a permitir um alargamento da “habitação principal”.

Por outro lado, verifica-se que apenas 69% dos edifícios destinados a habitação, possui as características conducentes ao conceito de habitação completa (isto é, tendo por base a existência de pelo menos uma divisão destinada a cada um dos componentes: quarto, cozinha, sala e casa de banho). Os restantes 31% que se traduzem na “habitação incompleta” carecem de uma ou duas divisões anteriormente referidas. É de referir também, a análise efetuada no que concerne à existência de instalações sanitárias, concluindo-se que, cerca de 17% dos imóveis destinados a habitação, não possuem instalações sanitárias, o que se justifica pela

idade dos imóveis em causa. Em algumas situações, esta lacuna foi posteriormente colmatada com a construção em anexo.

Relativamente às infraestruturas básicas, segundo o Plano da Aldeia «A maior carência verifica-se ao nível do abastecimento de água e saneamento. Esta situação está relacionada com a idade avançada da maioria dos imóveis e ainda com o número de anexos. A rede telefónica apresenta um valor elevado de carência (78%), o qual tem por base o facto de 39% dos edifícios destinados a habitação o serem de forma temporária ou sazonal, e 27% dos mesmos se encontrarem desocupados. Em todo o caso, o nível de satisfação de infraestruturas não atinge em qualquer dos parâmetros considerados (abastecimento de água, fornecimento de eletricidade, saneamento básico e telefone) os 75%».

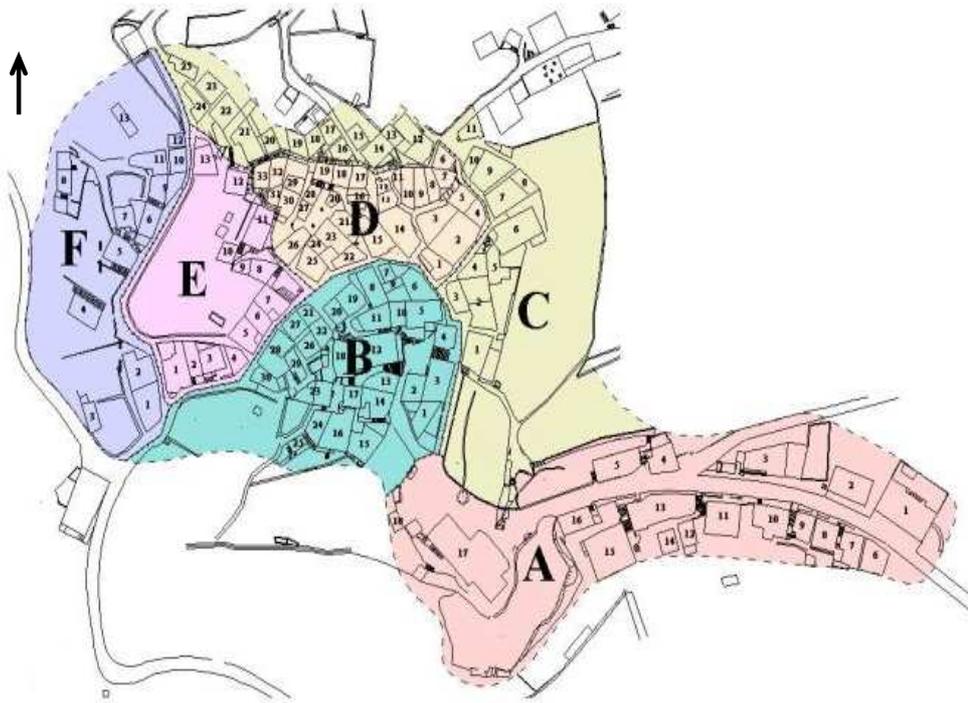
A finalizar, referimos ainda alguns elementos que permitem conhecer a data de construção dos edifícios existentes em Fajão. O aspeto e o tipo de povoamento que esteve na base deste lugar, permite compreender a idade avançada dos edifícios. Cerca de 53% dos edifícios apresentam uma idade superior a 100 anos, 11% mais de 150 anos, existindo ainda algumas estruturas com mais de 200 anos. Por vezes é difícil estabelecer e relembrar a idade correta do edifício, o que em muito se justifica, pela transmissão de proprietários ao longo das gerações (tendência que não parece querer alterar-se, visto que, 84% dos indivíduos pretende continuar a utilizar o edifício com a mesma finalidade, ou seja, para habitação). A construção mais recente é pouco significativa no âmbito geral, constituindo os edifícios com idade até 10 anos de apenas 1% no total (GTL/CMPS, 2001).

Em síntese, Fajão é a freguesia da Pampilhosa da Serra que apresenta estruturas urbanas com menos intervenções recentes, onde ainda permanecem características dos típicos assentamentos em xisto e quartzito. O seu núcleo antigo destaca-se relativamente aos restantes setores do perímetro urbano, quer pela maior densidade de ocupação, quer pelo tipo de materiais utilizados, predominando o xisto, não esquecendo, contudo, o seu interesse patrimonial e turístico.

Após uma breve caracterização demográfica, económica e habitacional de Fajão, que permite avaliar e identificar carências e potencialidades endógenas, é oportuno analisar as propostas de intervenção para requalificar e valorizar este lugar de reconhecido valor histórico e cultural.

2.2.2 As intervenções do PAX e os seus efeitos

O Plano de Aldeia, apresenta como principal objetivo «a promoção do desenvolvimento harmonioso do conjunto urbano que é a área de intervenção do núcleo antigo da aldeia de Fajão [figura 11], e assegurar a sua articulação com os espaços confinantes de construção menos recente, onde são dominantes as preocupações de caráter morfológico e de qualificação do espaço urbano, de forma a dotar esse espaço de áreas públicas de valorização ambiental do edificado» (GTL/CMPS, 2001).



Fonte: GTL P. da Serra

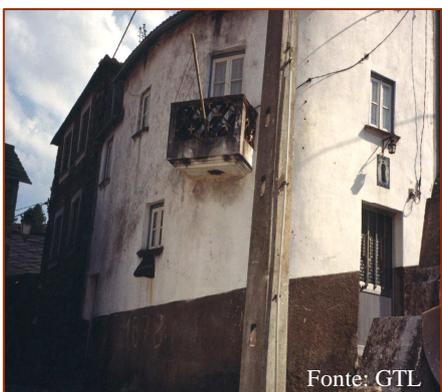
Figura 11. O núcleo antigo de Fajão: área de intervenção do Plano de Aldeia

Neste sentido, os estudos prévios que se realizaram estabeleceram princípios básicos orientadores de desenvolvimento social e de crescimento ou manutenção da aldeia, designadamente:

- Manter as fachadas no seu todo ou em parte, sempre que apresentem qualidade arquitetónica ou se integrem em conjuntos com características definidas de determinada época ou sistema construtivo;
- Revalorizar e conservar todos os edifícios e espaços relevantes pela sua reestruturação formal e funcional de forma a preservar a imagem da aldeia e reforçar o “sentido de lugar”;

– Definir as condicionantes funcionais e formais de todas as intervenções significativas;

– Evitar a construção integral do lote de forma a evitar a impermeabilização total do solo e diminuir a capacidade construtiva de modo a evitar a rutura das infraestruturas, nomeadamente as áreas de estacionamento e rede viária já por si escassa;



Fotografias 1 a 6. Recuperação de habitações particulares

– Tendo em vista contrariar o despovoamento do núcleo antigo de Fajão, propôs-se sempre que possível, que as habitações pudessem ser “convertidas” em casas de alojamento turístico;

– Divulgação e promoção de valores culturais locais de âmbito variado: apicultura, pastorícia, artesanato, gastronomia, desportos, museus, posto de turismo, entre outros (GTL/CMPS, 2001).

Deste modo, é evidente a pretensão de que a ocupação do solo urbano se encaminhe no sentido da melhor qualidade de vida, evitando a substituição de fachadas e a ocupação dos “interiores” dos quarteirões e ainda a perda de referências.

No que diz respeito ao conjunto das intervenções físicas realizadas no núcleo antigo da aldeia, a recuperação das estruturas edificadas (fotografias 1-6) foi o que exigiu maior flexibilidade da equipa técnica de modo a corresponder às exigências e necessidades dos proprietários. Muitos foram os residentes, que apesar de terem que acarretar com o custo das obras internas das suas casas, aproveitaram a presença dos trabalhadores para realizarem estas obras.



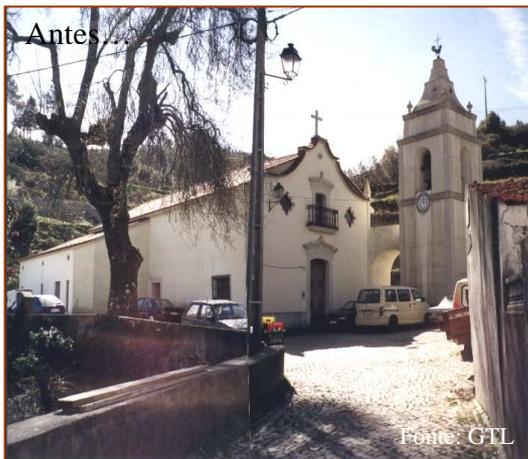
Fotografias 7 e 8. Instalações Sanitárias (Fajão)

Apresentam-se de seguida mais alguns exemplos, que permitem conhecer melhor o conjunto de intervenções realizadas na aldeia de Fajão. É o caso da construção de um parque de estacionamento à entrada da aldeia, com uma capacidade de doze lugares, e que contou ainda com a uniformização e regularização dos muros e passeios, ambos revestidos de xisto, e iluminação pública. De igual modo, reconhecemos a recuperação da “Fonte Velha” e do

“Adro da Igreja”, duas referências (cartões de visita) de Fajão e que funcionam também, como locais de convívio entre os residentes.

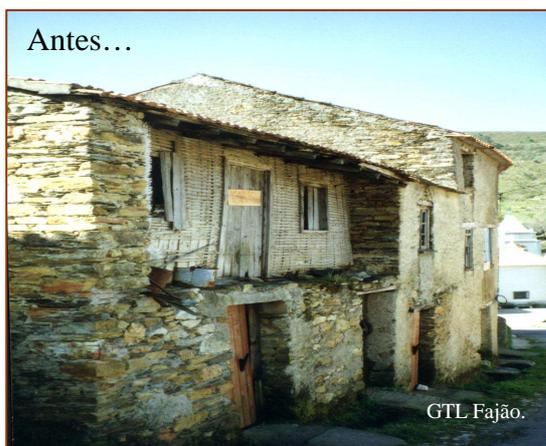
Ainda neste plano de intervenção, procedeu-se à recuperação do antigo edifício das instalações sanitárias (fotografias 7 e 8) que abrangeu a substituição de azulejos, pavimento e equipamento sanitário na sua totalidade, e a renovação da imagem exterior.

Também os muros envolventes, diversos fontanários e alguns bancos que aqui se encontravam foram alvo de intervenção. Ou seja, aos muros existentes foi-lhes restituída a sua imagem original em pedra e a sua ampliação quer em altura, quer em largura; aos bancos foi-lhes aplicado régua de madeira de forma a oferecer um melhor conforto, e o tanque aí existente também foi reconstruído todo em pedra. No caminho de acesso ao lavadouro e alminhas/fonte a intervenção envolveu a aplicação de um novo material no pavimento, de características idênticas ao do largo da Igreja, isto para existir alguma uniformização de materiais em toda a área, e que contrariam as consequências resultantes de intervenções isoladas (fotografias 9 e 10).



Fotografias 9 e 10. Pavimento de acesso ao Largo da Igreja (Fajão)

No âmbito das intervenções realizadas em Fajão, destaca-se também, pela necessidade de apoio e de valorização de atividades recreativas e culturais, o edifício “Fajão Cultura”. O imóvel que serviu de base ao projeto encontrava-se em estado de degradação bastante avançado (fotografias 11 e 12). Porém, com o apoio do PAX, foi possível reabilitar o edifício e atribuir-lhe uma nova funcionalidade, dotando-o de um pequeno auditório, e onde se podem visitar algumas exposições desenvolvidas ao longo do ano.



Fotografias 11 e 12. Edifício “Fajão Cultura”

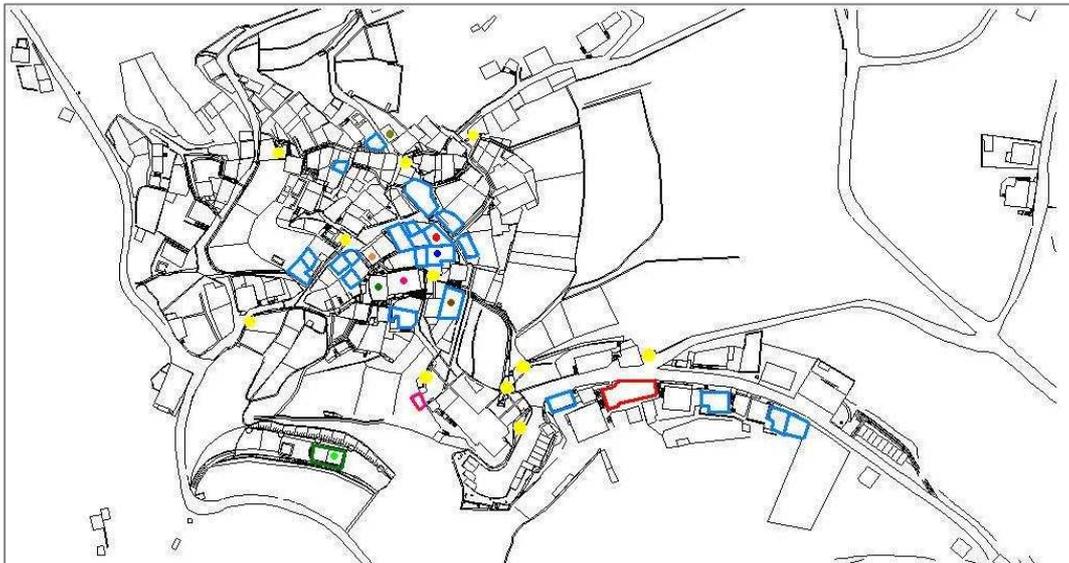
Importa referir que o edifício “Fajão Cultura” aparece na sequência de outros equipamentos culturais da aldeia, como o Museu “Monsenhor Augusto Nunes Pereira” construído com o apoio do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II (1994-1999) (fotografias 13 e 14).



Fotografias 13 e 14. Museu Monsenhor A. Nunes Pereira

Por último, merece referência a renovação e ampliação do restaurante “Juiz de Fajão” (conhecido pela sua gastronomia tradicional), a requalificação do forno de utilização comunitária e a envolvente da piscina de Fajão.

A figura 12 resume as intervenções em Fajão, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto. O montante de investimento aprovado no âmbito do PAX, em janeiro de 2006, ultrapassava 900 mil euros, repartidos por 24 imóveis particulares, 2 imóveis públicos, espaços públicos e redes de infraestruturas básicas.



Fonte: CORREIA, 2007

Figura 12. Síntese das intervenções em Fajão, no âmbito do PAX



A concluir a análise, apresentamos os resultados dos inquéritos (por questionário) lançados em Fajão, no início de 2007, com o intuito de compreender a participação da população no âmbito do Plano de Aldeia e as suas opiniões/sugestões sobre as intervenções. Como já foi referido anteriormente, quando analisámos o perfil socioeconómico da população de Fajão, estamos perante uma população maioritariamente idosa, com baixo nível de escolaridade, que nasceu na aldeia e aí permaneceu.

Os inquéritos realizados (uma dezena), representando 20% da população residente na área de intervenção do Plano, mostram que a maioria dos inquiridos teve conhecimento e participou (através de sugestões) na elaboração do Plano de Aldeia de Fajão, assim como reconhece o acompanhamento técnico das intervenções, a qualidade do Plano de Aldeia e os resultados das intervenções (considerados de bom nível).

Por outro lado, o inquérito revelou-se uma ferramenta fundamental para conhecer a opinião da população sobre os aspetos mais positivos e negativos das intervenções relacionadas com o PAX. No primeiro caso, os inquiridos enfatizam a conservação e a valorização do património construído, o reforço da imagem arquitetónica, a melhoria substancial das infraestruturas básicas, a requalificação de espaços públicos, os novos equipamentos culturais (como o edifício “Fajão Cultura”) e de lazer (a piscina e o espaço verde envolvente), e a atração de visitantes. Problemas relacionados com intervenções (designadamente coberturas e fachadas de imóveis particulares e a pavimentação do Adro da Igreja), a interdição da circulação automóvel no núcleo antigo (exceto cargas e descargas) e a falta de apoio para recuperar o interior dos imóveis foram os principais aspetos negativos identificados pela população inquirida.

2.3 Novos desafios e oportunidades para a dinamização das aldeias

Como já se referiu, o PAX configura o objetivo de requalificar e dotar de infraestruturas básicas um conjunto de lugares serranos e pretende, ao mesmo tempo, constituir uma rede de aldeias que possam potenciar a atração turística do Pinhal Interior.

O património cultural (na amplitude das dimensões material e imaterial) e natural, e a atividade turística, são pretextos para promover o desenvolvimento da economia local e a qualidade de vida dos residentes, assim como elevar os seus níveis de autoestima, dando uma oportunidade às populações de olharem de modo renovado para as aldeias e descobrirem novas oportunidades nos recursos (cada vez mais) valorizados pela sociedade pós-moderna.

As linhas de ação do PAX, para a prossecução destes objetivos, repartem-se entre a requalificação territorial, as tarefas de construção e promoção de um novo produto turístico, e a animação turística. Missões difíceis sobretudo a inserção das aldeias no competitivo e seletivo mercado turístico nacional e internacional.

No primeiro caso, a requalificação urbanística e a infraestruturização dos lugares realizou-se em condições técnicas muito exigentes, o que explica, em boa parte, os resultados

finais diferenciados. Contudo, foi uma fase decisiva também no que diz respeito às ambições turísticas do PAX (e da AIBT do Pinhal Interior).

A implementação do “Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto”, elaborado e promovido pela Associação Pinus Verde (Fundão), com o apoio financeiro da AIBT do Pinhal Interior, configura um conjunto significativo de ações (e incentivos) em particular nos domínios do marketing, promoção e animação turística.

O marketing, na dupla aceção de abordagem de desenvolvimento (planeada) e estratégia de comunicação, tem subjacente o intuito de promover os territórios serranos, através da construção e divulgação de imagens (e identidades), em particular dirigidas ao exterior. A ambição de «afirmar um novo produto turístico no Centro de Portugal, destinado a captar um segmento de mercado (relativamente jovem e com elevado poder aquisitivo) que prima pela exigência (qualidade do serviço, oferta de animação, informação e acompanhamento), associado ao turismo cultural e de natureza, capaz de permitir a criação de uma nova (ou renovada) base económica local ancorada ao património cultural e natural» (CARVALHO, 2007), contou com a conceção de uma marca: “Aldeias do Xisto” (associada a um logótipo). Esta para melhor identificar e promover o território deve ser impulsionada através de uma campanha de comunicação mais intensa e abrangente, com o apoio imprescindível de outros suportes de informação, na linha do excelente folheto de divulgação já elaborado, em português e inglês, onde só falta indicação útil sobre alojamento, restauração e animação turística, talvez por exiguidade de espaço ou a pensar no desenho de um suporte autónomo para essa finalidade. De igual modo, é sentida a falta de um roteiro/guia de viagem, em formato reduzido (de bolso), com suportes cartográficos atualizados que funcione como estímulo e luz orientadora de descoberta das aldeias, assim como seria interessante uma edição em formato digital com informação mais detalhada sobre as aldeias e o seu contexto geográfico. Certamente estas propostas serão realizáveis a breve trecho, na senda de outras preocupações editoriais como a Carta Gastronómica das Aldeias do Xisto. Tudo isto deve ser reforçado e complementado com a colocação de sinalética direcional na rede viária (pelo menos nas vias municipais) e a colocação de placares informativos da aldeia e da rede em cada aldeia, além de leitores de paisagem. Por sua vez, a página WEB (aldeiasdoxisto.pt) apresenta a informação essencial sobre o projeto sem desiludir quem a visita. Porém, seria útil aprofundar os conteúdos e disponibilizar informação em outras línguas, como inglês e castelhano.

Ainda neste domínio da promoção da imagem e da comunicação é importante salientar a revista “Aldeias do Xisto”, editada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de que resultaram cinco números (de distribuição gratuita). Desde finais de 2005, a revista passou para a responsabilidade da Associação Pinus Verde e adquiriu uma nova imagem e estrutura, que pretende demonstrar um estilo de vida e convidar a população, em especial a mais jovem e com elevado poder de compra, a visitar e fruir as Aldeias do Xisto. A distribuição da revista (com uma tiragem de 6 mil exemplares e um preço, por capa, de 2.50 euros) faz-se nos postos de turismo dos municípios envolvidos no PAX, assim como nos postos de turismo de Coimbra e Tomar (integrados nas Regiões de Turismo do Centro e dos Templários, respetivamente), e está disponível em alguns agentes económicos (nas áreas da restauração, alojamento e animação turística).

Por outro lado, foram definidos incentivos para iniciativas de investimento empresarial nas áreas da restauração, alojamento e animação turística (neste caso, mediante o apoio do Sistema de Incentivos Específicos do Pinhal Interior), e realizaram-se ações de formação profissional em áreas estratégicas para as aldeias, como a construção civil e a animação turística e cultural.

A área da animação, pela sua importância, tem vindo a merecer particular atenção, através de um trabalho de planeamento específico. Dezenas de acontecimentos preenchem a agenda cultural das Aldeias do Xisto, de que são exemplo: uma exposição fotográfica itinerante com base em imagens do quotidiano, captadas pela população das aldeias (2007); o evento aldeia natal (Candal, Serra da Lousã, dezembro de 2006); a exposição de artesanato contemporâneo (Cerdeira, Serra da Lousã, junho de 2007); a semana cultural das terras do xisto; os eventos desportivos de nível nacional e internacional (btt, canoagem, *downhill*), e as rotas temáticas (papel e azeite), entre muitas outras.

Ao mesmo tempo, na área geográfica das aldeias, as empresas de animação turística, cujo número e oferta de serviços tem vindo a aumentar, são responsáveis pela realização de inúmeras atividades: *rafting*, escalada, *paintball*, *downhill*, percursos pedestres, percursos de todo-o-terreno, passeios a cavalo, observação de fauna e flora, e nas praias fluviais (cerca de duas dezenas no Pinhal Interior, uma das maiores e melhores redes do país) decorrem atividades de canoagem, polo aquático, *kayak*, parede de escalada, *slide*, pontes e *rapel*.

No plano económico, foi idealizada e criada uma rede de lojas (em regime de *franchising*) ligada às Aldeias do Xisto, com o intuito de promover o artesanato e os produtos endógenos (que são recomendados através de um selo de qualidade). A primeira Loja Aldeias

do Xisto abriu em Lisboa, na área da Costa do Castelo, portanto muito bem localizada em relação aos fluxos turísticos da cidade. Existem propostas para lojas em outros locais do país e também nas aldeias (cerca de uma dezena).

A complexidade deste projeto exigiu a criação de uma associação de desenvolvimento turístico, uma espécie de órgão colegial com entidades públicas e privadas, no intuito de gerir a marca “Aldeias do Xisto” e desempenhar um papel relevante na promoção turística das Aldeias do Xisto e dos produtos associados.

Uma vez que estamos numa fase de transição para um novo período de programação das políticas públicas de desenvolvimento, é pertinente questionar o futuro das Aldeias do Xisto, na ótica do turismo. Depois de lançadas as bases deste projeto é de esperar que seja através da qualidade do produto que se consiga inserir este destino no mercado turístico interno e externo.

O recente “Plano Estratégico Nacional do Turismo” (Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007) é muito claro a este respeito: com a mobilização dos agentes do setor e da população em geral, pretende-se promover o desenvolvimento sustentado do turismo em Portugal, «para que possa atingir níveis de crescimento superiores aos dos principais destinos europeus, através da promoção da qualidade da oferta, seja a qualidade ambiental do destino turístico, seja a qualidade dos empreendimentos ou dos serviços turísticos, seja a qualidade do património arquitetónico» (DR 1ª série, nº 67, 4/4/2007, pp. 2167).

No âmbito das linhas orientadoras que norteiam a estratégia do PENT, nomeadamente a estratégia de produtos, é assumido o objetivo de consolidar e desenvolver uma dezena de produtos turísticos estratégicos, como o turismo de natureza e os circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico, que correspondem às características e ambições de territórios com as características das Aldeias do Xisto. Ainda de acordo com o PENT deve haver intervenção em cada um dos produtos no sentido de reforçar a sua competitividade, com as seguintes orientações para os casos em análise:

– «No turismo de natureza, Portugal deve intervir para reduzir os défices a nível infraestrutural, de serviços, de experiência, de conhecimentos (*know-how*) e da capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio. No entanto, o desenvolvimento da oferta e o aumento da atratividade turística devem sempre assegurar a preservação das áreas protegidas (...)».

– «Para desenvolver o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico é necessário, entre outros, criar rotas temáticas (como por exemplo: monumentos, sítios e paisagens

culturais) (...), assegurando elevados níveis de cooperação e de articulação em rede, enriquecer a experiência nos principais locais de atração e assegurar a adoção de padrões de qualidade ao longo da cadeia de valor do produto». Assim, as orientações apontam para a promoção de circuitos que aproveitem e potenciem locais com património natural, paisagístico, histórico e cultural ímpar na região.

Contudo, uma vez que os territórios em análise estão excluídos dos polos de desenvolvimento turístico (Açores, Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo), embora a Serra da Estrela (único destino de neve em Portugal) mereça ser considerada devido ao contexto de proximidade e relação com algumas Aldeias do Xisto (e Históricas, como é o caso do Piódão), isto é, as áreas com maior potencial turístico, o desenvolvimento dos seus produtos «é implementado tendo em conta a estratégia nacional para o desenvolvimento rural, nomeadamente quanto ao turismo em espaço rural».

Assim, é necessário referir o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural do Continente (versão março de 2007), que é a explicitação da estratégia do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento (versão fevereiro de 2007). Este importante documento (que se encontra em fase de apreciação, em Bruxelas) reflete a Estratégia e Programação do Desenvolvimento Rural da União Europeia para o período 2007-2013 que, por sua vez, integrou todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único: o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). É oportuno sublinhar que as novas políticas e instrumentos da União Europeia para o mundo rural têm vindo a ser orientadas para o desenvolvimento rural, processo que configura a crescente influência das perspetivas ambientais, patrimoniais e territoriais que pretendem conciliar a dimensão agrícola e ambiental, e diversificar as atividades económicas em meio rural (segundo um novo quadro de relações urbano-rurais).

No alinhamento desta nova forma de pensar e atuar sobre os territórios rurais, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) do Continente, dominado também pelo objetivo de estimular a competitividade e a sustentabilidade do mundo rural, reforçando o seu contributo para o desenvolvimento do país e dos seus territórios, é concretizado através de quatro eixos de ação, medidas e recursos financeiros, cada qual com as suas prioridades: eixo 1. aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal; eixo 2. melhoria do ambiente e da paisagem rural; eixo 3. qualidade de vida nas áreas rurais e diversificação da economia rural (com execução alicerçada na metodologia LEADER); eixo 4. abordagem LEADER. O total da despesa pública perfaz cerca de 4.5 mil milhões de euros, refletindo a importância

atribuída aos eixos 1 (47%) e 2 (40%). Isto significa que os maiores apoios são direcionados para estimular a competitividade agrícola e florestal, bem como a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais (que inclui o estímulo para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em áreas desfavorecidas, como acontece com as áreas de montanha). De modo mais discreto aparecem os apoios para a revitalização económica e social das áreas rurais, ou seja, a diversificação da economia rural e a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais, que correspondem, também, aos interesses dos territórios de baixa densidade (como é o nosso estudo de caso).

Ainda relevante é a proposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que configura o novo Programa Operacional Regional do Centro. (FEDER). Em conformidade com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), aprovado na reunião de Conselho de Ministros de 11 de janeiro de 2007, que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica, social e territorial em Portugal no período 2007-2013 e define a aplicação dos 21.5 mil milhões de euros dos fundos da União Europeia em igual período, e no alinhamento das diretrizes estratégicas da União Europeia⁷ (que apontam como prioridades absolutas o crescimento, o emprego e a coesão territorial) e da prioridade concedida ao objetivo de convergência (que absorve cerca de 80% do investimento das políticas regional e de coesão), a estratégia desenhada para o desenvolvimento da Região Centro⁸, na perspetiva deste programa (que é apenas um dos instrumentos necessários para a aplicação da estratégia de desenvolvimento) reflete cinco eixos prioritários: 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento; 2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos; 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais; 4. Proteção e Valorização Ambiental; 5. Governação e Capacitação Institucional. Neste particular, destacamos o eixo 3 (com 468 milhões de euros, cerca de 27.5% do financiamento comunitário total previsto) com as áreas de intervenção prioritárias centradas na valorização de recursos específicos do território e qualificação integrada de

⁷ Admite-se que a política e os instrumentos de coesão serão uma oportunidade para as áreas caracterizadas por desvantagens naturais e geográficas e de baixa densidade populacional, uma vez que o novo quadro normativo exige que estas áreas sejam consideradas na programação, execução e acompanhamento das intervenções estruturais, assim como prevê o reforço das ações destinadas a essas áreas, como referiu Danuta Hübner, Comissária Europeia da Política Regional, no discurso proferido na 5ª Convenção Europeia de Montanha (Chaves, 2006).

⁸ O Programa Operacional do Centro (2007-2013) assume o objetivo de inverter a tendência de investimentos concentrados em infraestruturas que foram realizados até 2006, através da valorização de novos domínios prioritários, com os que são definidos nos eixos 1 e 5, responsáveis por 45.4% do financiamento comunitário previsto.

espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial), com ênfase particular nas áreas de baixa densidade, e o eixo 4 (211 milhões de euros) designadamente as ações de gestão ativa da Rede Natura e biodiversidade e a proteção e valorização de outras áreas sensíveis e qualificação da paisagem.

De forma mais incisiva, reconhecemos o âmbito da valorização de recursos específicos do território como linha estratégica para os territórios do xisto, na sua ambição turística. A necessidade de intensificar e melhorar a animação, a valorização interna e externa, a inserção em rotas temáticas, a identificação e sinalização, são, entre outras, linhas de ação consideradas prioritárias neste documento, também na perspetiva de estimular o empreendedorismo local, a criação de emprego e acréscimo da competitividade.

Em síntese, será necessário cruzar as características do mercado com a capacidade de aumentar o interesse dos turistas na cultura, por exemplo, pela disponibilização do património construído para a fruição pública e privada, criando uma oferta cultural (e produtos turísticos) que possibilite experiências originais. Em função da ideia de que este turista é cada vez mais um participante (e menos um visitante), «a visita deve ser transformada numa experiência, tornando o turismo num elemento ativo, devendo-se para isso integrar a oferta – por exemplo a criação e o reforço de rotas temáticas – e apostar nos museus que apresentem conteúdos distintivos» (PENT, 2007).

De igual modo, para assegurar a valorização efetiva da grande diversidade de potenciais e oportunidades que as áreas de rurais e de montanha nos oferecem importa alavancar em parcerias e escalas adequadas os projetos a desenvolver nesta atmosfera de prioridades e orientações estratégicas do novo período de programação das políticas públicas. Portanto, é estrutural e prioritário promover iniciativas conjuntas assumidas num cenário de cooperação intermunicipal e a escalas mais amplas.

3. Conclusão

Nos últimos anos têm aparecido projetos e/ou iniciativas frequentemente ancoradas a recursos patrimoniais que têm em comum a preocupação de articular diferentes lugares/territórios e induzir neles dinâmicas de desenvolvimento.

Deste modo, foi objetivo do presente trabalho analisar a importância do património construído e a sua relação com a aplicação das políticas públicas em áreas rurais, mais concretamente, em espaços de montanha, onde se enquadram as aldeias de Gondramaz e Fajão (Programa das Aldeias do Xisto, 2000-2006).

As novas orientações e políticas europeias de desenvolvimento rural revelam alterações profundas na forma de pensar e atuar sobre os territórios. Assistimos a uma mudança de paradigma, caracterizada numa primeira fase, por um modelo essencialmente produtivista (anos 60), orientado por critérios meramente económicos (crescimento dos rendimentos, economias de escala, competitividades das explorações, liberalização dos mercados), para uma nova abordagem pós-produtivista que outorga ao mundo rural e aos seus habitantes um papel mais ambientalista, ecológico e participativo.

Esta passagem para um discurso mais ambiental, territorial e mais participativo, veio demonstrar que os espaços rurais são detentores de um grande potencial para o desenvolvimento regional e local.

Em Portugal, os territórios montanhosos, muito marcados por problemas económicos, sociais e culturais (que reforçam a sua situação de periferismo e de uma certa marginalidade relacionada com as dificuldades físicas, em especial as orográficas), têm estado afastados das medidas específicas de promoção do seu desenvolvimento. Estamos portanto, perante territórios mais periféricos e marginalizados, cuja recessão do dinamismo demográfico e económico tem acentuado a degradação das estruturas edificadas e das paisagens rurais.

Alguns destes espaços ganham agora maior visibilidade pelo seu legado patrimonial, e contam com o apoio de iniciativas públicas, com o objetivo de requalificar o território, promover a sua imagem e estimular dinâmicas demográficas e geoeconómicas positivas, com ligação frequente a determinadas componentes do turismo ecocultural e do lazer informal.

A análise interpretativa do desenvolvimento dos territórios rurais de montanha como aqueles que convocámos para esta reflexão, segundo a tese de que assistimos a um processo de revitalização que decorre de transformações recentes que neles se tem vindo a verificar, designadamente a vinculação crescente às populações urbanas, carece ainda de uma avaliação mais profunda e abrangente, que permitirá compreender se a nova ruralidade está efetivamente a ser estruturada de modo integrado e sustentado, isto é, se a perspetiva ecocultural (visão patrimonialista) é acompanhada de uma efetiva componente funcional capaz de fixar (e atrair) população residente e incentivar a integração destes lugares nos percursos e destinos turísticos alternativos.

Neste caso, é relevante considerar a evolução das infraestruturas e equipamentos turísticos, pois sem eles não existe turismo (na perspetiva estatística), mas também os resultados das estratégias de marketing e promoção turística no sentido de angariar (e seleccionar) mercado e criar junto dos potenciais turistas o desejo de conhecer, fruir e respeitar

estes lugares e os seus patrimónios que constituem um potencial para o desenvolvimento regional e local.

A crescente sensibilização face ao rural e a valorização das suas dimensões mais positivas (como o património) revela-se crucial para o reposicionamento do mundo rural. Assim a próxima geração de políticas públicas consiga aprofundar estas perspetivas/orientações e os territórios saibam adotar abordagens e instrumentos de gestão estratégica, «como forma de ganharem competitividade e de se tornarem mais atrativos na captação de recursos essenciais ao seu desenvolvimento» (ALVES, 2007: 4). Estas ferramentas são cruciais para identificar e abordar com sucesso as novas oportunidades. Porém, não devemos esquecer que a qualidade dos projetos e o êxito das intervenções depende da participação, qualificada e organizada de forma eficiente, de todos os agentes e das populações rurais.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a colaboração da Junta de Freguesia de Fajão (Senhor Vítor Pereira), da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra (Arquiteto Nuno Pina) e da Câmara Municipal de Miranda do Corvo (Arquiteta Maria Teresa Pereira).

De igual modo, agradecemos aos cidadãos anónimos de Fajão e Gondramaz que, através das respostas aos nossos inquéritos ou prestando esclarecimentos válidos, colaboraram na nossa investigação.

Referências Bibliográficas

- ADELINO, Luísa (2006): *Gondramaz: um novo marco nas rotas do turismo*. Coimbra, 27 pp. + anexos (inérito).
- ASHWORTH, Greg. and GRAHAM, Brian (2005): *Senses of Place: Senses of Time* (Col. *Heritage, Culture and Identity*). Aldershot, Ashgate.
- ALVERGNE, Christel e TAULELLE, François (2002): *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. Paris, PUF.
- ALVES, Paulo (2007): "Marketing e Identidade". *Pessoas e Lugares*, (Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+), Lisboa, IDRHa, II Série, nº 43, pp. 4-5.
- BARROS, José da Cunha (2004): *A Projeção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BUTLER, Richard *et al.* (1998): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.

- CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO (2001): *Gondramaz*. Plano de Aldeia (Candidatura ao programa das Aldeias do Xisto).
- CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA (2000): *Plano de Pormenor de Fajão*.
- CARVALHO, Paulo (2005): *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra, 657 pp.
- CARVALHO, Paulo (2006-a): “Residência secundária, patrimonialização e construção de novas ruralidades”. In *Comunicações do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurales*, Huelva, Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 467-499 (edição em cd-rom).
- CARVALHO, Paulo (2006-b): “O património construído e o turismo cultural nas novas políticas territorializadas de desenvolvimento rural”. In CRUZ, Fernando (org): *Atas das Comunicações das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim, AGIR (Associação de Desenvolvimento Sócio-Cultural), 23 pp.
- CARVALHO, Paulo (2006-c): “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, Graça; VIEIRA, Ricardo e MENDES, Maura (eds.): *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Projeto de Investigação Identidades & Diversidades do Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp.
- CARVALHO, Paulo (2007): “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras, 18 pp. (em publicação).
- CAVACO, Carminda e MORENO, Luís (2006): “Entrevista sobre as ligações rural-urbano”. *Pessoas e Lugares*, (Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+), Lisboa, IDRHa, II Série, nº 41, pp. 4-6.
- CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 97 pp.
- CLAVAL, Paul (2007): “Changing Conceptions of Heritage and Landscape”. In MOORE, Niamh and WHELAN, Yvonne (eds.): *Heritage, Memory and the Politics of Identity*. Aldershot, Ashgate, pp. 85-93.
- CORREIA, Juliana (2007): *Património e desenvolvimento local em espaços de montanha. O exemplo da aldeia de Fajão*. Coimbra, 52 pp. (inédito)
- COWEN, M. P. and SHENTON, R. W. (1996): *Doctrines of Development*. London.
- FALUDI, Andreas (2005): “La política de cohesión territorial de la Unión Europea”. *Boletín de la A.G.E.*, nº 39, pp. 11-30.
- GRAÇA, Laura LARCHER (2003): “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, José; CALDAS, João Castro (Orgs.). *Portugal Chão*. Lisboa. Celta Editora, pp. 373-385.
- HALL, Derek; ROBERTS, Lesley e MITCHELL, Morag (eds.) (2003): *New Directions in Rural Tourism*. Ashgate, Aldershot, 237 pp.
- HOUÉE, Paul (1996): *Les politiques de développement rural. Des années de croissance au temps d'incertitude*. Paris, INRA.

- KOTLER, Philip *et al* (1993): *Marketing places*. New York, Free Press.
- MONTEIRO, Paulo (1985): *Terra que já foi terra. A análise sociológica de nove lugares agropastoris da Serra da Lousã*. Col. Tempos Modernos nº 2. Lisboa, Edições Salamandra.
- MORENO, Luís (1999): “A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”. In CAVACO, Carminda (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 395-413.
- PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio *et al.* (2003): “Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa”. *Ería* (Revista de Geografía), nº 61, Oviedo, pp. 227-249.
- PORIA, Yaniv *et al.* (2003): “The core of heritage Tourism”. *Annals of Tourism Research*. Vol. 30, nº 1.
- SERAFIM, Maria do Rosário (2005): “Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha”. *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+), Lisboa, IDRHa, II Série, nº 28, pp. 2-3.
- SHARPLEY, Richard (2003): “Rural Tourism and Sustainability – A Critique”. In HALL, Derek; ROBERTS, Lesley e MITCHELL, Morag (eds.): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, pp. 38-53.
- SCHMIDT, Margarita (1998): “Na integrated systemic approach to marginal regions: from definition to development policies”. In JUSSILA, Heiki *et al.* (eds.): *Perceptions of Marginality. Theoretical issues and regional perceptions of marginality in geographical space*. Aldershot, Ashgate, pp. 45-66.

Recursos eletrónicos

- <http://www.aldeiasdoxisto.pt> (ultimo acesso em 25 de julho de 2007)
- <http://www.dgturismo.pt> (último acesso em 20 de agosto de 2007)
- <http://www.mc-mirandadocorvo.pt> (último acesso em 15 de maio de 2007)
- <http://www.qren.pt> (último acesso em 21 de agosto de 2007).
- <http://www.unesco.org> (último acesso em 21 de junho de 2007).

TURISTIFICAÇÃO, PATRIMONIALIZAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM CONTEXTO RURAL DE MONTANHA: O EXEMPLO DO PIÓDÃO

Paulo Carvalho e Juliana Correia

Resumo

A promoção do desenvolvimento sustentado das áreas rurais de montanha, no âmbito de diversas políticas e intervenções públicas, tem valorizado a utilização inovadora dos recursos ligados ao património e das atividades de lazer, em particular o turismo alternativo.

Apesar da complexidade, diversidade e frequente desarticulação de políticas e intervenções, alinhadas no período de vigência dos quadros comunitários de apoio, importa avaliar e compreender os seus resultados sociais e territoriais e, assim, influenciar a estruturação de novas políticas e instrumentos de desenvolvimento.

O aprofundamento desta matriz teórica decorre no quadro da apresentação preliminar e discussão de um projeto de investigação centrado na aldeia histórica do Piódão e na Serra do Açor (Cordilheira Central).

1. Espaços rurais de montanha: do isolamento, declínio e marginalização às novas oportunidades de desenvolvimento

A montanha representa cerca de 35% do território da União Europeia e quase 20% de Portugal. Contudo, configura paisagens e dinâmicas territoriais muito diversas.

A análise interpretativa das grandes tendências evolutivas das áreas de montanha sugere que estas apresentam características e indicadores alinhados com o mundo rural, e em muitos casos reforçam de modo significativo as suas especificidades e problemas profundos (de natureza estrutural).

As maiores preocupações atuais prendem-se com o ordenamento e o desenvolvimento sustentado das montanhas e das suas populações, também na perspetiva do reconhecimento das diferentes funções de interesse coletivo relacionadas com a utilização dos seus diversos recursos.

De forma sintética podemos dizer que as dinâmicas de desenvolvimento de uma parte significativa da montanha portuguesa refletem cada vez mais o interesse e a influência da população urbana.

Importa explicar que pelo menos até meados do século XX, a montanha em Portugal é sinónimo de espaço isolado, inóspito e repulsivo, situação que resulta, ao mesmo tempo do papel secundário (marginal) que se atribuiu às regiões montanhosas nas políticas territoriais (CARVALHO, 2005).

Posteriormente, a montanha reflete a crise das atividades tradicionais (agricultura, pastorícia e exploração florestal) e os movimentos migratórios (internos e externos) que afetaram a maioria da população, com particular intensidade entre 1940 e 1980. As montanhas transformam-se em espaços fragilizados, despovoados, vazios, apagados e envelhecidos. Uma parte significativa dos lugares de montanha atingiu o máximo demográfico cerca de 1911 ou 1940. De tal maneira, que é frequente identificar situações de intensa e continuada recessão demográfica, em que os indicadores de população residente atuais refletem níveis muito inferiores em relação ao referido registo, assim como lugares abandonados e arruinados, e outros recuperados (no âmbito da residência secundária) mas sem população residente.

O declínio do povoamento e das atividades económicas nas montanhas acompanha a crise do sistema rural que se generaliza no país. Esta manifesta-se no desaparecimento de modos de vida e formas de ocupação e organização espacial seculares, através das quais se manifestavam relações harmoniosas entre a sociedade e o território ao longo do tempo. Fatores externos como a florestação estatal dos baldios serranos e a construção de aproveitamentos hidroelétricos, entre outros, contribuíram também para alterar uma situação de um certo equilíbrio ecológico (CARVALHO, 2007-a).

Contudo, as últimas três décadas refletem importantes mutações no discurso, nas políticas e na imagem da montanha. O título “da montanha produtiva à montanha recreativa” enquadra o que de mais importante marca a evolução do perfil territorial e a renovação da imagem da montanha, sendo que estes são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores e de práticas turísticas e recreativas. Os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos, embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos (CARVALHO, 2005).

A apropriação da montanha é comandada do exterior e as populações urbanas procuram a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupam de forma

permanente (neo-rurais), ou utilizam no âmbito dos tempos livres (residência secundária, turismo, entre outros). As suas paisagens, das menos alteradas pela ação milenar do fator antrópico, são de forma crescente sinónimo de reserva ambiental/patrimonial e de grande qualidade estética e visual.

Esta matriz de transição funcional dos espaços de montanha está muito articulada com a valorização de recursos ecoculturais e a utilização crescente do tempo livre. A descoberta dos encantos do meio rural, e em particular da montanha, e o culto urbano de uma certa ruralidade, no âmbito dos lazeres turísticos sugere também algumas preocupações no âmbito das políticas e instrumentos de desenvolvimento para as montanhas. Como lembra MESSNER (2001) o que está causa é assegurar a continuidade das montanhas como espaços de vida diversificados, qualificados e sustentados. Por outras palavras, é essencial assegurar a continuidade de atividades económicas, mediante práticas sustentáveis, no sentido de manter níveis mínimos de população residente e preservar e valorizar os recursos naturais e culturais.

Com efeito, o risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, «quer devido às alterações climáticas, quer devido às mudanças sociais e económicas do tempo presente» (SERAFIM, 2005: 3), a modificação dos tipos e padrões de uso da montanha e a sua paisagem, exige a definição e articulação de políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e atores locais.

As orientações políticas da União Europeia, procuraram, sobretudo, compensar as dificuldades naturais (por via da política agrícola) e valorizar um número reduzido de recursos/atividades (como, por exemplo, a neve, o turismo e os desportos associados). A crescente valorização política da componente territorial e dos mecanismos de cooperação e trabalho em rede traduz um incremento do número de propostas conceptuais e de ações de reconhecimento da especificidade dos territórios montanhosos.

A preocupação de integrar as montanhas nas políticas comunitárias e sobretudo a necessidade de uma política europeia de montanha, alargando a política de coesão e aprofundando a política regional a favor dos territórios específicos da União Europeia, nos quais se incluem as montanhas, assume grande significado na conjuntura atual da União Europeia.

Em Portugal, ao contrário do que sucede em outros países europeus (como por exemplo, Espanha, França, Itália e Suíça), não existe uma política específica para a montanha. Se podemos identificar algumas intervenções sectoriais, em especial desde o início dos anos 90, relacionadas com as políticas agrícola e regional da União Europeia, então é também

inevitável reconhecer as suas fragilidades e desarticulações. As maiores preocupações e as tarefas mais urgentes referem-se às paisagens em rápida transformação, como são as áreas de maior abandono, ou aquelas onde a atividade recreativa e turística, dispersa e descontrolada ameaça alterar radicalmente as funções desses espaços, e com eles, a paisagem.

2. Património e turismo: eixos de vertebração de novas políticas e intervenções territorializadas em áreas de montanha

O património, na sua amplitude conceptual, tem sido utilizado como âncora no âmbito de diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local em Portugal e na Europa, em especial desde o início dos anos 90 (século XX). As grandes linhas de ação contemporânea compreendem também a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e renovação da imagem dos territórios e as ações (formais e informais) de educação patrimonial, tendências alinhadas com as orientações, recomendações e outros textos juridicamente vinculativos dos principais organismos internacionais nesta matéria, designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa. Estes influenciaram de modo profundo a evolução conceptual do património (marcado também por um certo nomadismo científico) e contribuíram para uma certa convergência dos critérios reguladores e da terminologia atualmente utilizada, de tal maneira que as últimas três décadas definem grandes tendências neste domínio, a saber: crescimento e alargamento campo patrimonial; importância crescente das dimensões imateriais (dimensões culturais intangíveis como a música, as festividades, as tradições orais e o saber fazer) e dos ambientes rurais e vernaculares; maior ambição no que concerne à escala de intervenção, valorizando-se o contexto relacional e dialético dos bens a proteger e a valorizar (ou seja o quadro natural e construído que interfere na perceção estática ou dinâmica desses bens ou conjuntos); aproximar (e devolver) o património aos cidadãos e estabelecer com eles uma nova relação; incentivar a participação dos cidadãos na proteção do património; atribuição de responsabilidade crescente ao poder local (nomeadamente por via dos instrumentos de gestão territorial); reconhecimento da importância da educação patrimonial, como processo de mediação entre o património e a sociedade (CARVALHO, 2007-b). Portanto, trata-se de uma visão integrada, territorial e dinâmica do património em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos diversos.

A crescente ligação do património aos novos usos do território e aos valores da sociedade pós-moderna deve, igualmente, ser relacionada com o quadro das orientações

recentes das políticas públicas de desenvolvimento e dos instrumentos relativos à intervenção espacial, nomeadamente a centralidade do território e as novas formas de gestão territorial.

Os territórios de baixa densidade, em particular os de matriz rural, uma vez que suscitam preocupações prioritárias de intervenção, emergem no centro de políticas, instrumentos e intervenções impulsionadas pelo Estado, agora que deixaram de ser olhados e sentidos apenas na ótica das suas capacidades produtivas. Com efeito, na Europa, depois de uma fase (de três décadas) dominada por preocupações produtivistas, difusionistas e assistencialistas, emergem orientações territorialistas, ambientalistas e patrimonialistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento desses territórios.

As intervenções realizadas neste domínio, percorrendo diversas escalas geográficas, mostram a importância do turismo cultural e ecológico (os lugares, as redes e os itinerários); os (velhos e novos) museus; os parques temáticos; os eventos culturais; o marketing dos territórios; os estatutos de proteção e a classificação dos lugares (CARVALHO, 2007-b). Contudo, os resultados das intervenções públicas em Portugal são pouco conhecidos, uma vez o processo de avaliação não está institucionalizado, e mesmo quando é realizado não se divulgam convenientemente os resultados. Assim, entre outros problemas, é sempre mais difícil definir orientações e recomendações para a formulação e aplicação de novas políticas de desenvolvimento sustentável relacionadas com o património. Ao mesmo tempo, é reconhecida a dispersão dos programas e das ações, a falta de cooperação, coordenação e articulação entre as instituições e os atores envolvidos.

Neste espectro de intervenções, a partir do exemplo das áreas de montanha, fixamos a componente do lazer turístico. Como já se referiu, uma parte significativa dos espaços serranos/montanhosos portugueses, com as suas dinâmicas de refuncionalização territorial e renovação da imagem, refletem uma ligação crescente ao novo sistema social de valores e práticas turísticas e recreativas das populações urbanas. Por sua vez, os recursos ecoculturais aparecem de forma recorrente ancorados aos processos de turistificação, nomeadamente as modalidades alternativas de turismo, que podem suscitar trajetórias inovadoras e sustentadas de desenvolvimento regional e local.

A análise das tendências evolutivas do turismo na Europa revela o crescimento relativo de modalidades que configuram novas escolhas geográficas, como por exemplo o campo, os planos de água e a montanha. No caso de Portugal, as estatísticas sobre as Férias dos Portugueses (da Direção Geral do Turismo), confirmam a referida tendência, em que as novas escolhas geográficas (incluindo as cidades), em alternativa ao ambiente tradicional de sol e

mar, representam cerca de 20% das respostas sobre o ambiente de gozo de férias. A interpretação destes resultados não pode ser dissociada das tendências qualitativas que marcam o novo comportamento dos turistas: mais ativos e participativos; interesses mais diversificados e segmentados (OMT, 2003); mais exigentes e menos influenciados pelas perspectivas da oferta massificada (BARROS, 2004); mais esclarecidos e informados (MCGETTIGAN, 2005).

Alinhadas com as perspectivas recentes em matéria de desenvolvimento sustentável, as preocupações atuais do turismo valorizam a gestão dos recursos turísticos (designadamente recursos naturais e culturais), na perspectiva de alcançar resultados económicos, sociais e ambientais duradouros. O desafio da sustentabilidade da atividade turística, configurando um encontro entre as necessidades do turista, os locais de acolhimento e os interesses das populações locais (INSKEEP, 1991) é na atualidade mais exigente no sentido de envolver a participação dos cidadãos (motivados por diferentes e potenciais conflitos de interesses) e a inclusão dos territórios no desenho, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas e instrumentos relacionados com a intervenção espacial (CARVALHO, 2006).

Como reconhece a Proposta de Manifesto aprovada no “Congresso Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha” (que decorreu no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 2002), o turismo sustentável em áreas de montanha pode vir a constituir-se uma decisiva alavanca de alteração da situação atual e de promoção do desenvolvimento local sustentável. Contudo, para que tal se materialize é necessário clarificar, sem equívocos, os princípios que, obrigatoriamente, o devem nortear e fazer dele um produto turístico específico. O turismo sustentável em áreas de montanha, em Portugal, deve assumir-se como um produto que privilegia a qualidade em detrimento da quantidade, sujeita a sua ação a uma constante análise da capacidade da sua carga sistémica, promove a monitorização e avaliação dos resultados com base em indicadores distintos dos clássicos indicadores turísticos, procura implementar formas de gestão pró-ativa (para além da clássica gestão retroativa) e está organizado de modo a que os proveitos que gera revertam em prol da região e seus habitantes. Para além disso o turismo sustentável de áreas de montanha deve: permitir o usufruto do território velando pela sua conservação (nomeadamente, em termos de ambiente, paisagem e recursos, com especial destaque para a biodiversidade e geodiversidade); oferecer um alojamento específico que conjuga formas variadas que vão desde a hotelaria clássica até às Casas de Natureza, passando pelo Turismo em Espaço Rural; privilegia a gastronomia tradicional e típica de cada região; promover os produtos locais tradicionais; divulgar o

património histórico-cultural da região; fazer da interpretação e animação ambiental um traço fundamental da sua essência.

A prossecução destes objetivos significa também um processo de mudança de atitudes e comportamentos quer ao nível do planeamento territorial quer no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. Na primeira situação, está em causa a adoção de uma nova política de planeamento territorial integrado e uma nova política de infraestruturas adaptadas às características de cada região; no segundo caso, importa considerar o conhecimento e a ação como um binómio indissociável que acompanha a adoção de novas atitudes alicerçadas em pensamento crítico, eticamente referenciado e comprometido.

Mas tão importante como definir grandes princípios é estruturar propostas de intervenção consequentes. A consagração do estatuto de área de montanha e a definição de áreas montanhosas de intervenção prioritária, segundo critérios objetivos, pode constituir uma base estruturante de novas políticas e instrumentos integrados e ajustados às suas especificidades. A concretizar-se uma institucionalização de fundos próprios e exclusivos para a implementação de intervenções estruturantes em áreas de montanha, é de esperar apoio prioritário ao turismo sustentável.

Em síntese, as montanhas emergem neste quadro de segmentação e especialização dos mercados turísticos e na atmosfera de diversificação funcional e de transição acelerada dos valores produtivos (ou de uso) para os valores de fruição (CARVALHO, 2007), ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade de uma política específica e integrada de discriminação positiva capaz de induzir novas trajetórias de desenvolvimento e a integração crescente e duradoura das montanhas nas dinâmicas globais. Até ao momento, o que acontece é a integração das montanhas em planos e programas sectoriais, como por exemplo o LEADER e as Ações Integradas de Base Territorial (no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, 2000-2006). Apesar dos seus resultados positivos, a maioria dos problemas estruturais permanecem por resolver.

No âmbito do novo fundo específico da União Europeia para o desenvolvimento rural (FEADER) e da sua aplicação nacional (através do Programa de Desenvolvimento Rural, em fase de aprovação), emergem alguns sinais de que as montanhas possam ser consideradas como áreas de intervenção prioritária, dotando as linhas de ação (como por exemplo, a manutenção da paisagem e a gestão da Rede Natura 2000) de meios financeiros adequados. Contudo, sublinhamos, o mais importante é a integração das políticas e a concentração dos fundos através de instrumentos e ações de matriz territorial adequadas aos problemas

específicos do mosaico montanhoso serrano nacional (compartimentado em vários subconjuntos).

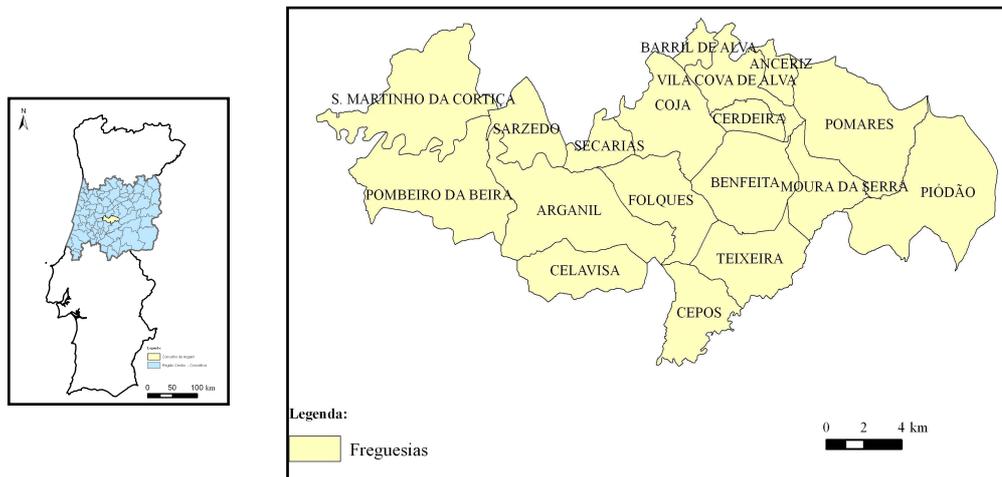
3. O Piódão turístico: notas de uma abordagem geográfica preliminar

A articulação da componente teórica da nossa reflexão com o território decorre no âmbito de uma investigação, ainda em fase inicial, centrada no Piódão e na Serra da Açor. Neste momento, é possível apresentar, de modo preliminar, alguns traços e ideias que indicam as preocupações da análise e os caminhos a trilhar no aprofundamento deste estudo de caso.

3.1 O “fim do mundo”

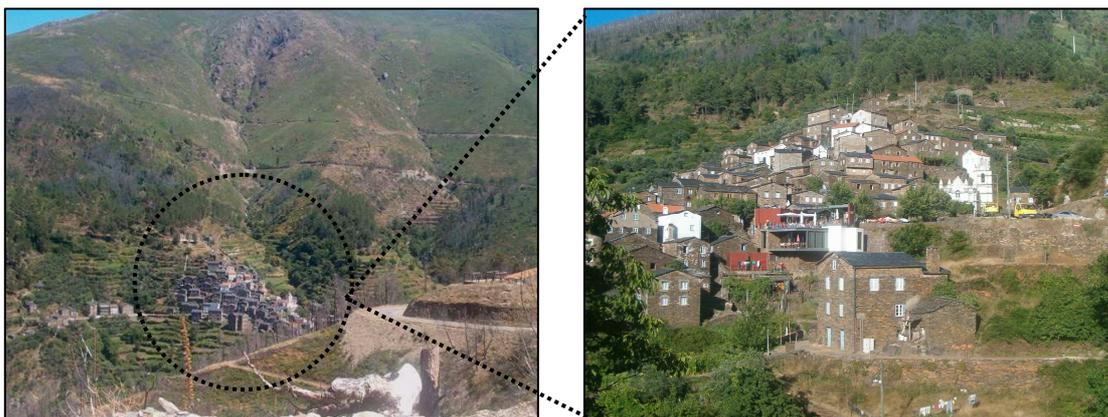
O Piódão localiza-se no concelho de Arganil e na sub-região do Pinhal Interior Norte (Centro de Portugal). O município de Arganil, em 2001, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentava uma área de 332,1 km² e um total de 13 623 habitantes, distribuídos de forma desigual por 18 freguesias (figura 1).

A freguesia do Piódão, no coração da Serra do Açor (entre as Serras da Estrela e da Lousã), reflete de modo inequívoco uma das debilidades mais vincadas das áreas de montanha que bloqueiam o desenvolvimento e limitam a competitividade territorial: o isolamento geográfico.



Elaboração própria

Figura 1. Localização e enquadramento geográfico do concelho de Arganil



Autores

Fotografias 1 e 2. Duas panorâmicas da aldeia do Piódão (2007)

A aldeia do Piódão (fotografias 1 e 2), no domínio litológico do xisto (e na proximidade das cumeadas que fazem a transição das bacias hidrográficas do Alva e do Ceira), consolidou ao longo do tempo a imagem de um lugar inacessível e ermo, e o estigma de uma terra inóspita, rude, escassa de recursos, e onde a população sempre foi fortemente marcada pela luta de sobrevivência. De tal forma, que a expressão “o fim do mundo”, embora em sentido figurativo, é elucidativa do isolamento profundo e das difíceis condições de vida neste recanto da Serra do Açor.

Ao problema secular do isolamento, relacionado com as dificuldades impostas pela orografia, acresce os efeitos da desvitalização demográfica, económica e social, muito acentuada em particular desde os anos sessenta, e uma rede relacional e de atores de baixa densidade.

A análise da evolução demográfica da freguesia do Piódão, no período de 1911 a 2001 (quadro 1), permite verificar que a população conheceu um ritmo ascendente até 1960: 872 habitantes no ano de 1911, 1070 habitantes em 1940, e 1088 habitantes em 1960, apesar dos efeitos dos movimentos migratórios (externos e internos) se fazerem sentir. Após 1960 a população decresceu em termos absolutos a um ritmo muito acentuado: 514 residentes em 1981; 381 em 1991, e apenas 229 em 2001, tendência que é ainda mais preocupante na perspetiva (escala) dos lugares (por exemplo, Chãs de Égua perdeu cerca de 90% da população residente no referido período). Portanto, entre 1960 e 2001, a população residente na freguesia do Piódão decresceu 859 habitantes e representava menos 79% em relação ao registo do valor máximo demográfico (1960).

O lugar do Piódão (sede da freguesia homónima), apesar de igualmente castigado pelo despovoamento, tem a particularidade de ter registado o máximo demográfico em 1940 (quando foram contabilizados 292 residentes) e de constituir o lugar da freguesia que menos população perdeu, em termos absolutos e relativos, no último período intercensitário (76 habitantes em 1991; 65 habitantes em 2001). É de referir ainda que o Piódão, do conjunto de lugares que compõem a freguesia, se destaca em termos demográficos, pois concentra 28.4% da população (em 2001 o lugar com mais população era Malhada Chã, com 81 residentes).

Quadro 1. Evolução da população da freguesia do Piódão, em 1991-2001, por lugar

LUGAR	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001
Barreiros	17	17	20	-	-	-	3
Chãs d'Égua	166	174	153	79	52	54	18
Covita	25	22	25	-	-	-	3
Eira da Bouça	39	25	22	11	-	-	2
Fómea	85	127	124	86	55	34	20
Foz d'Égua	19	31	-	32	7	29	9
Malhada Chã	114	178	229	195	170	148	81
Moinhos	-	17	17	14	-	-	6
Pés Escaldados	23	34	19	6	0	0	0
Piódão	255	292	281	205	110	76	65
Tojo	75	100	109	83	65	40	19
Torno	16	23	28	21	-	-	4
Outros lugares	38	30	10	29	55	4	-
TOTAL	872	1070	1088	761	514	381	229

Fonte: Censos da População, 1991-2001 (INE); Plano de Desenvolvimento do Piódão (ACFP, 2004)

Ao mesmo tempo, é necessário considerar o envelhecimento acentuado da população residente. No período de 1991-2001, registou-se uma erosão diferenciada dos estratos etários principais de que resultou um duplo agravamento da composição etária: por um lado, verificou-se uma perda acentuada da população jovem (23.6%, em 1991; 9.8%, em 2001); por outro lado, os idosos atingiram 44.1%, em 2001 (mais 18% em relação ao ano de 1991).

De igual modo, também o fenómeno migratório deixou cicatrizes profundas neste microterritório. «Embora a emigração para o Brasil, África ou Europa tenha sido relevante (...), a verdade é que o principal fluxo migratório dos habitantes da freguesia do Piódão foi, quase sempre, em direção a Lisboa⁹» (ACFP, 2004: 21).

⁹ Após a II Guerra Mundial, a importância das Minas da Panasqueira enquanto polo empregador da região decaiu de modo significativo, atirando a população serrana “para os trabalhos violentos e mal pagos na estiva, na construção naval ou na lota.

Estes fluxos migratórios conduziram a «um despovoamento parcial, e não a um abandono total das aldeias, tornando-se inevitável o estabelecimento de ligações fortes, bipolares, entre o núcleo emigrado e o dos remanescentes» e que resistiram ao desejo de partir, em particular nos concelhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra (parte da chamada Beira-Serra). Através deste processo de vinculação, a «aldeia distante se transforma numa referência emocional, ganhando uma representação imaginária que a identifique e caracterize, por via da adoção de um conjunto de símbolos distintivos» (TRINDADE, 1994: 102). A importância deste processo, que marca outras regiões portuguesas de origem dos migrantes, designadamente o interior, levou a citada autora a utilizar o termo “micropátrias”.

Durante as décadas de 50 e 60 é devido às redes formais de socialização que os piodenses a residirem em Lisboa promoviam o convívio e recebiam notícias acerca da sua aldeia, mantendo-se e, reforçando-se assim, a ligação afetiva destes migrantes à sua terra natal. É neste contexto, que paralelamente, surgem as primeiras Comissões de Melhoramentos, entre outros tipos de associações, agrupadas na “Casa da Comarca de Arganil”. Estas «coletividades tiveram um papel fundamental na realização de importantes obras de beneficiação nas aldeias serranas, assumindo competências que o Estado Novo negava ao poder local e municipal. A sua intervenção baseava-se, quer na angariação de donativos entre os associados, quer no exercício de um jogo constante de influências a diversos níveis do poder político» (ACFP, 2004: 21). Com efeito, foi o associativismo de interesses que permitiu dotar alguns lugares de infraestruturas básicas e assim contribuiu para uma melhoria gradual das condições de vida na montanha.

Por outro lado a intervenção pública na montanha, no âmbito da florestação estatal dos baldios, com maior incidência a partir dos anos 30 do século XX, apesar de acompanhada de desequilíbrios e dificuldades acentuadas do modelo agro- silvo-pastoril que durante séculos alicerçou a economia de lugares como o Piódão, foi decisiva para a sua abertura gradual (com a construção de estradas, a rearborização e a regularização de linhas de água) e a mutação da sua imagem. Assim, a montanha abandona, de forma progressiva, a conotação de espaço inóspito, degradado e repulsivo para se transformar num quadro paisagístico mais acessível, embelezado e capaz de despertar interesse no âmbito da utilização do tempo livre.

3.2 Génese e evolução de um novo destino de turismo alternativo

Mais tarde, nos anos setenta, a pequena restauração constituiu-se como alternativa a esse emprego braçal” (ACFP, *op. cit.*).

Apesar das grandes dificuldades estruturais e funcionais que marcavam o quotidiano das populações serranas, assistiu-se a uma viragem significativa na construção e difusão da imagem da montanha e no próprio discurso sobre a montanha.

As entidades políticas e os meios intelectuais começam a ver a montanha como um conjunto de potencialidades (novos recursos) que, ao mesmo tempo, são cada vez mais valorizadas pela atividade turística emergente.

O processo de construção e dinamização do turismo em Arganil teve na Comissão de Iniciativa e Turismo uma das suas primeiras referências. Instituída no final de 1929, na sequência do Decreto 17304 (publicado no Diário do Governo nº 204, I Série, de 5 de setembro de 1929), esta Comissão desenvolveu algumas atividades de promoção turística do concelho, em articulação com as comissões de melhoramentos locais. Apesar de o derradeiro registo oficial da Comissão, em livro próprio, não exceder 1939, e sendo necessário aprofundar o conhecimento da sua intervenção através de outras fontes (designadamente as Atas das Sessões Camarárias) bem como as iniciativas de outras entidades/atores, é certo que as primeiras preocupações e intervenções incidiram no Santuário do Monte Alto.

A partir de meados do século XX, a montanha começa a despertar algum interesse como recurso para o turismo, no alinhamento do que já se referiu. Através das notícias publicadas na imprensa regional, depreende-se a intenção de convidar a sociedade a percorrer os novos caminhos da montanha e a desfrutar os seus panoramas, embora sem incutir a ideia de visitar povoados serranos como o Piódão, seja pela dificuldade em aceder ao local (que só foi ligado ao mundo, por estrada, no alvor dos anos 70), seja por outros motivos.

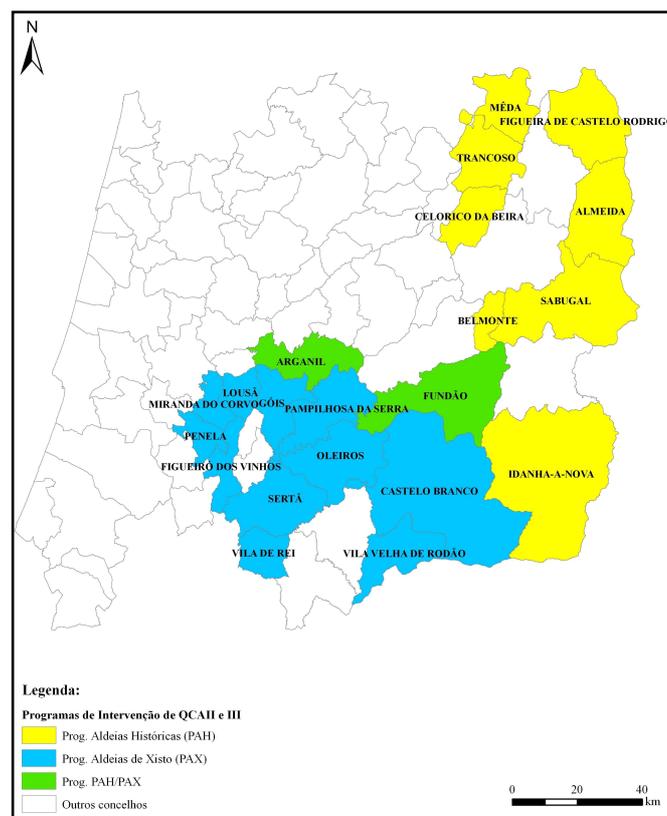
Porém, a ambição turística ganha maior expressão a partir da década de 70. De modo resumido, podemos referir que, nas últimas três décadas, uma sequência de acontecimentos encadeados, com o envolvimento de entidades públicas, privadas e associativas, marcaram a transição funcional e a mutação da imagem deste lugar de montanha, nomeadamente:

- A classificação do Piódão como Imóvel de Interesse Público (1978);
- O Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão (Câmara Municipal de Arganil, 1986?);
- O Programa das Aldeias Históricas de Portugal (Quadro Comunitário de Apoio II, 1994-1999);
- As Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006);

– O Plano de Ação Integrada para a Freguesia do Piódão (Associação de Compartes da Freguesia do Piódão), lançado em 2004 e atualmente em execução, através de parcerias com diversas entidades.

Neste quadro de construção do Piódão turístico, destacamos o Programa das Aldeias Históricas de Portugal que pretendeu integrar objetivos patrimoniais, económicos e sociais numa estratégia de desenvolvimento que visou, igualmente, objetivos turísticos. As linhas de ação do PAHP foram direcionadas para as infraestruturas básicas, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002).

Esta iniciativa nacional, lançada no âmbito do QCA II, com continuidade no QCA III (através do Programa Operacional da Região Centro), abrangeu uma dezena de lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), em 1994-1999, a que se juntaram mais dois (Belmonte e Trancoso), em 2000-2006 (figura 2).



Elaboração própria

Figura 2. Intervenções programadas nas Aldeias Históricas (1994-2006)

O investimento total realizado até 2004, aproxima-se de 40 milhões de euros, dos quais 67.2% dizem respeito ao QCA II.

Em relação à tipologia de promotores, até 2002, destacam-se as câmaras municipais que foram responsáveis por quase 65% do investimento total e 63% dos projetos realizados.

Contudo, o investimento por aldeia é desigual repartindo-se segundo o intervalo de variação de 1,4 milhões de euros (Castelo Mendo) a 8 milhões de euros (Linhares da Beira). No caso do Piódão, o investimento total, segundo elementos de 2002, foi de 5,5 milhões de euros, distribuído por 71 intervenções. Destacam-se os equipamentos turísticos (o exemplo mais relevante é a Estalagem do INATEL, com 3,8 milhões de euros – fotografia 3); as infraestruturas básicas (1,4 milhões de euros) e a recuperação de fachadas e coberturas (174 mil euros).



Fotografia 3. Estalagem do Piódão (2007)



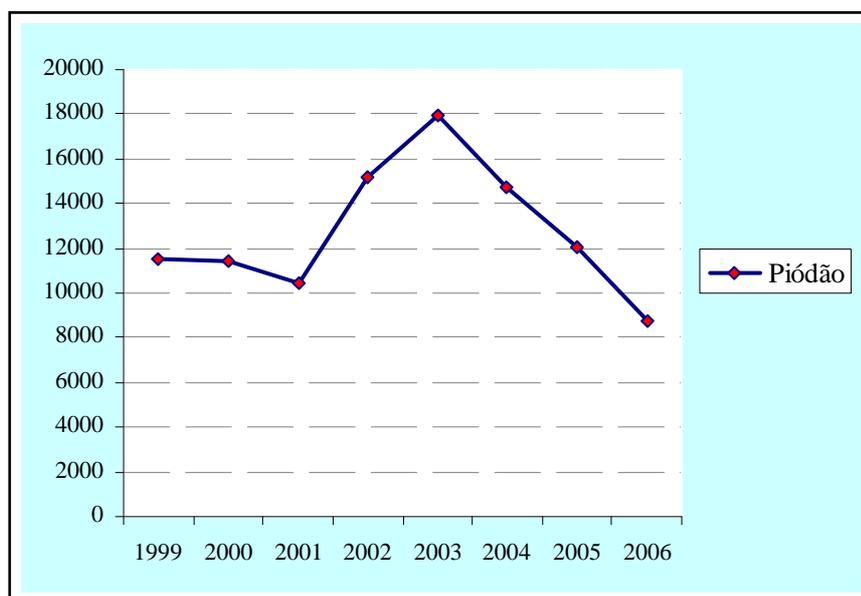
Fotografia 4. Comércio de artesanato no Largo Cónego Nogueira (Piódão, 2007)

Autores

A requalificação da aldeia e a sua promoção no mercado turístico nacional e internacional, no âmbito do PAHP e do PORC, induziu efeitos positivos na evolução do número de visitantes (figura 3), em particular no período de 2001 a 2003, segundo dados recolhidos no posto de turismo local. Ao invés, verifica-se uma redução muito significativa do número de visitantes da aldeia, desde 2003 até 2006: de quase 18000 para cerca de 9500 (valor mais reduzido desde 1999 – que corresponde ao primeiro ano completo de recolha de informação estatística), situação que pode estar relacionada com a criação e divulgação de destinos turísticos alternativos (como, por exemplo, as Aldeias do Xisto), a diminuição da intensidade da promoção turística das Aldeias Históricas, e outros motivos que só o

aprofundamento da investigação poderá revelar. Por outro lado, ainda segundo a mesma fonte (Câmara Municipal de Arganil), o perfil do visitante traduz uma preponderância da nacionalidade portuguesa (cerca de 90% do total).

A concluir, importa sublinhar que o município de Arganil (tal como o Fundão) configura uma ponte (imaginária) entre as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto¹⁰ (figura 2), o que sugere uma outra questão: a articulação ou desarticulação de programas com objetivos semelhantes e a importância das redes na construção e projeção de iniciativas de desenvolvimento.



Elaboração própria com base em dados fornecidos pela C.M. de Arganil

Figura 3. Evolução do número de visitantes do Posto de Turismo do Piódão (1999-2006)

Como nota final, salientamos a pertinência de investigar o papel do turismo, na ligação aos recursos ecoculturais, para a promoção do desenvolvimento sustentado de lugares de montanha. No caso do Piódão, os eixos vertebradores da investigação, que pretendemos aprofundar nos próximos meses, enfatizam as políticas, instrumentos e atores de turistificação, assim como os efeitos sócio-territoriais da atividade turística.

¹⁰ O PAX, na mesma linha do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, pretendeu requalificar um conjunto de microterritórios serranos (em geral desvitalizados do ponto de vista económico, social e demográfico) com o objetivo de constituir uma rede de sítios de interesse turístico. Apresenta, no entanto, particularidades em relação ao PAHP, nomeadamente ao nível da metodologia de seleção e candidatura dos lugares, número de lugares envolvidos no programa (vinte e três), financiamento (cerca de 11 milhões de euros de investimento até ao início de 2006), entre outros.

REFERÊNCIAS

- ACFP (2004): *Plano de Ação Integrada para a Freguesia do Piódão*. Arganil, Associação de Compartes da Freguesia do Piódão.
- ASHWORTH, G. & LARKHAM, P. (1994): *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London, Routledge.
- BARROS, J. (2004): *A Projeção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BOURA, I. (2006): “Património e mobilização das comunidades locais: das aldeias históricas aos contratos de aldeia”. *Cadernos de Geografia*, nº 21/23, pp. 115-126.
- BURNAY, M. J. (2006): “O Turismo Sustentável e o Turismo de Natureza”. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6, pp. 167-179
- BUTLER, R., HALL, C. & JENKINS, J. (1998): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.
- CARVALHO, P. (2005): *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra.
- CARVALHO, P. (2006): “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, G., VIEIRA, R. & MENDES, M. (Eds.): *Atas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- CARVALHO, P. (2007-a): “Questionando as trajetórias e as perspetivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal – entre marginalização e integração territorial”. In VALENÇA, M. & MOURA, G. (Eds.): *Globalização e Marginalidade*. Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pp. 935-946.
- CARVALHO, Paulo (2007-b): “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*, nº 24/25 (em publicação).
- CAVACO, C. (2006): “O turismo e as novas dinâmicas territoriais”. In MEDEIROS, C. (Coord): *Geografia de Portugal*, vol. III. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 367-427.
- CRAVIDÃO, F. (2006): “Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares”. In FONSECA, M. L. (Coord.): *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 269-278.
- CCRC (1999): *Programas das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 2ª edição.
- CCRC (2001): *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CCRC (2002): *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- CMA (1986?): *Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão*. Arganil, Câmara Municipal de Arganil/Gabinete Técnico Local.

- GRAÇA, L. (2003): “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, J. & CALDAS, J. C. (Orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 373-385.
- INSKEEP, E. (1991): *Tourism Planning. An integrated and Sustainable Development Approach*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- HALL, D., ROBERTS, L. & MITCHELL, M. (2003): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate.
- MCGETTIGAN, F. (2005): “Uma Análise do Turismo Cultural e a sua relação do Lugares de Peregrinação”. In ITP (Ed.): *Novos Consumos. Novos Produtos. Encontro Técnico 2003. Livro de Atas*. Lisboa, Instituto de Turismo de Portugal (ITP), pp. 127-146.
- MESSNER, R. (2001): *El decálogo de las montañas* (In <http://ww.desnivel.com>; consulta em 3/6/2001).
- MORENO, L. (1999): “A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”. In CAVACO, C. (Coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 395-413.
- SERAFIM, M. (2005): “Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha”. In *Pessoas e Lugares*. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, Lisboa, II série, nº 28, p. 3.
- TRINDADE, M. B. (1986): “Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência”. *Análise Social*, vol. XXII (91), pp. 313-330.
- TRINDADE, M. B. (1994): “As micropátrias do interior português”. *Arganília (Revista Cultural da Beira Serra)*, nº 3, pp. 95-124.
- PNPG (2003): *Proposta de Manifesto do Congresso Nacional Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha*. Parque Nacional da Peneda-Gerês, Câmara Municipal de Terras de Bouro e Associação de Municípios das Regiões do PNPG.

MOUNTAIN RURAL LANDSCAPES. PRELIMINARY CONSIDERATIONS ON THE VILLAGE PLANS (“NETWORK OF SCHIST VILLAGES”)

Paulo Carvalho

Abstract

Recent years have borne witness to the growing reassessment of the importance of the rural world (where it is possible to rediscover new centralities, based on quality), and of the values of country life (and these, too, are changing) in terms of the equilibrium and cohesion of the world system. In (Western) Europe, each territory is drawing back the veil to reveal its specific potential, and trying to base new philosophies for the territorial development of rural regions on concepts such as multifunctionality, sustainability and subsidiarity (CARVALHO, 2002).

The context of the new rural development opportunities is enhanced through a case study focused on asset valuation and landscape intervention of a set of mountain places the Centre of Portugal, in order to provide an articulated network of tourist sites.

1. Rural landscapes as development resource

To ponder on the paths of development, which today are being forged in a more heterogeneous and complex social context, one which is less predictable and perhaps more demanding in the search for creative responses to new challenges, is also to ask how territories are organized and consumed, and what action should be taken in these geographic regions of everyday life.

Rural landscapes in the western world, with their fragilities and particular diffuse features are no longer experienced and regarded solely from the perspective of their productive potential. Thus, in a different context, they may become more complex, increasing their functional diversity and sustainability.

At the same time, the growing importance of the image and identity of the rural territories and the strategic value of how they are planned and managed are exposed.

Heritage is today recognized as structural element of memory, image and territorial identity, and one of the essential resources for affirming cultural and environmental values

against a renewed backdrop of new theories on territorial development, specially in the spirit of territorialist theories, those that best respond to the greatest needs of society and participative citizenry.

But the productivist policies certainly left their imprint on contemporary rural Portugal, especially in more isolated regions, more marked by physical constraints and more remote. The cycles of emigration to Brazil and Europe at the end of the 19th and in the middle of the 20th century, respectively, both provide the context for and bear witness to these facts. At first sight, the *raison d'être* of this tide of emigration can be found in the historical, semiperipheral position of Portugal relative to territories which have led the field in economic growth since the Industrial Revolution. There was a chronic reliance on the 'outside', which corresponded to this relative position. The Portuguese then entered into their demographic and epistemological transitions. But the demographic curve was not accompanied by an economic one. The Portuguese population responded to this difference with spatial mobility, to the outside world, and also to the coast, notably to the large metropolitan areas, particularly Lisbon. This city was increasingly taken as the geo-economic and political centre of Portugal. The interior became depopulated, thanks in part to policies such as the "Campanha do Trigo" (Wheat Campaign) and the "Florestação Estatal dos Baldios" (government sponsored afforestation of the mountain slopes). Another contributory factor was the failure of the procedures of the "Junta de Colonização Interna" (Internal Colonization Board), plus the impotence of the development centres established by the "Planos de Fomento" (Promotion Schemes), and the lack of any clear rural development policy. The ruralist theses of the "Estado Novo" (New State) were more often than not restricted to extolling the simple, healthy, traditional bucolic lifestyle of a submissive and poorly educated people.

Most of Portugal's rural local authorities, in a country where distances are still relatively large, and concentrated on the coast, have seen their populations decline and grow old, thus losing any benefits in terms of the location of human resources. Lack of functionality and desertion have left deep scars on the landscape of rural Portugal. An important part of the Portuguese identity has been lost, and a swathe of its heritage has been degraded: the forests, the montes (large, isolated estates in Alentejo), the hill villages of northern and central Portugal. Furthermore, the Common Agricultural Policy (CAP) and the entry of Portugal into the European Union (1986) have also made their impression. In terms of farming, policies of short-term gain came to rule the day: "The CAP and the provision of funds led to an increase in investment, but in projects outside the context of Portugal's circumstances and which tend

to segregate small farmers, who are the majority, and suffer most harm, which has led to the depopulation and increasing imbalance in the settlement system” (FIRMINO, 1999: 87).

Recent years have borne witness to the growing reassessment of the importance of the rural world (where it is possible to rediscover new centralities, based on quality), and of the values of country life (and these, too, are changing) in terms of the equilibrium and cohesion of the world system. In (Western) Europe, each territory is drawing back the veil to reveal its specific potential, and trying to base new philosophies for the territorial development of rural regions on concepts such as multifunctionality, sustainability and subsidiarity (CARVALHO, 2001).

This reappraisal of the rural does not disregard the core role of farming (in all its aspects: biological, environmental, ... and not simply in its productivist version). The farmer thus attains the status of an important player in the task of conserving the heritage and landscape features of the rural world. Farming, indeed, is seen as the heart of the multifunctionality which is intended for the rural areas of Europe.

And so a commitment must be made to the valorization of both the cultural materials belonging to each place and its symbolic cultures, important to the affirmation of self-conception among local people (Reis, 1998). Regarding this, in a context of open competition, the affirmation of a territory or place is also achieved by constructing and disseminating an image of distinction and quality, focused to a considerable extent on the identities and symbolic resources of each place (JANISKEE and DREWS, 1998). The issue of geographic scale is of no relevance here.

A territory should not be seen merely in the context of its ranking in the international productive system. There is a qualitative “leap” here, which is opening the prospect of a vertical and horizontal placing, in a network of cooperation and solidarity. Globalization, which has gained ground in the last few decades, is undoubtedly a factor of rationality, and diffusion of the neo-liberal model. Even so, factors like new information technologies are also opening up the possibilities of reaffirming participative citizenship and the individual identity of each place. Local development thus emerges as the process of linking the global to the local. An interdependent and proactive liaison in those of the more tertiarized societies that are conscious of their responsibilities, of their rights and duties.

The new directions taken by European development policies have shown marked changes in the ways of thinking about, and taking action on regions: from an essentially productivist model, launched at the dawn of the 1960s and guided by simple economic criteria

(increasing earnings, developing economies of scale, agricultural competitiveness, liberalising markets), to a post-productivist model that bestows on the rural world and its people a role that is more environmentalist, ecological and participative (FERNÁNDEZ, 2002). This last aspect requires a multifunctional agriculture: besides supplying farm produce, agriculture also yields public benefits (it cares for nature and the countryside, protects the environment and facilitates land use management), for which the taxpaying citizen has to pay.

The transition from a productivist and economist discourse to an environmental and territorial discourse also means that European rural areas, with their fragilities and individual diffuse properties, have ceased to be viewed and perceived exclusively from the standpoint of their productive potentialities, enabling them to achieve complexity, functional diversity and sustainability, in a quite different context (CARVALHO, 2002).

In the case of peripheral rural areas, the dynamics of recent years has generally intensified the processes of desertion and degradation of buildings and rural landscapes. But some of these regions are now organised and possessed, particularly by town dwellers who value the cultural and landscape elements formerly regarded as a sign of archaism, in a genesis of spontaneous processes or public initiatives, the aim of which is to restore these regions and boost their potentialities. The heritage and landscape value is almost always linked to such actions, and it functions as an anchor for projects and initiatives, with one of the main development options being rural tourism (CARRASCO, 1998).

And so heritage is today identified as an important resource for rural development, which is why the components of a region are key elements for the tourist valuation of a locality.

Landscape itself is thus interpreted as a tourist asset, in the sense that it can represent a useful development tool, something to be prized and preserved for rural tourism (CARVALHO, 2003).

“Landscapes express both the uniqueness and the identity of each locality (*genius loci*), reflecting the natural history just as much as the cultural history of a region, at a given time. They are dynamic by nature and are constantly changing, but they are also unique to each place” (PINTO-CORREIA, 2001: 198).

The interaction between the natural system and the social system lends a landscape a territorial dimension, in which the way the landscape is appropriated by communities varies as much through the natural system as with the values of the society that is influencing it (PINTO-CORREIA, op. cit.; LEIMGRUBER, 2002).

According to UNESCO, cultural landscapes represent the combined work of nature and man, and this body also acknowledges the enormous variety of such interactive manifestations.

The text of the Convention concerning the Protection of World Heritage (UNESCO, 1972; 1983) describes cultural landscapes as ones which have evolved organically. Nowadays these landscapes can be a relic (or fossil) of the past, or they can even have an active social role, associated with an evolving traditional way of life.

In the European Landscape Convention (Council of Europe, 2000), signatory countries pledged to regard landscapes as fundamental factors of European identity, incorporating this into their natural and cultural heritage.

It starts from the statement that landscapes are going through an accelerated process of transformation, in a variety of directions, which justifies the need for intervention (defining landscape policies, and including landscapes in sectoral policies).

In the case of cultural landscapes in the rural matrix, what is actually at stake may be summarised in the following questions: How can they be kept functional? How can they be made to evolve harmoniously? As whom? And for whom?

It matters, therefore, that we understand the structuring language, that is, the events and values, and the way in which they are manifested in society-territory bonds, overcoming a phase characterised by a degree of illiteracy (inability or indifference to reading and interpreting landscapes).

2. The Schist Villages: from the Village Plans to build a network of tourist places

This is the context that accommodates the “Program of Schist Villages” in Central Portugal (which arose from the creation of the “Network of Schist Villages” – “Rede de Aldeias do Xisto”), under the “Operational Plan for the Central Region of Portugal” (an instrument for structuring development in the region for the period 2000-2006, backed by funding from the European Union – “Community Support Framework III”).

This initiative involves over twenty hill villages (peripheral micro-territories), distributed among thirteen municipalities in the sub-regions of “Pinhal Interior”, “Beira Interior Sul” and “Cova da Beira” (Figure 1).



Figure1. The “Network of Schist Villages” (Central Portugal):
a municipal view (2003)

It concerns the “rehabilitation of a group of hill villages (repairing roofs and façades, upgrading social areas, installing urban furniture, repairing road surfaces and footpaths, putting in basic infrastructure systems) to support a network of sites of tourist interest” (CCRC, 2001: 38).

These localities are now integrated into a system in accordance with a (tourist) development scheme, involving the region as a whole, which also embraces the scenic roads that link the villages, and envisages, further, panoramic routes, recreation parks and stopping places with charts describing the landscape, belvederes.

Based on the “Village Plans”, a feature of territorial administration that is concerned with micro-territories (peripheral, and exhibiting economic, social and demographic

fragilities), the aim is to consolidate and motivate proposals for intervention (with financial support from the European Union and the Portuguese Government), which aim to requalify such regions, improve the life of the people, heighten their self-esteem and foster their potentialities (original and special).

The drafting of “Village Plans”, on the initiative of the municipalities involved, and following defined criteria, related to a clutch of concerns, which are also methodological steps that can be summarised as follows:

- Characterization of the intervention area, by constructing a narrative of the geo-historical evolution of the regions, including their demographic, social and economic components. The structure built up for each village according to its chief structuring components, from both the urbanistic viewpoint (such as the analysis of the urban morphology and structure), and the architectural viewpoint (for instance, the state of preservation of property, type of roofs and eaves, the outside of the building).

- Diagnosing needs, a stage of the plan depicted at various levels: private property, public facilities, public spaces, population, infrastructures, economic activities, are among the most important; interviews and socioeconomic surveys conducted on the local residents are essential here.

- Proposal for intervention, which defines the actions to be carried out and the spaces or components of the village that are to be the subject of intervention. As an example we might mention private buildings (façades and roofs, sheds and storehouses), public buildings (rehabilitation of squares and streets; improving/installing basic infrastructures; urban furniture).

- Finally, the Execution Plan, where the different intervention typologies are budgeted (according to defined parameters) and related to the time envisaged for the intervention (execution programme) and with the economic resources available (financing plan).

This paper will also give a systematized indication of the territorial asymmetries, the problems and the potentialities of the schist villages.

- Differentiating the administrative designations for the localities: small villages, small towns formerly municipal seats (extinguished in the 19th century), which are now parish seats, also correspond to distinct demographic, economic and social cadres. The demographic dimension of the localities in the network, for example, oscillates between two residents and more than one hundred residents. This means that local levels of abandonment are differentiated.

– The structure in terms of buildings is also highly variable: number of properties; state of preservation; typology and architectural characteristics; occupation typology (permanent home, seasonal home, and mixed situations).

– The basic infrastructure systems (water, electricity, drains, rubbish collection) also show territorial asymmetries; but one negative situation they have in common is the absence of public wastewater treatment plants.

– The total investment approved by the CCRC (Central Region Coordination Commission) is 10 million euros (53% of the total investment submitted by the municipalities), in accordance with the structural components (private property, public property, public spaces, infrastructures) also reflects the differences highlighted earlier.

But, the most interesting image of some of these Network villages arises from the enduring outlines of local architecture (with its traditional construction features and the materials used) and from the tightly packed houses with their rough, winding paths (worked from the bare rock), flanked by dry-stone walls, which lead to tiny plots of farmland (Figure 2). These too need the help of stone walls to prevent the land from collapsing and being carried away to the bottom of the valley; the scene is rounded off by what remains of the old deciduous woodland, consisting of sweet chestnuts (*Castanea sativa*), oak (*Quercus pirenaica*; *Quercus robur*; *Quercus faginea*) and some species on the water's edge.

In such cases, are we not looking at examples of cultural landscapes? It should be recalled that “Cultural landscapes are collective works, the fruit of specific social organizations. They occasionally represent an optimum state of utilization of endogenous resources. Offering important goods and services to a society as a consequence of their aesthetic quality, cultural richness, capacity to regulate the hydrological and nutrient cycles, their heterogeneity and biological diversity. The landscape is also a language, a perception and a common aspiration in society” (Conclusions and Resolutions of the “I Colóquio Ibérico de Ecologia da Paisagem”, 2001).

In addition, the above document also says that “The Iberian Peninsula is home to some of the finest functional cultural landscapes that remain in Europe. Abandonment and rural depopulation are the biggest threat. There is today a strong reason to worry about the loss of heritage resulting from the disappearance of these landscapes”.



Source: Author

Figure 2. The village of Candal (Lousã Mountain, Central Portugal, 2003)

– The protection status of these cultural landscapes is differentiated, too. At local level, the municipal land use management plans of the municipalities involved in the network reveal very distinct concerns: from defining more or less wider urban perimeters (which means the technical and political intention of allowing more building in the localities, as happens particularly in the older towns and in the larger and better characterized villages), to designing the urban area limited to the consolidated space of the village (in this case the goal is not to allow new building, but rather to rebuild properties that are in a poor state of repair or in ruins, and so provide properties with areas (sq. m.) more in keeping with the needs of the new, essentially neo-rural, users (of urban origin), in the context of second homes. At national and international level, the proposals and procedures for classification as cultural heritage submitted for consideration by the competent national authorities have to be borne in mind, and the results of the national Rede Natura 2000 sites.

– The drafting (technical responsibility) of the plans is undertaken by various bodies: multidisciplinary teams established for the purpose (Local Technical Offices - GTL, created for a period of two years); outside firms hired by the municipalities, generally with experience

in the area of land use planning and urbanism, and, in some cases, it has been the responsibility of the Technical Support Offices (cofunded by groups of municipalities).

– The application of the plans, once approved by the CCRC, is, in some cases, done by bodies that have had not hand at all in drafting them, as in the case of the Lousã GTL, responsible for executing the plans of the hill villages (seven) in the municipality of Lousã. Would it not be legitimate here to question the options in relation to suiting the actions planned (and the financial resources provided in the meantime) to the philosophy of the new team that is going to execute them on the ground? Pursuit of this goal includes the need to sound out the people, who are, after all, the main coactors in the construction of the hill regions. In other words, we are looking at a process that has to be flexible, and so it should be in a constant state of adjustment and assessment.

– However, these villages should not remain isolated from a network which is territorially very broad. Today it does not make sense, in terms of tourism, to invest according to isolationist principles! Within the framework of cultural tourism, but also within other spheres of tourism and cultural activities, there is a tendency to integrate places into networks/itineraries, in which the different territorial components act as a federation. This is the strategy defined by the CCRC for the “Pinhal Interior”, as well as its own work on the “Rede de Aldeias do Xisto”.

By thinking in terms of this type of integrated development, in which various features interconnect and complement each other, we are providing the interior with a powerful tourist attraction.

3. Final Remarks

The issue of territorial development and local populations has achieved considerable visibility in recent years, on several levels: conceptual plan; documents and texts with strategic guidelines, as a result of the attitude adopted by various national and international organizations; policies and actions on different scales; and the more or less active and clear participation of the diverse actors.

We are interested in the process of territorial transformation and the “construction” of a society that is closer to ecodevelopment, in which the quality of people's life arises from harmony with nature, without significant economic, social, environmental and spatial imbalances, in other words, a society where development is more sustainable, in which there are fewer inequalities and more harmony with the space (RODRÍGUEZ, 2003). Because of

this, and since today we are looking for “new territories for new societies”, the interpretative analysis of the countryside, with input from several scientific areas, should be useful when it comes to developing future policies that focus on the key points of the imbalances between regions and the possible ways of correcting development orientations and policies.

Just as regions vary geographically, their affirmation is also achieved by building up and disseminating an image of distinction and quality, centred on their identities (in a state of perpetual construction) and on their resources (material and immaterial); the knowledge (gained by reading and interpretation) of landscapes is inseparable from the perception of their “genetic code” as a matrix of potential geographical relevance.

The landscape as cultural construct, from the standpoint of understanding its structuring languages, is now also assuming aspects of a privileged framework for conceptual reflection, within the theme of development.

Similarly, it is once again being placed at the centre of the aesthetic and experiential concerns of post-modern populations, and is the kernel of a very significant series of recommendations, conventions, doctrines, instruments and strategic guidelines that span different spatial scales (from the global to the local), and touch on sundry levels of scientific knowledge (CARVALHO and FERNANDES, 2002).

European rural spaces, with their fragilities and respective diffuse characteristics, are no longer exclusively felt and viewed from the standpoint of their productive potentialities. Furthermore, in a different context, they may be gaining in complexity, functional diversity and sustainability.

Rural landscapes reflect the living evidence of their history and rural culture; they are repositories of heritage (both natural and cultural), indispensable for the new lifestyles in rural regions. Post-modern societies likewise see these values as a substantial part of their heritage (RIVA, 2002).

One of the biggest challenges currently facing us is how to maintain and cherish rural landscapes; this will require stimulation and support for the rediscovery and reinvention of the rural (and new ways of experiencing rurality), with dignity, and quality of life.

In this context of change, in which the (re)discovery of the countryside and of its heritage value are today fundamental conditions for constructing new identities, and for identifying development alternatives, it accommodates the “Program for Schist Villages” Based on the “Village Plans”, a feature of territorial administration that is concerned with micro-territories (peripheral, and exhibiting economic, social and demographic fragilities), the

aim is to consolidate and motivate proposals for intervention (with financial support from the European Union and the Portuguese Government).

It is an integrating approach, sustained by a series of actions that have been designed to rehabilitate rural areas that are in decline, to improve the living conditions of the local residents, to raise their self-esteem and foster their original, exceptional, potentialities. It is also intended to stimulate their inclusion as authentic cultural tourism destinations.

The future Network, which covers over two dozen hill villages (Portuguese Central Mountain Range), shows the heterogeneity of its structural components and the different actors (hill, neo-rural, urban in relation to second home) which appropriate, invigorate and consume these territories, according to differentiated temporal, spatial and cultural conceptions.

The response (and involvement) of local people (in this heterogeneous spectrum), the invigoration and the visibility of the future Network are open pertinent issues at this first stage phase of the initiative.

References

- BEAUDET, G. (1999): "Paysage et investissement de valeur". In GONIDEC-POULLAOUEC, Ph. et al. (dir): *Le paysage : territoire d'intentions*. Paris, L'Harmattan, pp. 35-51.
- CARRASCO, J. S. (2000): "Los lugares y los procesos de globalización". *Atas del XVI Congreso de Geógrafos Españoles*. Málaga, CEDMA, pp. 171-186.
- CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L. (2002): "Paisagem e apropriação dos Territórios. Reflexão em torno de dois exemplos comparativos: a Serra da Lousã e o Parque Natural das Serras de Aire de Candeeiros". In CAETANO, L. (coordenação): *Territórios, Globalização e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp. 275-320.
- CARVALHO, P. (2002): "Landscape and heritage as strategic resources for the rural development. *Preproceedings Fifth IFSA European Symposium*. Florence (Italy), IFSA (International Farming Systems Association), pp. 336-346.
- CARVALHO, P. (2003): "Do entendimento das paisagens culturais às iniciativas de desenvolvimento. Notas preliminares a propósito da "Rede de Aldeias do Xisto" (Região Centro de Portugal)". In ABREU, M. (ed./org.): *The Historical Dimensions of the Relationship between Time and Culture (Rio Conference 2003)*. IGU Commission on the Cultural Approach in Geography, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), 30 pp.
- CCRC (2001): Programa Operacional da Região Centro 2000/2006 Coimbra, CCRC.

- DONADIEU, P. (1999): "Campagnes urbaines : de la réalité aux symboles". In GONIDEC-POULLAOUËX, Ph. et al. (Dir.): *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris, L'Harmattan, pp. 79-92.
- FIRMINO, A. (1999): "Agriculture and landscape in Portugal". *Landscape and Urban Planning*, 46; Amsterdam, Elsevier.
- JANISKEE, R.; DREWS, P. (1998): "Rural festivals and community reimagining". In BUTLER, R. et al. (Eds.): *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley&Sons, pp. 157-175.
- LEIMGRUBER, W. (2002): "Atores, valores y cultura. Reflexiones acerca del papel de la cultura en Geografía". *Boletín de la AGE (Asociación de Geógrafos Españoles)*, nº 34, pp. 91-103.
- PINTO-CORREIA, T. et al. (2001): "Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental". *Finisterra*, vol. XXXVI, nº. 72, pp. 195-206.
- "Resoluções e Conclusões das I Jornadas Ibéricas de Ecologia da Paisagem" (Bragança, Portugal), in [www.http://paisagem.2001.esa.ipb.pt/webibept.htm](http://paisagem.2001.esa.ipb.pt/webibept.htm) (consulted on april 15, 2002).
- REIS, J. (1998): "Interior, desenvolvimento e território". In *Perspetivas de desenvolvimento do interior; Debates Presidência da República Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RIVA, E. (2002): "Thoughts about Territorial Heritage". *Libro del I Congreso Internacional El Nuevo Pueblo (El futuro de los espacios rurales)*. Santander, Universidad de Cantabria, p. 79.
- RODRÍGUEZ, A. S. (2003): Nuevos territorios para nuevas sociedades: IV Congreso Internacional de Ordenación del Territorio, in [www.http://ciot2003.org/presentation.html](http://ciot2003.org/presentation.html) (consulted on december 12, 2002).

A AIBT DO PINHAL INTERIOR E AS ALDEIAS DO XISTO: NOVOS CAMINHOS E ATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE EM AMBIENTES DE MONTANHA

Paulo Carvalho

Resumo

O reconhecimento da relevância estratégica das montanhas (e das suas diferentes funções) está na origem de algumas importantes iniciativas alavancadas em instrumentos e meios financeiros públicos no sentido de atenuar ou contrariar dificuldades e encontrar novos caminhos para o seu desenvolvimento sustentável dos territórios e das populações.

As Aldeias do Xisto, no Centro Interior de Portugal, configura um exemplo prático de uma ação territorializada com dimensões inovadoras, desencadeada na última década.

São estes os contextos (teórico e empírico) que servem de pretexto para a nossa resposta ao “5º Workshop da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional” (Coimbra, fevereiro de 2010) que pretendeu despoletar a produção de casos de estudo de desenvolvimento regional, com o intuito de publicar uma obra pedagógica na área da economia e da política do desenvolvimento regional, destinada em particular aos alunos de ensino superior do espaço lusófono.

1. Contextos e pretextos para uma reflexão em torno das novas oportunidades para o desenvolvimento das áreas de montanha

Uma leitura de síntese sobre as políticas públicas para o desenvolvimento regional, a partir do exemplo da União Europeia e Portugal, permite evidenciar um conjunto de tendências evolutivas (mudanças qualitativas e quantitativas), quer no plano conceptual quer no contexto operativo, designadamente a territorialização, o desenho de novas lógicas de relacionamento e integração dos lugares e dos atores, a gestão participada e descentralizada, e a valorização dos recursos territoriais mais diferenciadores (como, por exemplo, o património natural e cultural).

Com efeito, desde o início dos anos 90 (século XX) emergem políticas e intervenções centradas na utilização inovadora de recursos patrimoniais com ligação ao lazer e turismo, no

sentido de configurar novos caminhos para o desenvolvimento dos territórios e das populações. A segmentação e a especialização dos mercados turísticos, a diversificação económica e a transição funcional dos territórios são acompanhadas de uma nova exigência em matéria de planeamento e sustentabilidade do turismo, tendo em vista reduzir as suas externalidades negativas, preservar os recursos e distribuir de forma equitativa os seus benefícios.

Os ambientes de montanha, devido às suas fragilidades estruturais, aos desequilíbrios e situações de marginalidade, entre outros, suscitam preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territorial, e também por isso constituem um excelente laboratório de análise destas tendências evolutivas.

Na atualidade, as preocupações mais relevantes em matéria de desenvolvimento sustentável das montanhas decorrem do reconhecimento internacional das diferentes funções de interesse coletivo relacionadas com a utilização dos seus diversos recursos. Importa definir instrumentos adaptados às especificidades das montanhas e promover uma verdadeira articulação entre as diferentes políticas que interferem no seu desenvolvimento, ou seja, é fundamental um ordenamento e gestão participados dos territórios e uma visão prospetiva que tenha como principal preocupação a sustentabilidade económica, social e ecológica.

Com o intuito de aprofundar este quadro de mudanças, desafios e oportunidades, é nossa intenção refletir (e suscitar reflexão) sobre os resultados (económicos, sociais e territoriais) de algumas iniciativas recentes ancoradas ao turismo (alternativo) e ao património, no âmbito da política regional da União Europeia (2000-2006), nomeadamente a Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Componente FEDER) e o Programa das Aldeias do Xisto (Região Centro de Portugal), e discutir as perspetivas para o desenvolvimento destes territórios no contexto das novas (atuais) políticas públicas para o desenvolvimento regional (2007-2013).

A escolha deste caso tem como matriz explicativa dois argumentos principais: por um lado, é inquestionável o esquecimento secular e a persistente marginalização (na perspetiva das políticas públicas) que conduziu (ou pelo menos induziu) dinâmicas negativas, como o despovoamento, o envelhecimento, o abandono e a degradação dos elementos estruturantes das paisagens culturais, e a desvitalização económica e social das Serras do Xisto; por outro lado, com base em estratégias inovadoras de base territorial, que pretendem integrar objetivos económicos, sociais e patrimoniais, ancoradas aos lazeres turísticos, emergem sinais/respostas

que permitem antever novos caminhos e caminhantes (atores), e novas formas de relação, com destaque para os processos de cooperação e a criação de redes.

2. A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto (Região Centro de Portugal): requalificar territórios, criar centralidades e induzir novas lógicas de relacionamento e organização de atores

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX) é uma iniciativa pública de desenvolvimento suportada pela Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior (Componente FEDER), do Eixo II (Ações Integradas de Base Territorial) do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006), que pretendeu requalificar “um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturização com redes básicas)” e constituir “uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001: 38). Trata-se de 24 micro-territórios de montanha (figura 1), repartidos por 14 municípios, das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul.



Fonte: Autor

Figura 1. A Aldeia do Talasnal (PAX), na Serra da Lousã

A estruturação e a implementação da AIBT do Pinhal Interior, segundo os principais domínios de intervenção e investimentos realizados, reflete dois eixos prioritários: o turismo (cultural e ecológico) e o património (cultural e natural) (CARVALHO, 2009). Segundo elementos relativos a janeiro de 2006, o investimento total aprovado aproximava-se de 25 milhões de euros, destacando-se o PAX (com 10.63 milhões de euros e 44.8% do investimento) e as iniciativas de valorização do património natural e cultural (entre as mais importantes neste domínio), com 52% do investimento aprovado (12.36 milhões de euros). Os projetos aprovados neste último contexto cobrem diversas áreas como, por exemplo, as praias fluviais e os museus. A título de comparação, podemos referir que as Aldeias Históricas de Portugal, no período de 1994 até 2002 (primeiro, em 1994-1999, como Programa Nacional, com dez lugares, e depois, em 2000-2006, como AIBT do Programa Operacional da Região Centro, com mais dois lugares), apoiaram investimentos (concretizados) de cerca de 35 milhões de euros (montante que, entretanto, ultrapassou os 40 milhões de euros). Por outro lado, é importante referir outras linhas de ação concretizadas, como a reabilitação social, em que foram realizadas diversas ações de formação dirigidas às populações das Aldeias do Xisto no sentido de dotá-las com as competências básicas em diversas áreas, designadamente atendimento turístico, pedreiros do xisto e gastronomia (A. CARVALHO, 2006), e o apoio às atividades económicas relacionadas com o turismo, nomeadamente alojamento, animação, restauração/cafetaria e comércio de produtos endógenos.

No âmbito do PAX, a implementação dos Planos de Aldeia, com base na requalificação territorial dos lugares serranos, contribuiu para melhorar a qualidade de vida das populações locais e assegurou um conjunto de condições fundamentais que permitiram lançar as bases de um produto turístico vocacionado para os segmentos da procura turística relacionados com o turismo cultural, o turismo de natureza, o turismo de passeio pedestre, o turismo de aldeia e o turismo ativo. A integração das Aldeias do Xisto na geografia dos destinos turísticos e do lazer deve ser entendida de acordo com a amplitude das novas motivações turísticas e de lazer, nomeadamente a aquisição de habitação secundária, o retorno às origens, a aquisição de produtos endógenos, a procura de paisagens de elevada qualidade estética e ambiental, a valorização do património natural e cultural, o desejo de viver novas experiências e a prática de atividades ao ar livre (CARVALHO, 2009).

A prossecução deste objetivo, ainda na vigência da AIBT do Pinhal Interior, decorreu no contexto de duas iniciativas muito relevantes. Por um lado, a criação de um Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI), responsável por 3.2% do total de

investimento elegível aprovado no âmbito da referida AIBT (CARVALHO, 2009), apoiou a instalação ou o reforço de iniciativas de investimento empresarial nas áreas do alojamento turístico, animação turística, restauração, comércio e divulgação de produtos locais (em particular o artesanato). De forma complementar, a capacidade de alojamento turístico do contexto geográfico (escala municipal) das Aldeias do Xisto, foi ampliada através da concretização de importantes projetos, apoiados por outros programas como, por exemplo, o LEADER+ (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) e o PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) – este último através do SIVITUR (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica) e do SIPIE (Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais).

Ao mesmo tempo, o Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto, preparado e promovido pela Pinus Verde (Associação de Desenvolvimento, com sede no Fundão), através de uma parceria com diversos municípios, entidades institucionais e agentes económicos e culturais da região, com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, definiu como prioritários os seguintes eixos de intervenção:

- Imagem e marketing territorial (conceber e promover uma imagem que identifique e promova o território);
- Comunicação e informação aos visitantes (editar uma revista de divulgação; colocar placares informativos das aldeias e da rede, em cada aldeia, e sinalética direcional na rede viária);
- Novas funcionalidades económicas, designadamente estabelecer uma rede de lojas (Lojas Aldeias do Xisto) em regime de franchising, tendo em vista comercializar produtos das Aldeias do Xisto, recomendados com um selo que pretende reconhecer a qualidade dos mesmos. Depois da primeira loja, que abriu em Lisboa, entre a Sé e o Castelo de São Jorge, foram inauguradas novas lojas em Aigra Nova (Góis), Candal (Lousã), Barroca (Fundão), Pedrógão Pequeno (Sertã), Martim Branco (Castelo Branco) e Fajão (Pampilhosa da Serra);
- Gestão e promoção das Aldeias do Xisto e dos produtos (turísticos) associados, através da criação de uma Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto;
- Elaboração e implementação de um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto.
- Construção de uma rede de lugares (Rede das Aldeias do Xisto), a partir dos sítios intervencionados no quadro do PAX.

Para concretizar este último desígnio, afirmar as Aldeias do Xisto como um produto turístico destinado a captar um segmento de mercado muito exigente (ao nível qualidade do serviço, da oferta cultural, da informação disponível e prestada, entre outros) e potenciar paisagens que oferecem inúmeras possibilidades de lazer, revelou-se fundamental a criação da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR).

A ADXTUR (entidade privada sem fins lucrativos), através de uma parceria que envolve 16 municípios e mais de 70 operadores privados que atuam no território, constitui uma plataforma de cooperação muito relevante no percurso de afirmação das Aldeias do Xisto. A oferta de serviços e produtos turísticos dos seus associados (alojamento, restauração, animação turística e comércio tradicional), articulada com o calendário de animação das Aldeias do Xisto, é uma das faces de maior visibilidade da ação inovadora deste órgão colegial, tendo em vista gerir e promover a marca Aldeias do Xisto, articular entidades públicas e agentes privados, induzir dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável (através da diversificação e dinamização das atividades económicas, especialmente na área do turismo), valorizar recursos endógenos e contribuir para a integração do Pinhal Interior (na versão da AIBT) nas dinâmicas emergentes do mercado turístico.

O modelo de gestão da ADXTUR está alicerçado em grupos de trabalho sectoriais, tais como: praias fluviais (Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto); ambiente, caça e pesca; ordenamento do território e regulamentos urbanos; produtos turísticos; Rede de Lojas Aldeias do Xisto; formação e qualidade – certificação; comunicação e marketing; projetos de desenvolvimento e cooperação estratégica, que correspondem aos eixos estratégicos de ação da Agência.

A presença das Aldeias do Xisto em diversos eventos nacionais (como, por exemplo, a Bolsa de Turismo de Lisboa, desde 2006) e internacionais (como aconteceu na Feira Internacional de Turismo de Berlim, entre 10 e 15 de março de 2009) demonstra também a sua integração nas estratégias de promoção turística das marcas Centro de Portugal e Portugal.

No plano interno, importa salientar o calendário de animação das Aldeias do Xisto, ou seja, um programa permanente de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais. O número de eventos já realizados cifra-se em largas dezenas, de forma continuada e com forte incorporação de inovação, em áreas como a gastronomia, o artesanato, a educação ambiental e patrimonial, o desporto de natureza, entre outros.

As preocupações no que diz respeito ao desporto de natureza, designadamente percursos pedestres e BTT, revelam-se em iniciativas como os Caminhos do Xisto (percursos

pedestres locais, em Água Formosa, Benfeita e Gondramaz), a Grande Rota das Aldeias do Xisto (de que é exemplo o troço Ferraria de São João – Casal de São Simão), os caminhos pedestres acessíveis (Gondramaz), e os Centros de BTT das Aldeias do Xisto (mais uma iniciativa inovadora em Portugal) que apresentam um conjunto de equipamentos para os praticantes desta modalidade (estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas em regime de self-service), associados aos trilhos de BTT (sinalizados e disponíveis ao longo de todo o ano, com diferentes níveis de dificuldade) por entre paisagens de rara beleza, como acontece na Serra da Lousã (Ferraria de São João e Lousã).

3. Questões e orientações para processos de ensino/aprendizagem

Após a apresentação geral do caso de estudo, no alinhamento dos propósitos pedagógicos que estiveram subjacentes ao texto, importa suscitar algumas questões que possa induzir tarefas de ensino/aprendizagem dentro ou fora da sala de aula. A prossecução deste objetivo decorre em dois níveis.

No plano teórico, através de discussão em contexto de sala de aula, a partir de debates, ensaios escritos individuais ou em grupo, sugerimos as seguintes **questões**:

Questão nº. 1. Explique de que forma o património pode ser utilizado como âncora para processos de requalificação territorial e revitalização económica e social em territórios de baixa densidade como as áreas rurais e as montanhas.

Questão nº. 2. Explícite o papel do planeamento das intervenções (em particular o turismo) para a prossecução dos objetivos da sustentabilidade e coesão no contexto geográfico referido.

No domínio operativo, através de trabalho de campo, incidindo em territórios que foram objeto de programas, planos e intervenções desde meados dos anos 90 (século XX), como as Aldeias do Xisto, ou a partir de outros exemplos como as Aldeias Históricas, as Aldeias Ribeirinhas de Alqueva, as Aldeias Vinhateiras do Douro e as Aldeias com Castelo do Algarve, ou ainda através de exemplos paralelos em outros contextos geográficos e políticos, sugerimos que encontre resposta para as seguintes questões:

Questão nº. 3. Relacione os objetivos dos instrumentos de gestão territorial que suportaram as intervenções, as dinâmicas territoriais, económicas e sociais do(s) lugar(es) intervencionados e a emergência de novos atores.

Questão nº. 4. Identifique novas janelas de oportunidade (programas, eixos e medidas) para os territórios no âmbito do novo quadro de implementação das políticas públicas para o

desenvolvimento regional (2007-2013), centrando a reflexão nas áreas do património e dos lazeres turísticos.

Para concluir, apresentamos **sugestões de resposta** às questões formuladas, a saber:

Questão nº. 1. O património, na sua amplitude conceptual, tem sido utilizado como âncora no âmbito de diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local, em especial desde o início dos anos 90 (século XX). As grandes linhas de ação contemporânea compreende também a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e renovação da imagem dos territórios e as ações (formais e informais) de educação patrimonial, tendências alinhadas com as orientações, recomendações e outros textos juridicamente vinculativos dos principais organismos internacionais nesta matéria, designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa, que por sua influenciaram de modo profundo a evolução conceptual do património e contribuíram para uma certa convergência dos critérios reguladores e da terminologia atualmente utilizada. Hoje, o património é indissociável de uma visão integrada, territorial e dinâmica do património em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos diversos.

A crescente ligação do património aos novos usos do território e aos valores da sociedade pós-moderna deve, igualmente, ser relacionada com o quadro das orientações recentes das políticas públicas de desenvolvimento e dos instrumentos relativos à intervenção espacial, nomeadamente a centralidade do território e as novas formas de gestão territorial.

Os territórios de baixa densidade, em particular as áreas rurais e as montanhas, uma vez que suscitam preocupações prioritárias de intervenção, emergem no centro de políticas, instrumentos e intervenções impulsionadas pelo Estado, agora que deixaram de ser olhados e sentidos apenas na ótica das suas capacidades produtivas.

Com efeito, o quadro evolutivo das políticas europeias para o mundo rural traduz a transição de um modelo orientado para o setor agrícola em direção a um modelo centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, com a crescente valorização de novos recursos e uma maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Nesta atmosfera de abertura e diversificação funcional, o turismo emerge como uma oportunidade para requalificar e revitalizar os territórios de baixa densidade (como acontece com a maioria das áreas rurais e das montanhas), melhorar a qualidade de vida das populações e valorizar os seus recursos mais relevantes, nomeadamente o património (natural e cultural).

Assim, o património destaca-se como recurso diferenciador dos territórios e como elemento estratégico no desenho de novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística. Ora, as novas tendências que marcam o comportamento dos turistas, sublinham que os turistas são hoje mais ativos e participativos, têm interesses mais diversificados e segmentados, são cada vez mais exigentes e menos influenciados pelas perspectivas da oferta massificada, são mais esclarecidos e informados, e começam a valorizar os produtos e os destinos turísticos mais respeitadores dos recursos.

Contudo, a participação do turismo, com base nos recursos ecológicos e culturais, nas estratégias de desenvolvimento territorial, pressupõe planeamento e deve ter como suporte políticas e instrumentos integrados.

Questão nº. 2. A importância crescente da dimensão territorial no quadro das políticas públicas e o seu reconhecimento como eixo vertebrador do desenvolvimento sustentável contribuíram para repensar o valor estratégico do planeamento em diversas atividades alicerçadas na utilização de recursos finitos e, em alguns casos, não renováveis, como é o caso do turismo. A dimensão espacial do turismo e em particular as suas externalidades negativas conduziram ao reconhecimento da necessidade de repensar a atividade turística segundo uma ótica alicerçada na relação qualidade/continuidade. O forte crescimento do número de turistas (nacionais e internacionais) e a expressão urbanística do lazer e do turismo são outros argumentos de peso que justificam as preocupações atuais em matéria de sustentabilidade e planeamento da atividade turística. Assumindo o planeamento como uma ferramenta indispensável das políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, podemos afirmar que a transposição dos seus princípios nucleares para o campo do turismo pretende, no essencial, salvaguardar recursos, criar e distribuir benefícios, e envolver as populações locais. Planear o turismo é uma condição necessária para a organização, a viabilidade e a sustentabilidade da própria atividade, e a sua evolução em harmonia com os pilares do desenvolvimento sustentável designadamente as vertentes económica, social, cultural e ambiental.

No caso específico das áreas de montanha, a diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, assim como a importância das atividades desenvolvidas pelo homem, tornam ainda mais recorrente a questão do planeamento e da promoção do desenvolvimento sustentável das montanhas e das comunidades que aí vivem. O risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, ou a modificação dos tipos e

padrões de uso da montanha e a sua paisagem, exigem a definição e articulação de políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e atores locais.

A necessidade de instrumentos adaptados às especificidades da montanha exige um maior comprometimento e articulação entre as diferentes políticas que interferem no desenvolvimento das regiões de montanha.

Para além disso o turismo sustentável de áreas de montanha deve: permitir o usufruto do território velando pela sua conservação (nomeadamente, em termos de ambiente, paisagem e recursos, com especial destaque para a biodiversidade e geodiversidade); oferecer um alojamento específico capaz de conjugar formas variadas que vão desde a hotelaria clássica até às Casas de Natureza, passando pelo Turismo em Espaço Rural; privilegiar a gastronomia tradicional e típica de cada região; promover os produtos locais tradicionais; divulgar o património histórico-cultural da região; fazer da interpretação e animação ambiental um traço fundamental da sua essência.

A prossecução destes objetivos significa também um processo de mudança de atitudes e comportamentos quer ao nível do planeamento territorial quer no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. Na primeira situação, está em causa a adoção de uma nova política de planeamento territorial integrado e uma nova política de infraestruturas adaptadas às características de cada região; no segundo caso, importa considerar o conhecimento e a ação como um binómio indissociável que acompanha a adoção de novas atitudes alicerçadas em pensamento crítico, eticamente referenciado e comprometido.

Questão nº. 3. Esta pergunta pretende suscitar o contacto com os instrumentos de gestão territorial que serviram de base para as intervenções, como os Programas Operacionais Regionais e os Planos de Aldeia, no sentido de ajudar os alunos a compreender as características estruturantes das regiões e dos territórios em estudo; a analisar de forma crítica os objetivos, as orientações e as linhas de ação para o seu desenvolvimento; a averiguar a execução dos planos e os principais resultados das intervenções, com especial incidência no domínio das infraestruturas, equipamentos, espaços públicos, estruturas edificadas (número de imóveis intervencionados, tipologia de utilização e ocupação) e atividades económicas (comércio, restauração, artesanato, alojamento turístico, animação turística, entre outros), atração de novos residentes (permanentes e sazonais) e visitantes (excursionistas e turistas);

identificar a emergência de novos atores institucionais e iniciativas de desenvolvimento induzidas pelos instrumentos de gestão territorial que estiveram na base das intervenções.

Questão nº. 4. No caso em análise, as novas janelas de oportunidade, no contexto do atual período de programação e execução das políticas públicas, por sinal mais exigente em matéria de integração, cooperação, parcerias e gestão, estão relacionadas com programas como, por exemplo, o PROVERE e o PRODER.

O PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013), é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que pretende estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial dos territórios de baixa densidade, através de um consórcio formado por entidades públicas e privadas, a partir de recursos singulares como o património natural e o património cultural.

A iniciativa “BuY NATURE – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas” é uma das oito candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional da Região Centro (2007-2013) para as ações preparatórias do PROVERE. Esta iniciativa, coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (com base numa rede de parceiros públicos e privados dos territórios envolvidos, entre os quais se encontram a ADXTUR, a Associação das Aldeias Históricas de Portugal e a Naturtejo), pretende potenciar os recursos endógenos do património natural das áreas classificadas de montanha da Região Centro – complementados pelo respetivo património cultural – através da implementação de uma estratégia de base territorial alicerçada no turismo de natureza, no desporto de natureza e no turismo ativo, que se afirme com uma iniciativa que reforce a competitividade do território, com características inovadoras e sustentável.

Ainda neste contexto, segundo a página WEB das Aldeias do Xisto, a própria ADXTUR, em janeiro de 2009, apresentou uma candidatura ao PROVERE através de uma parceria com mais de 160 entidades territoriais (de 24 municípios). Esta proposta, para o período 2009-2012, representa um investimento de quase 150 milhões de euros (cerca de 70% do qual corresponde aos agentes privados), e apresenta como eixos de ação, a regeneração urbana das aldeias e revitalização do património rural construído; a valorização turística (infraestruturas e serviços); a animação turística (serviços e infraestruturas nas Aldeias e noutros contextos geográficos promocionais; o marketing e a comunicação territorial (para

afirmar a marca Aldeias do Xisto, enquanto destino turístico de qualidade, no mercado turístico nacional e internacional); a criação de um centro de valorização e de inovação (recursos humanos, empresas e novos produtos); a consolidação da Rede de Lojas Aldeias do Xisto; a gestão e a promoção integrada da Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto; a valorização ambiental dos recursos naturais; a requalificação do tecido urbano das vilas sede de concelho das Aldeias do Xisto, e o reforço do sistema de mobilidade (meios de transporte) do Pinhal Interior.

No âmbito do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), o seu eixo 3 pretende dinamizar as áreas rurais, através de duas medidas.

A medida 3.1 (“diversificação da economia e criação de emprego”) será concretizada através de ações como a diversificação de atividades na exploração agrícola (mediante atividades económicas de natureza não agrícola, em áreas como o turismo em espaço rural, o turismo de natureza, atividades associadas à caça e pesca em águas interiores, entre outras), a criação e o desenvolvimento de micro-empresas (tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego e, deste modo, contribuir para a revitalização económica e social do mundo rural), e o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer (nas componentes de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, turismo religioso, turismo de saúde, turismo cultural; alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de turismo em espaço rural e turismo de natureza; e infraestruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da paisagem, rotas/percursos, animação turística).

A medida 3.2 (“melhoria da qualidade de vida”) incluirá ações em dois domínios: a conservação e valorização do património rural (preservação, refuncionalização e valorização da cultura local), e os serviços básicos para a população rural, designadamente os serviços de apoio à infância, o acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes, serviços itinerantes de apoio social, e serviços de animação cultural e recreativa de base local.

A implementação deste eixo, segundo a metodologia LEADER, conduzirá a novas oportunidades para os territórios e as populações/atores rurais (agricultores ou membros do seu agregado familiar, micro-empresas, pessoas singulares ou coletivas de direito privado, autarquias, parcerias privadas, parcerias entre entidades públicas e privadas cuja componente pública não seja maioritária, instituições particulares de solidariedade social e organizações não governamentais), através de apoios concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma despesa elegível de 200.000 euros (por projeto). O nível de apoio aos

projetos de investimento no quadro da medida 3.1 é variável, de 30 a 60%, de acordo com o montante do investimento total e a criação de postos de trabalho, e no âmbito da medida 3.2 está balizado entre 60% e 70% do montante de despesa elegível (sem outro condicionamento).

Para os leitores que pretendam aprofundar a temática abordada e a problemática suscitada neste caso de estudo, sugerimos a leitura das seguintes **referências bibliográficas**:

- ALVERGNE, C. et TAULELLE, F. (2002): *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*. Paris, PUF.
- ASHWORTH, G. and GRAHAM, B. (2005): *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity). Aldershot, Ashgate.
- BRUNET ESTARELLAS, P. et al. (2005): "Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible". *Boletín de la A.G.E.* (Asociación de Geógrafos Españoles), nº 39, pp. 423-446.
- CARVALHO, A. (2006): "Programa das Aldeias do Xisto: caminhos para o Turismo de Natureza". *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 6, pp. 27-30.
- CARVALHO, P. (2009): "Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade". *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Vol. VII (2ª série), pp. 485-506.
- CCRC, 2001: *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- COVAS, A. (2006): "A ruralidade do nosso tempo: decálogo da para uma 2ª modernidade". In FONSECA, M. L. (coord.): *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 107-126.
- HALL, C. (2000): *Tourism Planning. Policies, Process and Relationships*. Harlow, Prentice Hall.
- HALL, D.; ROBERTS, L. and MITCHELL, M. (eds.) (2003): *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate.
- MORENO, L. (2007): *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador. Caminhos e Caminhantes*. Lisboa (e-book a partir da dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, em 2002).
- PLAZA GUTIÉRREZ, J. I. et al. (2003): "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa". *Éria* (Revista de Geografia), nº 61, pp. 211-227.
- PRICE, M. (2007): *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London, Earthscan.